



Relatório e Contas

2011



Índice

01 Geral

- 4. Corpos Sociais
- 5. Árvore do Grupo
- 6. Informação Geral

02 Relatório Único de Gestão

- 8. Relatório Único de Gestão
- 24. Anexo ao Relatório Único de Gestão

03 Contas Individuais

- 28. Demonstrações Financeiras
- 34. Anexo às Demonstrações Financeiras

04 Contas Consolidadas

- 64. Demonstrações Financeiras
- 71. Notas às Demonstrações Financeiras

05 Pareceres

- 120. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
- 121. Declaração do Conselho Fiscal
- 122. Certificação Legal das Contas (Individual)
- 124. Certificação Legal das Contas (Consolidada)
- 126. Declaração da Comissão e Remunerações

06 Governo das Sociedades

- 128. Relatório Sobre o Governo da Sociedade



Geral

Relatório e Contas 2011 Toyota Caetano Portugal, S.A.

**Mesa da
Assembleia
Geral**

José Lourenço Abreu Teixeira **Presidente**
 Manuel Fernando Monteiro da Silva **Vice-Presidente**
 António Manuel de Oliveira Saramago **1º Secretário**
 Maria Olívia Almeida Madureira **2º Secretário**

**Conselho de
Administração**

José Reis da Silva Ramos **Presidente**
 Hiroyuki Ochiai **Vogal**
 Daniele Schillaci **Vogal**
 Maria Angelina Martins Caetano Ramos **Vogal**
 Salvador Acácio Martins Caetano **Vogal**
 Miguel Pedro Caetano Ramos **Vogal**
 Rui Manuel Machado de Noronha Mendes **Vogal**
 Shigeki Enami **Suplente**

**Conselho
Fiscal**

José Domingos da Silva Fernandes **Presidente**
 Maria Lívia Fernandes Alves **Vogal**
 Takehiko Kuriyama **Vogal**

**Revisor Oficial
de Contas**

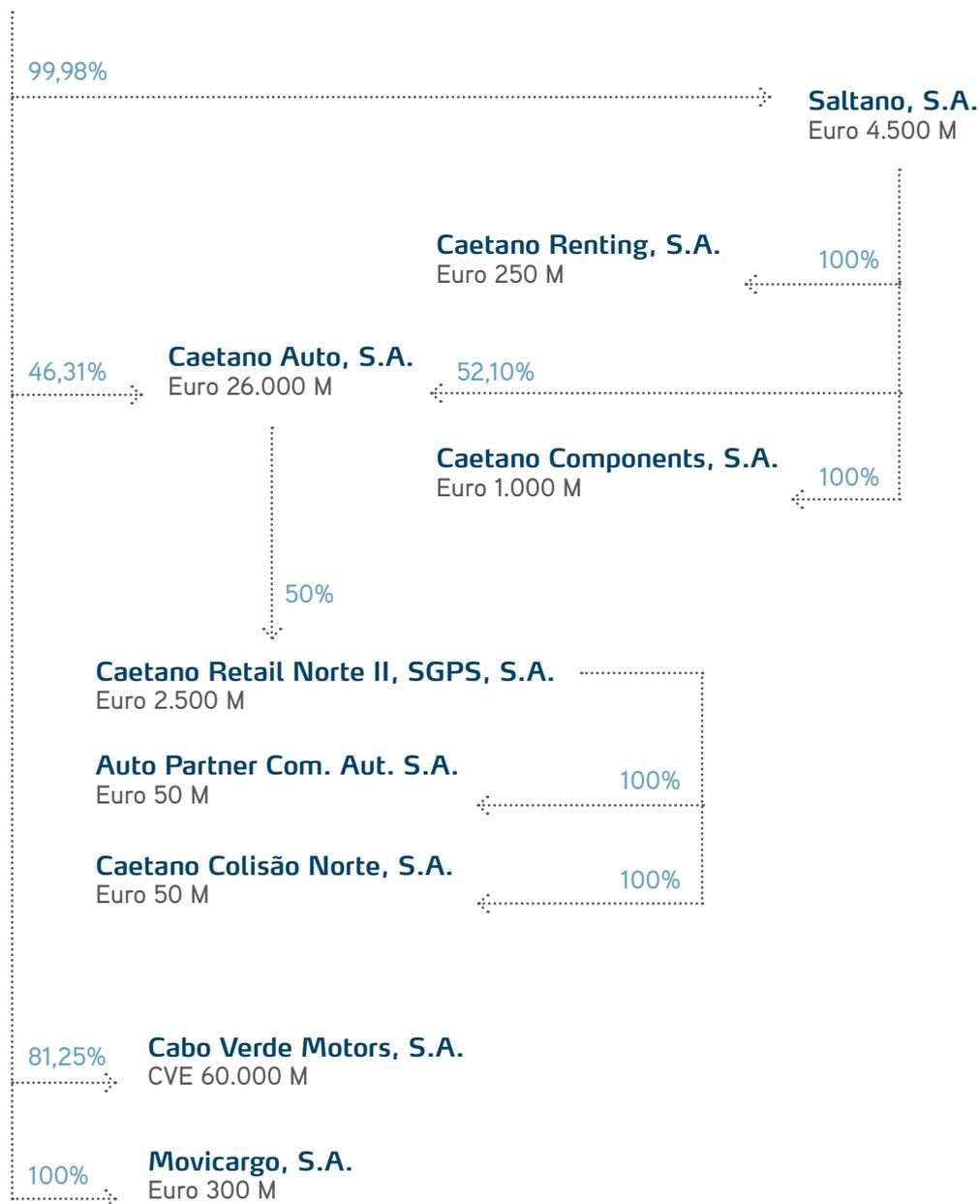
José Pereira Alves, ou por Hermínio António Paulos Afonso
 em representação da PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade
 de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
 António Joaquim Brochado Correia **Suplente**



01 Árvore do Grupo

Toyota Caetano Portugal, S.A.

Euro 35.000 M



dezembro 2011





01

Informação Geral

Sede Avenida Vasco da Gama, 1410
4431-956 Vila Nova de Gaia
T. 22 786 70 00
F. 22 786 72 15

**Unidade Fabril
de Ovar** Olho Marinho
3885-100 Arada
T. 25 679 00 00
F. 25 679 00 05

**Direção
Regional Sul** Carregado
E.N. 3 – Carregado – Apartado 23
2584-908 Carregado
T. 26 385 72 00
F. 26 385 72 08

Data de Constituição: 4 de julho de 1946
N.I.P.C. 500 239 037
Conservatória Registo Comercial de Vila Nova de Gaia N° 500239037
Capital Social: EUR 35 000 000
Admitida à cotação a totalidade do Capital Social na Bolsa de Valores de Lisboa





02

Relatório Único de Gestão

Relatório e Contas 2011 Toyota Caetano Portugal, S.A.



Mensagem do Presidente

No atual contexto económico e social, a sustentabilidade empresarial determina o futuro das organizações, a sua capacidade de vencer desafios e de perdurar após os momentos de maior adversidade, como o que vivemos. Cuidar pela solidez nos negócios, gerir com eficiência e atuar por resultados está na génese de uma gestão de longo prazo e não numa atitude reativa, condicionada por ímpetos momentâneos.

Tem sido esta a postura da Toyota Caetano Portugal, desde a sua fundação, ainda com a designação Salvador Caetano. Uma visão global da organização, orientada para Clientes, Colaboradores, Comunidade e Parceiros de Negócio, que nos permite ansiar o futuro com otimismo e reforçar uma promessa de marca com mais de 40 anos: "A Toyota veio para ficar".

A diferentes níveis e em diversas frentes, 2011 não foi um ano de crescimento em vendas nem rentabilidade, quer na área industrial, quer comercial, sobretudo, em virtude de fatores externos, como a conjuntura internacional e a situação nacional.

Na atividade industrial, à retração económica mundial e à crise na zona euro, juntou-se o Tsunami no Japão, com impacto direto no fornecimento de componentes à Fábrica de Ovar, originando paragens de produção prolongadas e, conseqüentemente, a assinatura de um novo contrato de banco de horas com vigência até 2014. Devido à gestão flexível em termos consolidados e à nossa capacidade de resposta célere, respondemos às condicionantes conjunturais e estratégicas com a transferência da atividade Optimo para outra empresa do Grupo Salvador Caetano e conseqüente racionalização da equipa adstrita à unidade industrial Toyota.

No ano em que comemorámos 40 anos de produção Toyota em Portugal, e o início da atividade industrial do construtor japonês no Velho Continente, com a presença do Governo, de Clientes e várias personalidades nacionais, registámos o melhor resultado de sempre em Qualidade, reforçamos o reconhecimento da Fábrica de Ovar no Global Eco Award, distinguindo a nossa prestação em eficiência ambiental, e fomos palco de um evento europeu da Toyota, a II Convenção de Ergonomia, onde uma vez mais demonstramos a nossa capacidade de realização de eventos com grande exigência.

Por sua vez, a retração no consumo dos portugueses e as alterações ao ISV e o fim do incentivo aos veículos em fim de vida não só afetaram a atividade industrial, como também, e em maior escala, a venda de automóveis em todos os segmentos de atividade, com reflexos no volume de vendas e quota de mercado, assim como nos resultados operacionais das marcas Toyota e Lexus.

Seguindo a tendência em baixa do mercado automóvel, o desempenho de ambas as marcas foi ainda afetado pelo fim do ciclo de vida de alguns modelos de volume e pela falta de resposta nalguns segmentos de comerciais, desmobilizando a aposta em fortes campanhas promocionais, capazes de ombrear com a agressividade concorrencial neste setor.

Em contrapartida, 2011 saldou-se por um ano referência em várias frentes: ao bem-sucedido lançamento, no último trimestre do ano, da Nova Geração Yaris e à já habitual boa performance no Avensis, é de registar a manutenção da liderança no segmento Chassis-Cabina da Toyota Dyna produzida em Ovar, a recuperação do 1º lugar no segmento Pick-up e o incremento de quota no segmento dos furgões, graças ao desempenho da Hiace. A juntar, destaca-se o aumento de quota nos híbridos com as vendas Toyota e Lexus, demarcando a liderança clara nesta tecnologia de capital importância estratégica. E, no campo específico da Lexus, registe-se o aumento de quota no mercado Premium.

No Após-venda, o 1º lugar na Completa Satisfação dos Clientes na Toyota enche-nos de orgulho, assim como o incremento da taxa de retenção e o cumprimento do objetivo global de vendas de peças e acessórios, tratando-se de um importante complemento no negócio automóvel em termos de rentabilidade.

Noutra frente, sublinho a consistência em bons resultados da unidade Empilhadores Toyota, continuando esta a assumir-se uma referência no setor.

No contexto atual e na missão assumida de sustentabilidade empresarial, a preocupação principal tem de ser a melhor resposta ao Cliente e a garantia dos níveis de rentabilidade das nossas organizações, pelo que reforçaremos uma estratégia de atuação integrada, para uma visão global do negócio.

2012 continuará a ser um ano de desafios e de consolidação da estrutura, com adaptação desta às necessidades operacionais e como resposta adequada aos desafios, ainda mais rigorosos, que nos esperam. Nesse sentido, ao mesmo tempo que potenciaremos a venda de produtos Made in Portugal e oriundos de outras fábricas europeias, solidificaremos a Toyota e a Lexus no mercado dos híbridos, tendo em conta a quantidade de lançamentos previstos. Em consequência, estaremos a reforçar a imagem de inovação de ambas as Marcas, com soluções económicas, seguras e fiáveis, respondendo a um consumidor que procura ofertas de valor acrescentado.

Acredito que, graças a esta estratégia consistente e sustentada, perfizemos o “hat-trick” no “Troféu de Marca de Confiança” das Seleções Reader Digest 2012, com larga diferença perante a segunda marca automóvel classificada.

José Reis da Silva Ramos
Presidente

INTRODUÇÃO

De acordo com o disposto no artigo 245º, número 1, alínea a) do Código dos Valores Mobiliários foi elaborado o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados a seguir apresentados, bem como os respetivos Anexos em concordância com o disposto nos artigos 447º e 448º do Código Soc. Comerciais. Para cada uma das Empresas integrantes do perímetro de consolidação da Toyota Caetano Portugal, será apresentada, uma indicação dos principais acontecimentos ocorridos no período e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras.

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

Atividade Industrial

Unidade Fabril de Ovar

O exercício de 2011 ficou marcado pelo violento terramoto e tsunami ocorrido a 11 de março no Japão e ainda pelos efeitos da crise económica mundial.

O acontecimento relativo ao tsunami resultou numa quebra de fornecimento de material/peças para todas as Fábricas da Toyota. Os impactos para a Fábrica de Ovar originaram a necessidade de paragem de produção durante os meses de maio e junho.

Desta situação resultou a antecipação da manutenção anual, bem como a assinatura de um novo contrato de banco de horas entre a Empresa e todos os colaboradores com vigência até 2014.

A crise nacional e internacional também influenciou mais uma vez negativamente a atividade da Fábrica.

Por esta razão a Fábrica teve uma paragem de 65 dias em 2011.

Para fazer face à situação atual e à combinação de vários fatores (conjunturais e estratégicos) foi decidida a transferência da atividade Optimo (março) para outra empresa do Grupo, centrando aí toda a atividade de autocarros.

Esta movimentação foi acompanhada pela correspondente redução de pessoal.

Como consequência em 2011, verificou-se uma produção de 2.025 unidades Toyota, o que correspondeu a um decréscimo de 21% face a igual período de 2010. A produção do modelo Dyna registou um decréscimo de 17% comparativamente a 2010, tendo o mercado de exportação absorvido 51%. A atividade de Transformações e PDI preparou 4.274 viaturas, o que corresponde a uma redução de 32% face a igual período do ano anterior.

PRODUÇÃO	2011	2010	2009	2008	2007
Unidades Físicas Toyota	2.025	2.553	1.967	5.947	4.924
Unidades Físicas Mini Autocarros	12	91	86	154	160
Unidades Físicas Transformadas	4.274	6.316	5.677	10.046	11.682
Total Colaboradores	214	297	340	360	343

O ano de 2011 foi ainda marcado por vários acontecimentos:

- Visita do Presidente e CEO da Toyota Motor Europe no dia 11 de maio.
- II Convenção Europeia de Ergonomia no mês de setembro. Onde estiverem presentes elementos da TME, TMMT, TMMF, TMMR, TPCA, TMIP, TMMP e TMUK na Fábrica de Ovar.

- Comemoração dos 40 anos de atividade no mês de outubro, com a presença do Primeiro-ministro, do Ministro da Economia e do Emprego, do Vice-presidente executivo da Toyota Motor Corporation e do Vice-presidente de Marketing e Vendas da Toyota Motor Europe. A cerimónia de aniversário foi integrada num dia de valorização da oferta da produção nacional, contando com a participação da AEP no âmbito do programa "Portugal. A minha primeira escolha.", tendo ficado marcada pela saída de linha de produção da unidade Dyna nº 100.000. Foi um dia em que contamos também com a presença dos nossos clientes e parceiros de negócios.
- Auditoria realizada pela Toyota Motor Corporation ao nosso Produto Toyota Dyna em novembro, registou 0,11 defeitos por unidade, o melhor resultado de sempre.

De referir ainda que uma vez mais a Fábrica de Ovar viu reconhecida a sua eficiência ambiental no 5º Toyota Global Eco Award ao alcançar a 3ª distinção consecutiva.

Atividade Comercial

Viaturas

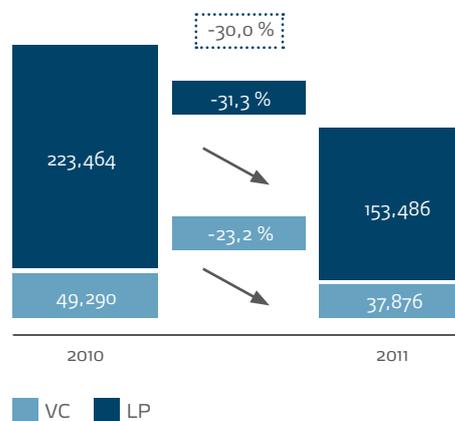
Mercado Total

O ano de 2011 apresentou uma quebra face ao verificado em 2010, com um decréscimo de 30%, totalizando 191.362 unidades comercializadas.

Os ligeiros de passageiros apresentam uma redução superior às viaturas comerciais, com uma variação negativa de 31% Vs 23%, respetivamente.

	2010	2011	Var.
Abates	37.102	2.874	-92,3 %
RAC	18.501	23.680	+28,0 %
Outros	217.151	164.808	-24,1 %
TTL	272.754	191.362	-29,8 %

Evolução Mercado: 2011 vs 2010



Fonte: ACAP

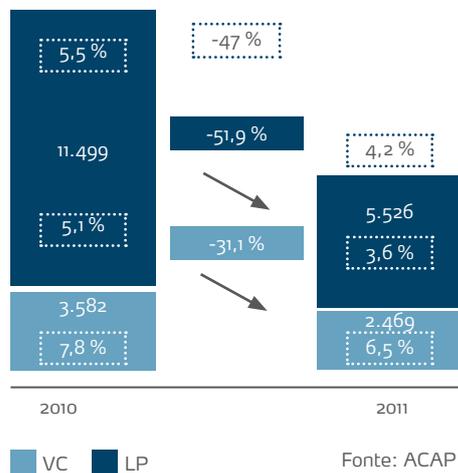
De destacar, como fatores justificativos da performance de mercado:

1. **A forte desaceleração económica** sentida em Portugal, na sequência da crise económica e financeira que desencadeou a intervenção do FMI em Portugal;
2. **A antecipação de compra sentida no final de 2010** motivada pelas alterações ao ISV e fim de incentivo aos veículos em fim de vida.
3. **A antecipação de compra no ano de 2011** de veículos comerciais, evitando o acréscimo anunciado de ISV anunciado para 2012

Toyota

Viaturas Toyota

Evolução Mercado: 2011 vs 2010



Em 2011, não fugindo à tendência de mercado, as matrículas Toyota apresentaram uma quebra de 47% no seu total, atingindo as 7.995 unidades, traduzindo-se numa quota de mercado de 4,2%.

O desempenho Toyota fica a dever-se essencialmente:

1. Ao escoamento das atuais geração Aygo, Avensis e, principalmente, Yaris preparando o lançamento dos novos modelos;
2. À forte pressão concorrencial sentida nos Segmentos B & C, com modelos com um ciclo de vida mais recente, associados a campanhas promocionais agressivas ao longo de todo o ano;
3. E, no caso específico dos comerciais, a falta de oferta no segmento mais representativo do mercado – Combos – associado à menor competitividade no segmento dos CDV.

Globalmente, a perda de quota continua a refletir uma menor taxa de cobertura do mercado, devido à tendência crescente de oferta de um tipo de viaturas que não dispomos na nossa gama (SW e SUV / CUV no segmento C).

De destacar, no entanto, os seguintes pontos positivos:

- A manutenção da liderança do segmento Chassis-Cabine com o modelo Dyna, produzido localmente na fábrica de montagem de Ovar;
- A recuperação do primeiro lugar no segmento das Pick-up;
- O incremento da quota no segmento dos furgões, com a Hiace;
- O bem sucedido lançamento da NG YARIS, em outubro de 2011;
- E a boa performance do Avensis, cujo escoamento bem sucedido levou à antecipação em um mês do lançamento do facelift (de janeiro de 2012 para dezembro de 2011).

Para 2012, os objetivos globais definidos passam por:

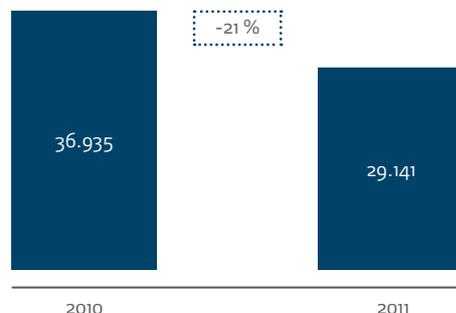
- Potenciar a Produção Europeia e Nacional;
- Maximizar o desempenho da produção nacional, assegurando um eficaz escoamento da Hiace;
- Acelerar a massificação dos híbridos;
- Reforçar a imagem de marca.

Enquadramento do Mercado Premium

Embora tipicamente menos afetado por ciclos económicos negativos, também o Mercado Premium apresentou uma quebra acentuada – 21% - totalizando 29.141 unidades comercializadas.

	2010	2011	Var.
RAC	1.542	1.809	+17,3 %
Abates	1.216	98	-91,9 %
Outros	34.177	27.237	-20,3 %
TTL	36.935	29.141	-21,1 %

Evolução Mercado Premium



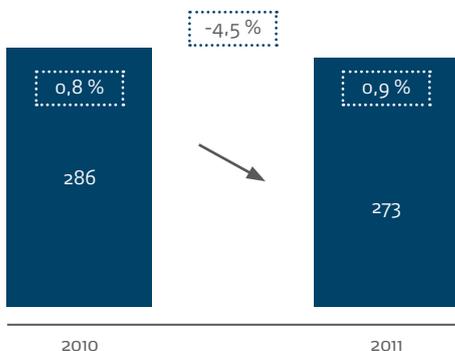
Os fatores justificativos da performance do mercado premium são em tudo semelhantes ao mercado total – a desaceleração económica e a antecipação de compra.

Lexus

Viaturas Lexus

No contexto de mercado complexo, a performance Lexus foi extremamente positiva, apresentando uma quebra de apenas 4,5%, a que correspondeu um aumento de quota de mercado para os 0,9% (+0,1 p.p. Vs 2010).

Evolução Lexus: 2011 vs 2010



O desempenho Lexus ficou a dever-se essencialmente ao lançamento do novo CT200h, o primeiro híbrido de luxo no segmento C.

No campo oposto, o aproximar do fim de ciclo de vida dos modelos RXh e do IS limitou o potencial de vendas da marca num mercado cada vez mais competitivo e agressivo.

Para 2012, os objetivos globais definidos passam por:

- Aumentar a notoriedade da marca;
- Reforçar o posicionamento de inovação, alavancado na oferta alargada e exclusiva de viaturas híbridas (Novo GS e novo RX).

Máquinas Industriais

Equipamento Industrial Toyota

	MERCADO			VENDAS TOYOTA + BT				
	'10	'11	VARIAÇÃO %	'10 QT	'10 QUOTA %	'11 QT	'11 QUOTA %	VARIAÇÃO %
Empilhadores Contrabalançados	1.001	859	-14,2	233	23,3	156	18,2	-33,0
Equipamento de Armazém	1.041	1.111	6,7	199	19,1	293	26,4	47,2
Total MMC	2.042	1.970	-3,5	432	21,2	449	22,8	3,9

Fonte: ACAP

Mercado

No ano de 2011 o mercado de **Máquinas de Movimentação de Carga**, manteve a sua trajetória descendente, ressentindo-se da crise em que se encontra a economia Portuguesa e que tem conduzido ao encerramento de inúmeras empresas da área Industrial, bem como à redução de frotas ou adiamento na renovação das mesmas, face à quebra de atividade económica. Desta forma, foi verificada uma quebra de mercado na ordem dos 3,5%, perfazendo 1.970 unidades contra 2.042 em 2010.

Analisando por tipo de equipamento verificou-se que a quebra de mercado se situou essencialmente nos Empilhadores Contrabalançados (-14,2%) mais ligados à Indústria, tendo-se inclusivamente registado um ligeiro crescimento nos Equipamentos de Armazém (+6,7%), justificado por estar associado ao setor Logístico e do retalho e Distribuição Alimentar onde a crise se tem feito notar de forma menos acentuada.

Vendas Toyota + BT

Relativamente às vendas de **Empilhadores Contrabalançados Toyota** a quebra nas vendas atingiu os 33% comparativamente com igual período do ano anterior.

Quanto às vendas de **Equipamentos Armazém**, verificou-se um crescimento na ordem dos 47,2%, impulsionado por alguns negócios de frota.

Não obstante, e em termos de ranking de vendas, a Toyota + BT manteve a liderança de mercado atingindo uma quota de 22,8%.

Após-Venda

PRODUTO	MEuros		
	VENDAS 2010	VENDAS 2011	CRESC. % 2011/2010
Peças/Acessórios/Merchandising	42,9	41,0	-4.30 %
Serviços Extracare/Eurocare	1,9	1,5	-25.10 %
Total	44,8	42,5	-5.20 %

A Divisão de Após-Venda Toyota faturou durante o ano de 2011, em peças, acessórios e merchandising, 42 milhões de Euros. Este valor ultrapassou em 2 pontos percentuais o orçamento previsto para o ano. Contudo, e relativamente ao valor faturado em 2010, corresponde a um decréscimo de 5,2%.

De igual forma, também na venda de serviços (designadamente os “Eurocare”, “Extracare” e “Euroassistance”) se verifica uma situação de decréscimo. A faturação destes serviços totalizou 1,5 milhões de Euros, menos 25,1% que no ano anterior. De salientar que no primeiro trimestre de 2010, estão incluídos os “eurocares” envolvidos na campanha de Inspeção do Pedal do Acelerador e que totalizaram 157 mil Euros. Por seu lado, os serviços “mandatory” encontram-se dependentes da venda de viaturas novas (às quais estão diretamente associados), e cuja atividade sofreu uma forte retração no ano de 2011.

A análise apresentada de seguida diz respeito apenas à venda de peças, acessórios e merchandising não incluindo, portanto, a venda de serviços.

Distribuição das vendas totais:

	PESO (%) NO TOTAL DAS VENDAS	
	2010	2011
Peças Genuínas Toyota	84,70%	88,00%
Peças de Incorporação Nacional	4,30%	3,90%
Acessórios *	10,20%	7,50%
Merchandising *	0,90%	0,60%

* Os Acessórios e “Merchandising” englobam material genuíno Toyota e material de origem nacional.

A venda de peças Genuínas Toyota representou em 2011 a maior fatia das vendas globais, correspondendo a 88,0% das mesmas (ligeiramente superior aos 84,7% de 2010).

A rede de Assistência Oficial Toyota constituiu o principal cliente da Divisão de Após Venda. Para este cliente destinou-se 91,9% da faturação global, o equivalente a 37,7 milhões de Euros. Este valor representa um decréscimo de 2,7% (-1 milhão de Euros) quando comparado com o realizado em 2010.

Os resultados das vendas do ano de 2011 traduzem o atual estado de retração no investimento dos portugueses. Afetados por um clima económico adverso, a prioridade recai na contenção das despesas, afetando de forma grave o negócio automóvel.

Foram diversas as iniciativas levadas a cabo pela Toyota Caetano Portugal, numa tentativa de contrariar esta situação desfavorável, das quais destacamos as seguintes:

- Ação de Retenção de Clientes para viaturas com mais de 7 anos, com oferta do IVA nas operações de manutenção. Criação do club “Vantagens 7”, com promoções mensais exclusivas para os subscritores, aumentando o envolvimento destes com a marca Toyota.
- Lançamento da Campanha de Retenção/Fidelização de clientes, que decorreu durante o Verão, focalizada na segurança da viatura e respetiva preparação para as férias.
- Desenvolvimento de novos contratos de manutenção, completamente geridos pela Toyota Caetano Portugal.
- Melhoria dos níveis de incorporação do Seguro Toyota.
- Alargamento do Programa de Comercialização de Lubrificantes TGMO (Toyota Genuine Motor Oil) na rede Oficial Toyota.
- Incentivo à venda de Acessórios, com a inclusão de diversos produtos nas campanhas de retenção de clientes (ex. cortinas de sol e ganchos de reboque). Adicionalmente desenvolveu-se o programa de incentivos à venda RedLine, bem como se reforçou os apoios para a colocação de acessórios nas viaturas de exposição e demonstração.
- Divulgação contínua ao longo do ano, do negócio dos pneus, inserido por ex. nas campanhas de retenção de clientes.
- Lançamento de diversas Campanhas Trade, destinadas aos clientes de peças do Balcão Público.

Recursos Humanos

Na área de Recursos Humanos, procuramos contribuir diretamente para as tomadas de decisão, disponibilizando dados significativos e relevantes em termos de resultados através do melhoramento constante das aplicações de gestão de Recursos Humanos, adequando-as para o estabelecimento de combinações de análise, parâmetros de rendimentos e indicadores de pessoal, aperfeiçoando a qualidade e a precisão da informação, possibilitando ainda a projeção e análise do impacto de eventuais cenários.

Numa ótica de simplificação, automatização de processos administrativos e otimização de recursos, demos ainda continuidade ao projeto do “Portal do Empregado”, com novas funcionalidades extensivas a toda a Toyota Caetano Portugal.

Demos início ao projeto BPM (Business Process Management) tendo em vista a melhoria dos processos desenvolvidos pelos Recursos Humanos, através da automação, controle e otimização.

Comparativamente a 2010 o efetivo teve a variação que se apresenta no quadro seguinte:

Nº COLABORADORES	2010	2011	VARIAÇÃO
Toyota Caetano Portugal, S.A. - Gaia	262	246	-16
Toyota Caetano Portugal, S.A. - Ovar	297	214	-83
Toyota Caetano Portugal, S.A. - Lisboa	74	73	-1
TOTAL	633	533	-100

A idade do efetivo continua a ser uma das preocupações, notando-se como se evidencia do quadro seguinte, uma tendência para um ligeiro decréscimo na idade média relativamente a 2010.

ESTABELECIMENTO	2010	2011
Toyota Caetano Portugal, S.A. - Gaia	44,15	43,68
Toyota Caetano Portugal, S.A. - Ovar	41,65	41,64
Toyota Caetano Portugal, S.A. - Lisboa	40,3	41,41

No que respeita à política salarial e atendendo à conjuntura económica, não se verificaram alterações salariais.

A Assembleia Geral de Acionistas decidiu, sob proposta do conselho de Administração, atribuir uma Gratificação Extraordinária / Participação nos Lucros, para os colaboradores no montante de 600.000,00 Euros, a qual foi processada e paga em junho de 2011.

CAETANO AUTO, S.A.

A situação de crise económica e financeira mundial, cujos reflexos já eram por demais evidentes no tecido empresarial Português, foi-se agravando ao longo do ano de 2011, com as previsões de crescimento a serem revistas sucessivamente em baixa e com os riscos a acentuarem-se negativamente, tendo conduzido à inevitabilidade do pedido de ajuda de Portugal ao FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia, ocorrido em março de 2011. O desenho do memorando de entendimento que daí resultou, é fortemente suportado em medidas de austeridade e de condicionalismos específicos de política económica tendentes a reduzir o défice orçamental e o crescimento da dívida pública.

Esta conjuntura afeta de forma muito especial o setor automóvel que registou em 2011 os valores mais baixos da venda de veículos de passageiros dos últimos treze anos, apresentando uma quebra de 30%, face ao verificado em 2010, com apenas 191.362 unidades comercializadas.

Neste contexto a Caetano Auto é responsável em 2011 por 4.175 matrículas de veículos novos, contra as 7.763 de 2010, evidenciando assim um decréscimo de 46%.

Quanto ao negócio das viaturas usadas, que decorre principalmente da atividade dos novos – pelas designadas “retomas” que servem de pagamento parcial à venda de unidades novas – naturalmente, regista igualmente um decréscimo nas vendas, neste caso de cerca de 25% comparativamente a 2010. Para combater esta tendência de degradação do negócio fortemente condicionada pela atual conjuntura a Caetano Auto continua a desenvolver novos canais de venda, nomeadamente a internet, através da participação em leilões de sites da especialidade.

Os serviços de após venda, também se ressentiram neste período de crise generalizada, registando em 2011 igual decréscimo do volume de negócios e consequente decréscimo do resultado libertado. De facto, quer a atual redução do parque circulante da Toyota em Portugal, quer a tendência de alargamento dos períodos de manutenção da marca, quer também o facto de as viaturas circularem menos, percorrendo consequentemente menos kms, tudo em conjunto justifica o crescimento negativo desta área do negócio.

Finalmente, também nos financiamentos que proporcionamos aos nossos clientes, área que tradicionalmente constitui na nossa empresa uma atividade acessória com impacto de relevo nos resultados, sofreu em 2011 um decréscimo relativamente ao ano anterior superior a 50% em consequência da redução já relatada do negócio da venda de viaturas.

Assim e face à deterioração generalizada do negócio, a gestão da Caetano Auto, continuou a esforçar-se para reduzir as suas despesas, por exemplo nos “Fornecimentos e serviços externos” que registaram em 2011 nova redução, de cerca de 2 milhões de Euros comparativamente a 2010 e nas “Despesas com o pessoal” conseguindo uma redução de mais de 3 milhões de Euros.

Em termos de investimentos de 2011, estes resumiram-se à aquisição de novas instalações estratégicas em Évora, renovação da frota automóvel utilizada na própria atividade e aquisição do novo DMS – programa informático designado por Spiga+ cujo arranque aconteceu em outubro passado.

AUTO PARTNER – COM. AUTOMÓVEIS, S.A.

No contexto da crise económico-financeira já atrás exposta, com profundos reflexos no setor automóvel a Auto Partner foi responsável em 2011 pela venda de 257 unidades de veículos novos, contra as 354 de 2010, evidenciando assim um decréscimo de 27%.

Quanto ao negócio das viaturas usadas, registou igualmente um decréscimo, ao contabilizar em 2011 somente 216 unidades vendidas.

Os serviços de após venda, registaram em 2011 igual decréscimo do volume de negócios e consequente redução dos meios libertos.

As razões para tal são em tudo idênticas às mencionadas para a Caetano Auto ou seja, redução do parque circulante e alongamento dos períodos de manutenção das viaturas.

A gestão da Auto Partner, continuou a esforçar-se no sentido da redução das suas despesas, tendo por exemplo nos “Fornecimentos e serviços externos” registado em 2011 nova redução de cerca de 140 mil Euros comparativamente a 2010.

Também na área do investimento, a Auto Partner limitou-se ao indispensável, concretizando-se resumidamente em maquinaria e mobiliário diverso que não ultrapassou os 17 mil Euros.

CAETANO COLISÃO (Norte), S.A.

O negócio da Caetano Colisão (Norte) merece uma análise segmentada das vendas por tipo de Cliente, que evidencia o facto de no segmento das Seguradoras existir uma manutenção do valor de faturação face ao ano anterior. Contudo, a quebra que a atividade regista no global deve-se essencialmente ao segmento das Gestoras de Frota e aos clientes particulares, onde existe uma variação negativa face ao ano anterior de 27%. Assim e face à redução de atividade manifestada, a gestão da Caetano Colisão (Norte), continuou a esforçar-se no sentido da redução das suas despesas, tendo em vista a otimização dos seus resultados operacionais.

CABO VERDE MOTORS, S.A.

O ritmo de crescimento económico em Cabo Verde, está dependente dos setores do turismo e imobiliário. Segundo o Instituto Nacional de Estatística Caboverdiano, estes setores registaram um abrandamento no último trimestre de 2011.

O enquadramento externo mais desfavorável, nos últimos meses do ano de 2011 teve reflexos negativos na evolução das transações de Cabo Verde.

O investimento continua a decrescer, confirma o INE Caboverdiano.

Apesar das circunstâncias do mercado caboverdiano e mundial, a Cabo Verde Motors conseguiu elevar o seu nível de faturação, ficando acima do ano anterior.

No quadro abaixo podemos observar a comparação da evolução da atividade comercial do ano de 2011 relativamente ao ano de 2010.

Período	Nº VIATURAS VENDIDAS	VOLUME NEGÓCIOS			TOTAL
		VIATURAS	PEÇAS	MÃO DE OBRA	
Ano 2010	411	9.506	1.915	356	11.777
Ano 2011	435	9.863	1.868	343	12.074
Comparação					
Valor	24	357	-47	-12	298
%	6%	4%	-2%	-3%	3%

Em termos de perspetivas para o exercício de 2012, julgamos que os níveis de atividade e de resultados se manterão semelhantes aos apurados em 2011, apesar das previsões de uma conjuntura económica menos favorável.

CAETANO RENTING, S.A.

O Volume de Negócios atingiu o valor de 5,7 milhões de Euros, o que em comparação com o Exercício anterior, representa um aumento de cerca de 16,45%.

A frota média da Empresa ao longo do ano, situou-se nas 1.855 unidades, mais 320 do que no ano anterior, sendo que no termo do exercício, o total era de 1.469 unidades.

O total de veículos em Frota, apresenta a estrutura infra:

▪ Veículos Ligeiros de Passageiros:	1.098 uts	(74,75%)
▪ Veículos Comerciais Ligeiros:	77 uts	(5,24%)
▪ Máquinas Industriais:	294 uts	(20,01%)

O total das reintegrações ascendeu a 5,7 milhões Euros, o que representa um acréscimo de 30,90%.

O custo financeiro por sua vez, subiu substancialmente, em relação ao ano anterior motivado pelo aumento generalizado dos Spreads bancários.

Face ao exposto e essencialmente pelo nível de amortizações contabilizado, a Empresa apresentou em 2011 um Resultado Líquido negativo de 61 milhares Euros.

CAETANO COMPONENTS, S.A.

Derivado sobretudo do início de comercialização do Chassis C5 verificou-se, comparativamente com 2010, um ligeiro aumento do volume de negócios em 3,6%, no entanto este incremento não originou o mesmo efeito evolutivo em resultados, o tipo de vendas e margens obtidas são diferenciadas entre exercícios ficando o exercício de 2011 penalizado pela alteração e arranque desta atividade. Adicionalmente incorreu-se em 2011, em encargos significativos de consultoria técnica fruto da implementação deste novo projeto.

A forte quebra de investimento das empresas em 2011 e a paralisação motivada pelo violento sismo ocorrido no Japão, impactou na redução de produção do modelo Dyna e conseqüentemente na redução do fornecimento de bancos e componentes para a fábrica de Ovar (Toyota Caetano Portugal).

O fornecimento de bancos para a atividade Optimo também se ressentiu de condicionalismos de mercado nomeadamente pelas restrições orçamentais dos nossos principais clientes, entidades ligadas ao associativismo, à causa social e entes públicos. Pela quantidade de unidades disponíveis em stock, não se perspetiva no próximo exercício qualquer produção para esta área de negócio.

Pela redução significativa de encomendas por parte dos clientes EFACEC e MANITOWOC, entendeu-se, face ao encargo e à subocupação da estrutura dedicada a esta atividade, cancelar o fornecimento destes componentes.

Adicionalmente para o exercício findo, destaca-se as seguintes notas:

- Aceleração da cadência de produção de chassis C5 no 2º semestre, no exercício em análise foram produzidos 34 chassis modelo Diesel.
- Consolidação da formação de equipas e processos produtivos de chassis C5.
- Pelo programa de apoio Sistema de Incentivos à Inovação no âmbito do QREN conclusão de investimento na linha de produção de chassis, destaca-se a aquisição de um equipamento que permite quinar espessuras de materiais utilizados nesta produção.
- Colaboração com o instituto Kaizen na definição de layout de produção e melhoria de logística interna.
- Mantém-se em curso os projetos ISeat e IBus com finalidade de desenvolvimento de soluções de interior para a indústria ferroviária e rodoviária, respetivamente.

Estamos cientes que 2012 dependerá sobretudo do volume de encomendas de chassis C5, negócio core, dado que e de forma mais previsível não se vislumbra a curto prazo melhorias para o setor automóvel.

Não descurando medidas de ajustamento de cargas de pessoal, está em análise a viabilidade de participação em alguns projetos na possibilidade de amenizar os atuais problemas de subocupação.

MOVICARGO

Empresa sem atividade no período em análise.

Atividade financeira

Já bastante foi dito sobre a profunda crise financeira e económica que se abateu sobre Portugal mas, que no entanto já se entrevia desde finais de 2008.

A única incerteza era de facto a sua extensão e duração.

Infelizmente e na nossa opinião esta crise é transversal a todos os setores de atividade e durará bem mais do que muitos analistas inicialmente previram.

Não gostaríamos também de ocultar que embora transversal, esta crise teve impactos ainda mais profundos ao nível da comercialização dos chamados bens duradouros (imobiliário e automóvel).

De resto a quebra do volume de negócios verificada no Grupo Toyota Caetano de cerca de 31% não deixa de refletir esta realidade.

Por sua vez e ao nível financeiro a falta de liquidez manifestada pela generalidade das instituições bancárias gerou obviamente uma tendência de alta nos spreads que em nada ajudou ao equilíbrio da atividade.

Foi-nos apesar de tudo possível manter níveis de financiamento adequados às necessidades operacionais, garantindo assim o normal funcionamento do Grupo, ainda que operando num cenário difícil conforme atrás descrito.

Com um Cash-Flow gerado um pouco acima dos 15 milhões de Euros (ainda que cerca de metade do pretérito exercício), foi-nos possível reduzir o passivo corrente, adequando-o aos níveis de atividade desenvolvida, sendo que do lado do ativo a aparente não redução dos stocks se deve mais à situação de antecipação de compra com que fomos confrontados no final de 2010, do que com um eventual incremento dos prazos efetivos de rotação das existências. Obviamente que nesta área, as imparidades constituídas nos parecem adequados ao risco existente.

No que aos resultados obtidos respeita (-2,2 milhões de Euros) e embora com um sentimento de insatisfação pelos mesmos, gostaríamos de salientar o registo de alguns custos não recorrentes e que alguma forma os podem ajudar a compreender, sendo que nos colocamos simultaneamente numa situação mais adequada para enfrentarmos o futuro difícil que se adivinha.

Esses custos não recorrentes traduziram-se em cerca de 2,3 milhões de Euros de indemnizações pagas por mútuos acordos celebrados com Colaboradores, bem assim como uma provisão extraordinária para cobertura das responsabilidades com o Fundo Pensões Salvador Caetano que em relação ao ano transato, apresenta um impacto de 1,2 MEuros.

Resultante do atrás exposto e, contra todas as adversidades, foi-nos possível elevar o grau de Autonomia Financeira do Grupo Toyota Caetano o qual se situou no final do corrente exercício nuns confortáveis 50,6% contra 48,4% em 31 de dezembro de 2010.

Uma última nota para o facto do perímetro de consolidação do Grupo se ter somente alterado pela saída no período em apreço da SC(UK), sendo que nenhuma das Empresas integrantes do Grupo Toyota Caetano, apresenta qualquer dívida ou mora perante a Segurança Social e o Setor Público Estatal.

Perspetivas

O ano de 2012 perspectiva-se como sendo um ano particularmente desafiante dados os pressupostos macroeconómicos assumidos, com uma forte retração do PIB conforme previsão do Banco de Portugal no seu último Boletim de Inverno:

	PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL 2011- 2013					
	Taxa de variação, em percentagem					
	BE Inverno			BE Outono		
	2011	2012	2013	2011	2012	
PIB	-1,6	-3,1	0,3	-1,9	-2,2	
Consumo Privado	-3,6	-6,0	-1,8	-3,8	-3,6	
Consumo Público	-3,2	-2,9	-1,4	-3,3	-4,1	
FBCF	-11,2	-12,8	-1,8	-11,4	-10,8	
Procura interna	-5,2	-6,5	-1,5	-5,2	-4,8	
Exportações	7,3	4,1	5,8	-4,1	-2,8	
Importações	-4,3	-6,3	0,7	-4,1	-2,8	
IHPC	3,6	3,2	1,0	3,5	2,4	

A retração prevista ao nível de consumo é sentida de forma mais intensa no consumo privado, estando projetada uma quebra de 6% para 2012.

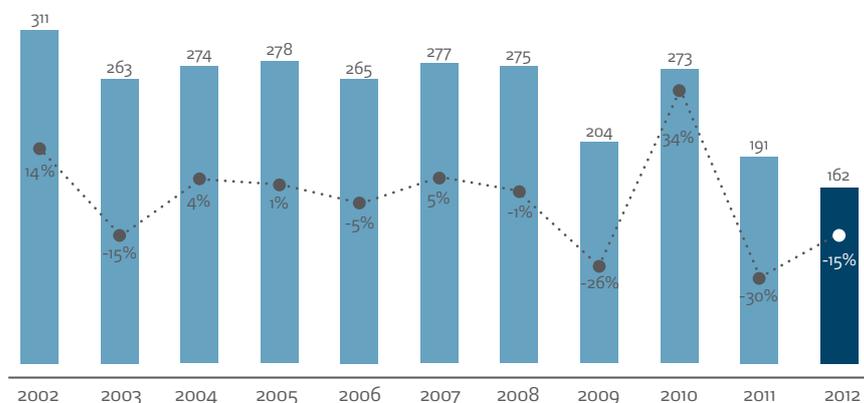
O Mercado Automóvel será afetado por esta envolvente, destacando-se ainda dois fatores específicos que condicionam a procura em 2012:

- O fenómeno de antecipação de compra de viaturas comerciais, sentido no final de 2011, que irá previsivelmente resultar numa menor procura no início do ano de 2012;
- E o aumento de ISV sobre as viaturas comerciais, que irão penalizar adicionalmente a procura deste tipo de viaturas.

Face a este enquadramento, a previsão de Mercado providenciada pela ACAP no início deste exercício e para 2012 assume uma quebra adicional 15% face ao ano anterior, situando-se em torno das 162.000 unidades:

Evolução Mercado Automóvel

em milhares



Face às condições descritas, o objetivo Toyota para 2011 é de comercializar 7.140 unidades, representando este valor uma quebra ligeiramente inferior ao estimado para o mercado, resultando numa quota de mercado de 4,4% - um crescimento de 0,2 p.p. face ao ano anterior.

Relativamente à Lexus, o objetivo situa-se nas 255 unidades, ao que corresponde uma quota de 1% - um crescimento de 0,1 p.p. face ao ano anterior.

Gestão de Riscos

Créditos sobre clientes

O risco de crédito, na Toyota Caetano, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito, na Toyota Caetano, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, as empresas do Grupo expostas a este tipo de risco têm:

- Constituído um departamento específico de análise e acompanhamento do Risco de Crédito;
- Implementado processos e procedimentos pró-ativos de gestão de crédito sempre suportados por sistemas de informação;
- Mecanismos de cobertura (seguros de crédito, cartas de crédito, etc).

Risco de Taxa de Juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço Consolidado, e dos consequentes cash flows de pagamento de juros, a Toyota Caetano encontra-se exposta a risco de taxa de juro.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de juro.

Risco de Taxa de Câmbio

Enquanto Grupo geograficamente diversificado, com subsidiárias localizadas no Reino Unido e Cabo Verde (apesar de a subsidiária que opera no Reino Unido estar atualmente inativa e ter alterado no exercício de 2008 a sua moeda funcional para o Euro), o risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de câmbio.

Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez, na Toyota Caetano, tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez no Grupo compreende os seguintes aspetos:

- a. Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash flows ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- b. Diversificação de fontes de financiamento;
- c. Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- d. Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de "commitment fees" suportados.

A descrição pormenorizada deste ponto encontra-se expressa no Relatório do Governo da Sociedade.

Ações Próprias

A sociedade não adquiriu, nem alienou ações próprias durante o exercício. À data de 31 de dezembro 2011, a sociedade não detinha ações próprias.

Declaração

Declaramos, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do nosso conhecimento, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Toyota Caetano Portugal, relativas ao ano de 2011, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados desta sociedade e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição desta sociedade e das suas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação, bem como uma descrição dos riscos e incertezas mais significativos com que se defrontam.

Proposta de Aplicação dos Resultados

Em conformidade com o disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação dos resultados líquidos negativos apurados no exercício, no valor de Euros 2.030.231,00 expressos nas demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal:

Para a conta de Perdas em participações financeiras decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial.	Eur 2.058.481,89
O remanescente para reforço de Reservas Livres.	Eur 28.250,89

Factos relevantes ocorridos após o termo do Exercício

Desde a conclusão do ano de 2011 e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes que devam ser mencionados.

Outros Assuntos / Agradecimentos

Ao concluir este relatório pretendemos transmitir uma palavra de agradecimento:

- Aos nossos Clientes e Concessionários pela permanente confiança que depositaram nos nossos produtos e pela distinção da sua escolha;
- Às Entidades Bancárias pela colaboração e apoio que sempre manifestaram no acompanhamento da nossa atividade;
- Aos restantes Órgãos Sociais pela colaboração prestada ao longo da sua atuação;
- Aos nossos Colaboradores que, pela sua disponibilidade e entusiasmo, se empenharam no desenvolvimento da Empresa.

Vila Nova de Gaia, 4 de abril de 2012

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos - Presidente; Hiroyuki Ochiai; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos ; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes.

Informação sobre a Participação dos Órgãos de Administração e Fiscalização (Nos termos do artigo 9º alínea a) do Reg. da CMVM 5/2008)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Reis Da Silva Ramos - Não tem ações nem obrigações.

Hiroyuki Ochiai - Não tem ações nem obrigações.

Daniele Schillaci - Não tem ações nem obrigações.

Maria Angelina Martins Caetano Ramos - Não tem ações nem obrigações.

Salvador Acácio Martins Caetano - Não tem ações nem obrigações.

Miguel Pedro Caetano Ramos - Não tem ações nem obrigações.

Rui Manuel Machado De Noronha Mendes - Não tem ações nem obrigações.

Shigeki Enami - Não tem ações nem obrigações.

Maria Angelina Martins Caetano Ramos - Presidente do Conselho de Administração, Salvador Acácio Martins Caetano - Vice-Presidente do Conselho de Administração, José Reis da Silva Ramos e Miguel Pedro Caetano Ramos - Vogais do Conselho de Administração do GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A., esta Sociedade adquiriu em 4 de novembro de 2011, 288.281 ações ao preço médio de 4,027 € cada, pelo que em 31 de dezembro de 2011, detinha 21.288.281 ações, com o valor nominal de um Euro cada.

José Reis da Silva Ramos - cônjuge de Maria Angelina Martins Caetano Ramos - Presidente do Conselho de Administração, Salvador Acácio Martins Caetano e Rui Manuel Machado de Noronha Mendes - Vogais do Conselho de Administração, da FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, esta Sociedade, adquiriu: em 4 de julho de 2011, 160 ações ao preço de € 3,70 cada uma; em 11 de julho de 2011, 345 ações ao preço de € 3,70 cada uma; em 2 de agosto de 2011, 25 ações ao preço de € 3,70 cada uma; em 16 de agosto de 2011, 1.945 ações ao preço de € 3,70 cada, em 19 de agosto de 2011, 30 ações ao preço de € 3,70 cada uma; em 1 de setembro de 2011, 1.497 ações ao preço de € 3,70 cada uma; em 15 de setembro de 2011, 80 ações ao preço de € 3,70 cada uma; em 23 de setembro de 2011, 423 ações ao preço de € 3,70 cada uma; em 27 de setembro de 2011, 527 ações ao preço de € 3,70 cada uma; em 30 de setembro de 2011, 973 ações ao preço de € 3,65 cada uma; em 4 de outubro de 2011, 27 ações ao preço de € 3,65 cada uma; em 6 de outubro de 2011, 205 ações ao preço de € 3,70 cada uma; em 13 de outubro de 2011, 65 ações ao preço de € 3,70 cada uma; em 14 de outubro de 2011, 65 ações, ao preço de € 3,70 cada uma; em 26 de outubro de 2011, 100 ações, ao preço de € 3,70 cada uma; em 16 de dezembro de 2011, 200 ações, ao preço de € 3,60 cada uma; em 20 de dezembro de 2011, 1.075 ações ao preço de € 3,60 cada uma; em 22 de dezembro de 2011, 1.225 ações ao preço de € 3,60 cada uma; 23 de dezembro de 2011, 775 ações ao preço de € 3,60 cada uma; em 27 de dezembro de 2011, 177 ações ao preço de € 3,70 cada uma e 215 ações ao preço de € 3,60 cada uma; em 29 de dezembro de 2011, 2500 ações ao preço de 3,90 cada uma; alienou: em 4 de novembro de 2011, 288.281 ações ao preço médio de € 4,027 cada uma, pelo que em 31 de dezembro de 2011 detinha 6.167 ações, com o valor nominal de um Euro cada.

Maria Angelina Martins Caetano Ramos - cônjuge de José Reis da Silva Ramos - Presidente do Conselho de Administração e Miguel Pedro Caetano Ramos, Vice-Presidente do Conselho de Administração da COVIM - Sociedade Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A., esta sociedade, não teve movimentos, pelo que em 31 de dezembro de 2011, detinha 393.252 ações, com o valor nominal de um Euro cada.

Maria Angelina Martins Caetano Ramos - cônjuge de José Reis da Silva Ramos - Presidente do Conselho de Administração e Salvador Acácio Martins Caetano - Vogal do Conselho de Administração da COCIGA - Construções Cíveis de Gaia, S.A. esta Sociedade não teve movimentos, pelo que, em 31 de dezembro de 2011 detinha 290 ações, com o valor de um Euro cada.

CONSELHO FISCAL

José Domingos da Silva Fernandes - Não tem ações nem obrigações.

Takehiko Kuriyama - Não tem ações nem obrigações.

Maria Lúvia Fernandes Alves - Não tem ações nem obrigações.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS:

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por José Pereira Alves, ou por Hermínio António Paulos Afonso - Não tem ações nem obrigações.

Anexo ao Relatório Único de Gestão

Informação sobre a Participação dos Órgãos de Administração e Fiscalização no Capital Social da Toyota Caetano Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2011 (Nos termos do artigo 14º 6/7 do Reg. da CMVM 5/2008) (Artigo 447.º CSC)

	AÇÕES DETIDAS em 31.12.10	AÇÕES ADQUIRIDAS em 2011	AÇÕES VENDIDAS em 2011	AÇÕES DETIDAS em 31.12.11
José Reis da Silva Ramos (Presidente)	125.590	—	125.590	—
Hiroyuki Ochiai (Vogal)	—	—	—	—
Daniele Schillaci (Vogal)	—	—	—	—
Maria Angelina M. Caetano Ramos (Vogal)	—	—	—	—
Salvador Acácio Martins Caetano (Vogal)	—	—	—	—
Miguel Pedro Caetano Ramos (Vogal)	1.130	—	1.130	—
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes (Vogal)	—	—	—	—
Shigeki Enami (Administrador - Suplente)	—	—	—	—
José Domingos da Silva Fernandes (Presidente Cons. Fiscal)	—	—	—	—
Takehiko Kuriyama (Vogal Cons. Fiscal)	—	—	—	—
Maria Livia Fernandes Alves (Vogal Cons. Fiscal)	—	—	—	—
Pricewaterhousecoopers & Associados, SROC, S.A., representado por José Pereira Alves ou por Herminio António Paulos Afonso (ROC - Efetivo)	—	—	—	—

Informação sobre a Participação de Acionistas Toyota Caetano Portugal, S.A. (Nos termos do artigo 9º do Reg. da CMVM 5/2008)

Participações superiores a um décimo do capital

	AÇÕES DETIDAS em 31.12.10	AÇÕES ADQUIRIDAS em 2011	AÇÕES VENDIDAS em 2011	AÇÕES DETIDAS em 31.12.11
TOYOTA MOTOR EUROPE NV/SA	9.450.000	—	—	9.450.000

Participações superiores a metade do capital

	AÇÕES DETIDAS em 31.12.10	AÇÕES ADQUIRIDAS em 2011	AÇÕES VENDIDAS em 2011	AÇÕES DETIDAS em 31.12.11
GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, SA	21.000.000	288.281	—	21.288.281

Lista de Participações Qualificadas Superiores a 2% do Capital Social (Artigo 448.º CSC)

ACIONISTA	AÇÕES	% DOS DIREITOS DE VOTO
GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, SA	21.288.281	60,824
TOYOTA MOTOR EUROPE NV/SA	9.450.000	27,000
SALVADOR FERNANDES CAETANO (Herdeiros de)	1.399.255	3,998
Millennium BCP – Gestão de Fundos de investimentos, S.A., em representação dos fundos mobiliários por si geridos, como segue:		
Millennium Ações Portugal	630.540	1,80
Millennium PPA	473.468	1,35
Millennium Poupança PPR	71.826	0,21
Millennium Investimento PPR	41.205	0,12
Millennium Aforro PPR	9.896	0,03



03

Contas Individuais

Relatório e Contas 2011 Toyota Caetano Portugal, S.A.

Indicadores Financeiros

	DEZ '11	DEZ '10	DEZ '09
Volume de Negócios	216.494.380	328.425.815	294.821.380
Cash-Flow Bruto	9.127.616	18.980.831	18.272.002
Resultado Líquido	-2.030.231	10.652.179	11.033.809
Encargos Financeiros Líquidos	2.612.198	2.669.057	2.786.295
Gastos com o Pessoal	18.723.028	19.850.120	18.782.724
Investimento Líquido	3.929.818	5.827.094	12.070.239
Fundo de Maneio Bruto	54.214.807	84.340.688	77.511.482
VAB	35.479.993	47.216.057	43.421.334
Unidades Vendidas	12.656	18.839	16.564
Volume de Emprego	534	618	675

Balanço individual em 31 de dezembro de 2011

ATIVO	NOTAS	31/DEZ/2011	31/DEZ/2010
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos Fixos Tangíveis	5	28.046.012	32.414.642
Propriedades de Investimento	6	14.031.290	14.470.383
Goodwill	7	611.997	611.997
Ativos Intangíveis	8	0	12.300
Participações Financeiras	9	46.859.541	53.016.791
Outros Ativos Financeiros	10	39.904	39.904
Ativos Por Impostos Diferidos	11	943.565	902.886
ATIVO CORRENTE			
Inventários	12	51.065.508	48.317.270
Clientes	13	71.094.330	88.303.488
Adiantamento a Fornecedores		8.227	12.162
Estado e Outros Entes Públicos	11	1.525.768	
Acionistas	14	848.715	1.866.882
Outras Contas a Receber		10.282	30.688
Outros Ativos Financeiros	10	4.398.199	12.133.199
Diferimentos	16	384.639	485.926
Caixa e Depósitos Bancários	4	3.597.726	1.996.607
TOTAL ATIVO		223.465.703	254.615.123

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	31/DEZ/2011	31/DEZ/2010
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Realizado		35.000.000	35.000.000
Reservas Legais		7.498.903	7.498.903
Outras Reservas		75.193.514	74.944.552
Resultados Transitados		339.480	548.253
Ajustamentos em Ativos Financeiros		9.157.473	6.486.824
Excedentes de Revalorização		6.195.184	6.195.184
Outras Variações no Capital Próprio		127.608	-1.131.341
Resultado Líquido do Período		-2.030.231	10.652.179
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	17	131.481.931	140.194.554
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos Obtidos	20	2.603.116	4.124.771
Acionistas	14	340.000	3.536.244
Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego	25	1.433.432	
Passivos por Impostos Diferidos	11	764.793	898.073
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	22	22.890.154	30.318.608
Adiantamento de Clientes		339.922	321.801
Estado e Outros Entes Públicos	11	6.600.744	15.425.296
Acionistas	14	23.515	47.426
Financiamentos Obtidos	20	47.490.777	47.202.702
Outras Contas a Pagar	15	4.877.205	8.076.672
Diferimentos	16	4.231.758	4.294.196
Passivos Financeiros Detidos para Negociação	23	388.356	174.782
TOTAL DO PASSIVO		91.983.771	114.420.570
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		223.465.703	254.615.123

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Hiroyuki Ochiai; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas - Período findo em 31 de dezembro de 2011

	NOTAS	31/DEZ/2011	31/DEZ/2010
Vendas e Serviços Prestados	26	216.494.380	328.425.815
Subsídios à Exploração	18	1.258.053	1.110.939
Ganhos/Perdas Imputados de Subsidiárias	9	-2.058.482	3.010.129
Variação nos Inventários da Produção	12	-383.983	-1.049.454
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	12	-174.660.889	-267.072.664
Fornecimentos e Serviços Externos	28	-32.875.236	-39.396.823
Gastos com o Pessoal	29	-18.723.028	-19.850.120
Imparidade de Inventários	12.19		212.028
Imparidade de Dívidas a Receber	13.19	10.105	-212.672
Aumentos/Reduções de Justo Valor	23	-213.574	938.483
Outros Rendimentos e Ganhos	31	26.993.864	29.599.346
Outros Gastos e Perdas	31	-6.363.347	-10.117.151
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		9.477.863	25.597.855
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	5,6 e 8	-8.749.840	-9.843.007
Imparidades de Ativos Depreciáveis/Amortizáveis			
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		728.023	15.754.848
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	32	361.607	134.356
Juros e Gastos Similares Suportados	32	-2.973.805	-2.803.413
Resultado Antes de Impostos		-1.884.175	13.085.791
Imposto Sobre o Rendimento do Período	11	-146.056	-2.433.612
Resultado Líquido do Período		-2.030.231	10.652.179
Resultado por Ação	33	-0.06	0.30

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Hiroyuki Ochiai; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2011

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS ATIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VAR. CAP. PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	35.000.000	7.498.903	74.544.546	0	1.362.587	6.195.184	-1.089.959	11.033.809	134.545.070
Alterações no período									
Outras alterações no Capital Próprio			288.687	541.775	-541.775		-41.382		247.305
Resultado Líquido do período			288.687	541.775	-541.775		-41.382		247.305
Resultado Integral								10.652.179	10.652.179
Aplicação do resultado								10.652.179	10.652.179
Transferência para Reserva Legal									0
Dividendos distribuídos								-5.250.000	-5.250.000
Transferência para Outras Reservas			111.319	6.478	5.666.012			-5.783.809	0
			111.319	6.478	5.666.012			-11.033.809	-5.250.000
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	35.000.000	7.498.903	74.944.552	548.253	6.486.824	6.195.184	-1.131.341	10.652.179	140.194.554
Alterações no período									
Outras alterações no Capital Próprio			0	339.480	-339.480		-32.392		-32.392
Resultado Líquido do período			0	339.480	-339.480		-32.392		-32.392
Resultado Integral								-2.030.231	-2.030.231
Aplicação do resultado								-2.030.231	-2.030.231
Dividendos distribuídos				-350.000				-6.300.000	-6.650.000
Transferência para Outras Reservas			248.962	-198.253	3.010.129		1.291.341	-4.352.179	0
			248.962	-548.253	3.010.129		1.291.341	-10.652.179	-6.650.000
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	35.000.000	7.498.903	75.193.514	339.480	9.157.473	6.195.184	127.608	-2.030.231	131.481.931

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Hiroyuki Ochiai; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa Período findo em 31 de dezembro de 2011

Euros

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2011	2010	
Recebimentos de Clientes	299.822.435	412.682.113	
Pagamentos a Fornecedores	-259.300.562	-355.098.030	
Pagamentos ao Pessoal	-13.337.732	-13.310.482	
Fluxo gerado pelas Operações	27.184.142	44.273.601	
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento	-1.838.484	-1.659.352	
Outros Recebimentos/Pagamentos	-25.228.110	-35.840.314	
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	117.548	6.773.935	

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2011	2010	
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos Financeiros	7.735.000		
Ativos Fixos Tangíveis	4.362.614	4.261.546	
Subsídios ao Investimento		392.773	
Juros e Rendimentos Similares	628	711	
Dividendos	339.480	12.437.722	541.775
5.196.805			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos Financeiros		-2.303.199	
Ativos Fixos Tangíveis	-754.138	-1.338.597	
Ativos Fixos Intangíveis		-754.138	-11.463
-3.653.259			
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	11.683.583	1.543.547	

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2011	2010	
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos	34.134	34.134	710.596
710.596			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos			
Amortização de Contratos de Locação Financeira	-1.292.970	-1.430.195	
Juros e Gastos Similares	-2.260.862	-2.346.829	
Dividendos	-6.680.316	-10.234.147	-5.239.157
-9.016.181			
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-10.200.013	-8.305.585	

CAIXA E EQUIVALENTES	2011	2010	
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período	1.996.607	1.984.710	
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	3.597.726	1.996.607	
Variação de Caixa e Seus Equivalentes	1.601.118	11.897	

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Hiroyuki Ochiai; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Anexo à Demonstração de Fluxos de Caixa

1-a) Discriminação dos recebimentos provenientes de Imobilizações Financeiras

RUBRICAS	2011	2010
Empréstimo a Empresas do Grupo	7.735.000	-2.303.199
Pagamentos respeitantes a Imobilizações Financeiras		-2.303.199
Recebimentos respeitantes a Imobilizações Financeiras	7.735.000	

2) Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

RUBRICAS	2011	2010
Numerário	101.250	101.250
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	3.495.533	1.894.907
Equivalentes a Caixa	943	450
Caixa e Seus Equivalentes	3.597.726	1.996.607
DISPONIBILIDADES CONSTANTES DO BALANÇO	3.597.726	1.996.607

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Hiroyuki Ochiai; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. ("Toyota Caetano" ou "Empresa") é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia, tendo como atividades a importação, montagem e comercialização de veículos ligeiros e pesados bem como a importação e comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas e respetiva assistência pós-venda.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

A Toyota Caetano é o importador e distribuidor das marcas Toyota, Lexus e BT para Portugal, encabeçando um Grupo ("Grupo Toyota Caetano") que se apresenta da seguinte forma a 31 de dezembro de 2011:

EMPRESAS	SEDE
Com sede em Portugal:	
Toyota Caetano Portugal, S.A. ("Empresa-mãe")	Vila Nova de Gaia
Saltano – Investimentos e Gestão, S.G.P.S., S.A. ("Saltano")	Vila Nova de Gaia
Caetano Components, S.A. ("Caetano Components")	Vila Nova de Gaia
Caetano Renting, S.A. ("Caetano Renting")	Vila Nova de Gaia
Caetano – Auto, S.A. ("Caetano Auto")	Vila Nova de Gaia
Caetano Retail (Norte) II, SGPS, S.A. ("Caetano Retail SGPS")	Vila Nova de Gaia
Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A. ("Auto Partner")	Vila Nova de Gaia
Caetano Colisão (Norte), S.A. ("Caetano Colisão")	Vila Nova de Gaia
Movicargo – Movimentação Industrial, Lda. ("Movicargo") (i)	Vila Nova de Gaia
Com sede noutros países:	
Cabo Verde Motors, S.A.R.L. ("Cabo Verde Motors")	Praia (Cabo Verde)

(i) Empresa que não teve qualquer atividade no período.

Refira-se a saída da Empresa Salvador Caetano UK do perímetro acima exposto, na sequência da respetiva dissolução.

Dando cumprimento ao disposto na legislação aplicável, a Toyota Caetano irá elaborar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adotadas pela União Europeia.

As notas que se seguem encontram-se organizadas de acordo com a estrutura entendida como mais adequada a uma correta leitura e apreensão das principais políticas contabilísticas adotadas, bem como dos factos mais relevantes ocorridos no período em análise respeitando o Sistema de Normalização Contabilística em vigor desde 1 de janeiro de 2010. Deste modo, as Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro aprovadas pelo Decreto-Lei nº 158/2009.

Aqueles factos que não estão relatados neste Anexo foram considerados como não relevantes para a correta leitura das demonstrações financeiras anexas.

Os valores mencionados no presente Anexo encontram-se expressos em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a empresa opera.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Toyota Caetano, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro) e estabelecidos no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) adotado a partir do início do exercício de 2010. De referir que não há quaisquer disposições do SNC que tenham sido derogadas pela empresa.

Para efeitos de comparabilidade de informação, chamamos a atenção para o facto de, durante o período findo em 31 de dezembro de 2011, de acordo com o parágrafo 51 da NCRF 7, a empresa ter efetuado uma revisão da vida útil dos principais ativos fixos tangíveis, com base num estudo com parecer técnico. Em consequência, as amortizações e depreciações do período findo em 31 de dezembro de 2011 foram inferiores em cerca de 651 milhares de Euros.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a. Ativo intangível

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição e compreendem exclusivamente Programas de Software Informático que se encontram totalmente amortizados (Nota 8).

As amortizações correspondentes são calculadas pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com um período de vida útil estimado de três anos.

b. Ativo fixo tangível e Propriedades de investimento

Os ativos fixos tangíveis, bem como as propriedades de investimento, têm como critério de mensuração o custo de aquisição deduzido de amortizações e imparidades. No entanto, os bens adquiridos até 31 de dezembro de 1997 contêm efeitos de reavaliações de acordo com as seguintes disposições legais:

Decreto-Lei 430/78, de 27 de dezembro
 Decreto-Lei 219/82, de 2 de junho
 Decreto-Lei 399-G/84, de 28 de dezembro
 Decreto-Lei 118-B/86, de 27 de maio
 Decreto-Lei 111/88, de 2 de abril
 Decreto-Lei 49/91, de 25 de janeiro
 Decreto-Lei 264/92, de 24 de novembro
 Decreto-Lei 31/98, de 11 de fevereiro

Os referidos itens foram mensurados na data de transição de acordo com o descrito na NCRF 3.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 5
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Outras ativos tangíveis	4 - 8

Como resultado do efeito das reavaliações legais incluídas no custo (conforme referido acima), as reintegrações do período findo em 31 de dezembro de 2011 foram aumentadas. Uma parte (40%) deste montante não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), pelo que 40% das amortizações de exercícios futuros relativamente ao efeito das reavaliações de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento ainda não amortizados não serão aceites para efeitos de determinação da matéria coletável de IRC, tendo a Empresa registado os correspondentes passivos por impostos diferidos (Nota 11).

c. Locação financeira

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro e, conseqüentemente, o custo do ativo é registado como investimento e as correspondentes responsabilidades são registadas como financiamentos obtidos. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o investimento amortizado de acordo com a vida útil dos bens (Notas 5 e 21).

d. Investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo e associadas encontram-se registados ao Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

A Empresa regista os dividendos atribuídos pelas empresas em que participa como uma redução direta ao valor da sua participação financeira uma vez que o seu equivalente já tinha sido reconhecido pela apropriação em MEP dos resultados das subsidiárias.

e. Instrumentos Financeiros

A empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade;
- Instrumentos financeiros ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade

Inclui todos os ativos financeiros, passivos financeiros e instrumentos de capital próprio que satisfaçam pelo menos uma das seguintes condições:

- a entidade designa os referidos ativos e passivos, no momento do seu reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade, sendo que os mesmos cumprem com os seguintes critérios: a) sejam instrumentos à vista ou com maturidade definida; b) os retornos para o detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante; c) não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado.
- contratos para conceder ou contrair empréstimos que: a) não possam ser liquidados em base líquida; b) quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade; e c) a entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade.
- instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

Apresentamos, de seguida, os instrumentos financeiros da Toyota Caetano Portugal que se enquadram nesta classe:

- Investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas (Outros Ativos Financeiros - Nota 10);
- Suprimentos concedidos à Saltano, SGPS, S.A. (Outros Ativos Financeiros - Nota 10);
- Clientes, Fornecedores e Outras Contas a Receber e a Pagar (Notas 13, 14, 15, 22 e 34).

Instrumentos financeiros ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados

Um ativo ou passivo financeiro é classificado nesta categoria se não preencher as condições para ser classificado como instrumento financeiro ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Apresentamos, de seguida, os instrumentos financeiros da Toyota Caetano Portugal que se enquadram nesta classe:

- Instrumentos financeiros derivados não designados para efeitos de contabilidade de cobertura – Nota 23.

f. Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor recuperável.

Encontram-se também constituídos ajustamentos para depreciação de inventários tendo em vista a cobertura de eventuais desvalorizações a ocorrer nos *stocks* de viaturas usadas (Nota 12).

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta, os gastos gerais de fabrico e os serviços executados no exterior.

g. Subsídios e apoios do governo

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de ativos fixos são registados, na rubrica de Outras variações no Capital Próprio, quando recebidos, e reconhecidos na Demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações dos ativos subsidiados (Nota 18).

Os subsídios à exploração são registados como Outros Rendimentos e Ganhos nos exercícios em que são recebidos (Nota 18).

h. Benefícios dos Empregados

A Toyota Caetano Portugal constituiu, em conjunto com outras entidades (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de janeiro de 1994, em 29 de dezembro de 1995 e em 23 de dezembro de 2002.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das prestações devidas, a empresa segue o procedimento de obter anualmente cálculos atuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros ajustado de ganhos ou perdas atuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões (Nota 25).

i. Impostos sobre o rendimento

O montante total de imposto sobre o rendimento a pagar é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no perímetro fiscal Toyota Caetano Portugal, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do referido perímetro (Nota 11).

O imposto corrente sobre o rendimento reconhecido como gasto é calculado com base no resultado tributável da Toyota Caetano Portugal.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expetável de reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

j. Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, segundo o qual os mesmos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento de recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de Diferimentos, Outras Contas a Pagar (credores por acréscimos de gastos) e Outras Contas a receber (devedores por acréscimos de rendimentos) (Notas 15 e 16).

l. Indemnizações ao pessoal

A Empresa tem como política registar como um gasto operacional do exercício os encargos com rescisões de contratos de trabalho no momento em que os mesmos são acordados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram pagas indemnizações por rescisão de contratos de trabalho no montante de, aproximadamente, 2.308.000 Euros (aproximadamente 1.406.000 Euros em 31 de dezembro de 2010).

m. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 19).

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Toyota Caetano Portugal sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

n. Ativos e Passivos Contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela empresa como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Toyota Caetano Portugal, sendo os mesmos divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da empresa, mas divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras quando é provável a existência de benefício económico futuro.

o. Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

p. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços publicadas pelo Banco de Portugal. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registados como ganho ou perda na Demonstração dos resultados do exercício.

q. Rédito

O rédito é reconhecido líquido de impostos e descontos comerciais, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito da venda é reconhecido na demonstração dos resultados quando parte significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos seja transferida para o comprador, seja provável que benefícios económicos fluam para a Toyota Caetano Portugal e que o montante dos referidos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período de contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

r. Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e geográficos aplicáveis à empresa.

A informação relativa ao rédito ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 27.

s. Juízos de Valor, Julgamentos e estimativas e Pressuposto relativos ao futuro

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- Teste de imparidade realizado ao *goodwill*;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados; e
- Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

t. Eventos subsequentes e Principais fontes de incerteza das estimativas

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras incorporam estimativas que não apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

RUBRICAS	31/DEZ/2011	31/DEZ/2010
Numerário	101.250	101.250
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	3.495.533	1.894.907
Equivalentes a Caixa	943	450
Caixa e Seus Equivalentes	3.597.726	1.996.607

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

2011	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIP. BÁSICO E FERRAMENTAS	EQUIP. DE TRANSPORTE	EQUIP. ADMINIST.	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	TOTAL
Ativo Bruto								
Saldo inicial 31/12/2010	3.365.354	31.297.738	49.198.546	33.992.366	5.929.828	2.809.038	903.473	127.496.343
Aumentos			320.333	6.442.313	67.323	41.529	68.796	6.940.295
Alienações			-223.490	-5.947.046	-20.312	-1.255		-6.192.103
Transferências e abates								
Saldo final 31/12/2011	3.365.354	31.297.738	49.295.390	34.487.633	5.976.839	2.849.312	972.269	128.244.535
Depreciações								
Saldo inicial 31/12/2010		26.697.905	43.969.647	16.105.793	5.728.456	2.579.900		95.081.701
Aumentos		687.291	1.481.683	5.953.836	87.495	88.142		8.298.447
Alienações			-191.270	-2.969.956	-20.243	-157		-3.181.626
Transferências e abates								
Saldo final 31/12/2011		27.385.196	45.260.060	19.089.673	5.795.708	2.667.885		100.198.523
Valor Líquido	3.365.354	3.912.542	4.035.329	15.397.959	181.132	181.426	972.269	28.046.012

2010	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIP. BÁSICO E FERRAMENTAS	EQUIP. DE TRANSPORTE	EQUIP. ADMINIST.	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	TOTAL
Ativo Bruto								
Saldo inicial 31/12/2009	6.512.319	29.455.359	48.873.545	32.198.282	5.847.361	2.771.712	903.473	126.562.051
Aumentos			368.642	8.477.344	82.467	37.326		8.965.779
Alienações			-41.141	-6.685.760				-6.726.901
Transferências e abates	-3.146.965	1.842.379	-2.500	2.500				-1.304.586
Saldo final 31/12/2010	3.365.354	31.297.738	49.198.546	33.992.366	5.929.828	2.809.038	903.473	127.496.343
Depreciações								
Saldo inicial 31/12/2009		23.568.903	42.427.369	13.297.440	5.616.114	2.494.620		87.404.446
Aumentos		1.158.403	1.583.790	6.082.013	112.342	85.280		9.021.828
Alienações			-41.012	-3.274.160				-3.315.172
Transferências e abates		1.970.599	-500	500				1.970.599
Saldo final 31/12/2010		26.697.905	43.969.647	16.105.793	5.728.456	2.579.900		95.081.701
Valor Líquido	3.365.354	4.599.833	5.228.899	17.886.573	201.372	229.138	903.473	32.414.642

De referir que o custo de aquisição considerado no âmbito da transição para o normativo NCRF contém um efeito líquido de reavaliações legais no valor de 1.671.710 Euros.

6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pela Toyota Caetano que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os ganhos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos” e ascenderam a 3.015.801 Euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (a 2.980.157 Euros em 31 de dezembro de 2010).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nas propriedades de investimento bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

2011	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	TOTAL
Ativo Bruto			
Saldo inicial 31/12/2010	8.869.130	31.021.653	39.890.783
Aumentos			
Alienações			
Transferências e abates			
Saldo final 31/12/2011	8.869.130	31.021.653	39.890.783
Depreciações			
Saldo inicial 31/12/2010		25.420.400	25.420.400
Aumentos		439.093	439.093
Alienações			
Transferências e abates			
Saldo final 31/12/2011		25.859.493	25.859.493
Valor Líquido	8.869.130	5.162.160	14.031.290
2010	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	TOTAL
Ativo Bruto			
Saldo inicial 31/12/2009	5.722.165	32.457.181	38.179.346
Aumentos		406.850	406.850
Alienações			
Transferências e abates	3.146.965	-1.842.378	1.304.587
Saldo final 31/12/2010	8.869.130	31.021.653	39.890.783
Depreciações			
Saldo inicial 31/12/2009		26.591.528	26.591.528
Aumentos		799.471	799.471
Alienações			
Transferências e abates		-1.970.599	-1.970.599
Saldo final 31/12/2010		25.420.400	25.420.400
Valor Líquido	8.869.130	5.601.253	14.470.383

De referir que o custo de aquisição considerado no âmbito da transição para o normativo NCRF contém um efeito líquido de reavaliações legais no valor de 4.548.390 Euros.

Adicionalmente, de acordo com avaliações externas reportadas a 31 de dezembro de 2011, efetuadas por entidades especializadas independentes, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascendia a, aproximadamente, 63,3 milhões de Euros.

Anexo às Demonstrações Financeiras

O detalhe dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento” em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 pode ser detalhado como se segue:

IMÓVEL	LOCAL	DEZ-11		DEZ-10	
		VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR DE AVALIAÇÃO A 31/12/2011	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR DE AVALIAÇÃO A 31/12/2010
Instalações Fabris	V.N. Gaia	965.663	9.121.000	1.107.830	10.750.000
Instalações Fabris	Carregado	6.285.496	21.026.000	6.382.543	24.100.000
Armazém industrial	V.N. Gaia	1.456.718	6.111.000	1.559.960	4.800.000
Instalações Comerciais	Lisboa	1.317.537	1.306.000	1.346.926	1.310.000
Instalações Comerciais	Vários locais	4.005.876	25.687.000	4.073.124	19.270.000
		14.031.290	63.251.000	14.470.383	60.230.000

O justo valor das propriedades de investimento que é objeto de divulgação em 31 de dezembro de 2011 foi determinado por avaliação imobiliária efetuada por uma entidade especializada independente – American Appraisal (Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento) com referência a 2011.

7. GOODWILL

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica *Goodwill*.

A rubrica *Goodwill* diz integralmente respeito ao montante apurado na aquisição da filial Movicargo, cuja atividade foi transferida para a empresa-mãe Toyota Caetano Portugal, S.A.

O *Goodwill* não é amortizado, sendo efetuados testes de imparidade com uma periodicidade anual.

Para efeitos de desenvolvimento do teste de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base business plans desenvolvidos pelos responsáveis da empresa e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. e taxas de desconto que refletem os riscos inerentes ao negócio.

Em 31 de dezembro de 2011, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, resumem-se no seguinte quadro:

Movicargo - Divisão de Equipamentos Industriais BT

<i>Goodwill</i>	611.997
Período Utilizado	Projeções de <i>cash flows</i> para 5 anos
Taxa de Crescimento (g) ⁽¹⁾	0%
Taxa de desconto utilizada ⁽²⁾	10,24%

¹ Taxa de crescimento usada para extrapolar os *cash flows* para além do período considerado no *business plan*

² Taxa de desconto aplicada aos *cash flows* projetados

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de dezembro de 2011, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo o *goodwill* (2,6 milhões de Euros), não excede o seu valor recuperável (14,4 milhões de Euros).

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável, não irá originar perdas de imparidade.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações, foram os seguintes:

2011	DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	TOTAL
Ativo Bruto			
Saldo final 31/12/2010	0	992.122	992.122
Aumentos			0
Alienações			0
Transferências e abates			0
Saldo final 31/12/2011	0	992.122	992.122
Amortizações			
Saldo final 31/12/2010	0	979.822	979.822
Aumentos		12.300	12.300
Alienações			0
Transferências e abates			0
Saldo final 31/12/2011	0	992.122	992.122
Valor Líquido	0	0	0

2010	DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	TOTAL
Ativo Bruto			
Saldo inicial 31/12/2009	2.978.595	983.622	3.962.217
Aumentos		8.500	8.500
Alienações			0
Transferências e abates	-2.978.595		-2.978.595
Saldo final 31/12/2010	0	992.122	992.122
Amortizações			
Saldo inicial 31/12/2009	2.836.288	958.114	3.794.402
Aumentos		21.708	21.708
Alienações			0
Transferências e abates	-2.836.288		-2.836.288
Saldo final 31/12/2010	0	979.822	979.822
Valor Líquido	0	12.300	12.300

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2011 e a 31 de dezembro de 2010, as participações financeiras são como se segue:

	SCUK	MOVICARGO	CAETANO AUTO	CVM	SALTANO	MEP AJUSTAMENTOS	TOTAL
31 dezembro 2009	3.523.187	397.581	20.094.319	4.563.436	23.509.189	-1.011.486	51.076.226
Aquisições							0
Ganhos / Perdas	22.679	-1.344	492.688	207.614	1.299.689	988.803	3.010.129
Outros Movimentos no Capital							0
Alienações							0
Outros (Margens Passivo)						-527.789	-527.789
Dividendos Recebidos			-541.775				-541.775
31 dezembro 2010	3.545.866	396.237	20.045.232	4.771.050	24.808.878	-550.472	53.016.791

	SCUK	MOVICARGO	CAETANO AUTO	CVM	SALTANO	MEP AJUSTAMENTOS	TOTAL
Aquisições							0
Ganhos / Perdas		7.622	-761.734	425.942	-1.545.801	-184.511	-2.058.482
Outros Movimentos no Capital							0
Alienações/Liquidações	-3.545.866						-3.545.866
Outros						-213.422	-213.422
Dividendos Recebidos			-176.980	-162.500			-339.480
31 dezembro 2011	0	403.859	19106.518	5.034.492	23.263.077	-948.405	46.859.541

Apresenta-se em seguida, a evolução de percentagens de participação em empresas do grupo:

	MOVICARGO		CAETANO AUTO		CVM		SALTANO	
	31-DEZ-10	31-DEZ-11	31-DEZ-10	31-DEZ-11	31-DEZ-10	31-DEZ-11	31-DEZ-10	31-DEZ-11
2010								
Capital Próprio	404.091	411.723	42.990.284	41.059.284	6.158.069	6.145.268	24.547.666	22.942.126
Resultado Líquido	-1.344	7.632	488.589	-1.548.800	289.868	230.439	621.855	-1.614.269
% Direta	100%	100%	46.30%	46.30%	81.24%	81.24%	99.98%	99.98%
% Indireta	100%	100%	98.39%	98.39%	81.24%	81.24%	99.98%	99.98%

Resumem-se em seguida as posições financeiras e resultados das operações das subsidiárias em 31/12/2010 e 31/12/2011:

	31-12-2011				
	MOVICARGO	CAETANO AUTO	CVM	SALTANO	
Ativo					
Corrente		75.418	56.134.200	5.287.869	76.250
Não Corrente		340.000	52.881.477	1.610.195	27.294.328
Passivo					
Corrente		3.695	60.152.821	752.797	4.428.452
Não Corrente			7.803.571		
Capital Próprio		411.723	41.059.284	6.145.268	22.942.126
Rendimentos		11.627	163.471.309	12.293.968	15.447
Gastos		-3.995	-165.020.109	-12.063.529	-1.629.716
Resultado Líquido		7.632	-1.548.800	230.439	-1.614.269

	31-12-2010				
	SCUK	MOVICARGO	CAETANO AUTO	CVM	SALTANO
Ativo					
Corrente	3.571.692	405.326	119.476.580	6.700.761	36.760.446
Não Corrente	27.612	65.326	64.028.038	5.561.737	7.699.842
Passivo					
Corrente	3.544.080	340.000	55.448.542	1.139.024	29.060.605
Não Corrente	18.794	1.235	76.486.296	542.690	12.212.780
Capital Próprio	18.794	1.235	69.677.103	542.690	79.581
Não Corrente	0	0	6.809.193	0	12.133.199
Capital Próprio	3.552.898	404.091	42.990.284	6.158.071	24.547.666
Rendimentos	42.129	4.894	243.951.063	11.875.358	867.241
Gastos	-19.410	-6.238	-243.462.474	-11.585.490	-245.386
Resultado Líquido	22.719	-1.344	488.589	289.868	621.855

10. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	2011	2010
Ativos Não Correntes		
Investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas	39.904	39.904
Ativos Correntes		
Suprimentos concedidos a Saltano, SGPS, SA (Nota 14)	4.398.199	12.133.199

Ambos os ativos financeiros mencionados encontram-se mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Durante o período de 2011, verificou-se a amortização de parte do suprimento concedido à Saltano.

Refira-se, no entanto, que relativamente aos investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

11. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em março de 2007, a Empresa optou pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”) previsto nos artigos 69º e 70º do código do IRC, com início de aplicação em 1 de janeiro de 2007. Neste regime, a sociedade dominante (Toyota Caetano Portugal, S.A.) deve registar os impostos calculados nas filiais incluídas no perímetro fiscal (Caetano Auto, Saltano, Caetano Components e Caetano Renting) de forma a determinar o imposto sobre o rendimento do Grupo.

O detalhe dos montantes e natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados no período findo em 31 de dezembro de 2011, pode ser resumido como se segue:

	Saldo em 31 de dezembro de 2011			
	IMPOSTO DIFERIDO ATIVO	IMPOSTO DIFERIDO PASSIVO	REFLETIDO EM RESULTADOS	REFLETIDO EM CAPITAL PRÓPRIO
Provisões e ajustamentos constituídos e não aceites como custos fiscais	717.083			
40% das amortizações resultantes das reavaliações legais efetuadas		- 79.129	- 10.080	
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de ativos fixos tangíveis		- 368.226	- 57.777	
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº 7 Lei 30/G 2000		- 24.447	- 6.112	
Reserva Cativa		- 104.085		
Ajustamentos de transição				
Provisões e ajustamentos constituídos e não aceites como custos fiscais		- 142.897	- 47.632	
Subsídio ao Investimento		- 46.009		- 11.679
Valorização de instrumentos derivados	102.914		- 56.597	
Bens não capitalizáveis	78.898		26.299	
Anulação custos diferidos	22.043		7.347	
Bens intangíveis	22.627		- 17.728	
Total	943.565	- 764.793	- 162.280	- 11.679

Refira-se que os resultados futuros orçados pelas empresas que compõem o perímetro fiscal evidenciam total capacidade de recuperação do montante de ativo por imposto diferido relevado em Balanço.

Adicionalmente, a rubrica da demonstração dos resultados “Impostos sobre o rendimento” foi determinada como se segue:

Imposto sobre o rendimento do período findo em 31 de dezembro de 2011	308.336
Impostos diferidos líquidos do período	-162.280

	146.056

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos”, em 31 de dezembro de 2011, é como se segue:

RUBRICAS	ATIVO CORRENTE	PASSIVO CORRENTE
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Coletivas 2011 (imposto estimado)	-308.336	
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Coletivas 2011 (retenções na fonte suportadas, Pagamento especial por conta e pagamento por conta)	1.255.757	
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (RETGS)	578.347	
Imposto s/ Veículos		2.052.759
Direitos Aduaneiros		170.407
Imposto Sobre o Valor Acrescentado		3.831.895
Outras Contribuições e Impostos		545.684
Total	1.525.768	6.600.744

A rubrica do passivo “Estado e outros entes públicos”, em 31 de dezembro de 2011, não inclui dívidas em situação de mora.

A reconciliação do encargo de imposto efetivo com o encargo de imposto teórico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2011, pode ser analisada como se segue:

	DEZ-11	DEZ-10
Resultado antes de impostos	-1.884.175	13.085.791
Encargo de Imposto Teórico (Imposto calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal (26,5 %))	-499.306	3.465.985
MEP	2.058.482	-3.010.129
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos		-1.548.720
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (artº 49)		-938.483
Mais-valias contabilísticas	-775.722	-844.690
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos (artº 51)	-339.480	-541.775
Outros	-240.214	-506.867
Rendimentos não sujeitos a imposto	703.067	-7.390.665
Anulação dos efeitos do método de equivalência patrimonial (artº 18, nº 8)	339.480	541.775
Depreciações e amortizações (artº 34, nº 1), perdas por imparidade de ativos depreciables ou amortizáveis, (artº 35, nº 4) e desvalorizações excecionais (artº 38), não aceites como gastos	365.266	414.617
50% Mais-valias fiscais	269.230	
Pagamento de impostos não dedutíveis e insuficiência da estimativa para impostos	122.846	
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (artº 49)	213.574	
Outros	97.898	246.117
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais	1.408.294	1.202.509
Variações patrimoniais - Regime transitório	24.314	71.258
Imposto diferido do exercício	-162.280	257.284
Derrama Estadual		124.409
Tributação autónoma	243.251	206.912
Encargo de imposto efetivo	146.056	2.433.612

12. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	31/DEZ/2011	31/DEZ/2010
Mercadorias	33.714.564	31.525.802
Matérias-primas, subsidiária e de consumo	8.985.165	8.041.704
Produtos Acabados e Intermédios	4.429.563	3.817.227
Produtos e trabalhos em curso	5.024.190	6.020.509
Perdas por imparidade - Mercadorias (Nota 19)	-1.087.972	-1.087.972
	51.065.508	48.317.270

Anexo às Demonstrações Financeiras

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no período findo a 31 de dezembro de 2011 é como se segue:

RUBRICAS	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Existências iniciais	31.525.802	8.041.704	39.567.506
Compras	148.437.353	29.355.758	177.793.111
Existências finais	33.714.564	8.985.165	42.699.728
	146.248.592	28.412.297	174.660.889

A demonstração da variação da produção ocorrida no período findo a 31 de dezembro de 2011 é como se segue:

RUBRICAS	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	TOTAL
Existências finais	4.429.563	5.024.191	9.453.753
Existências iniciais	3.817.227	6.020.509	9.837.736
	612.336	-996.318	-383.983

13. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

RUBRICAS	31/DEZ/2011	31/DEZ/2010
Clientes	78.130.201	95.513.131
Perdas em Imparidade Acumuladas (Nota 19)	7.035.872	7.209.643
	71.094.330	88.303.488

De referir que os valores acima apresentados vencem-se no curto prazo.

14. EMPRESAS DO GRUPO TOYOTA CAETANO PORTUGAL

Os saldos a receber e a pagar com as empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal, SA, que em 31 de dezembro de 2011 e 2010 se encontram refletidas nas rubricas do balanço "Clientes, c/c", "Fornecedores, c/c", "Acionistas", e "Outros Ativos Financeiros" podem ser resumidos como se segue:

	31/DEZ/2011	31/DEZ/2010
Contas a Receber	46.121.733	54.973.551
Contas a Pagar	-1.891.014	-1.710.831

Acionistas (Nota 11)

Empresas do Grupo inseridas no "RETGS"		
Saltano,SGPS, S.A.	27.556	76.536
Caetano Components, S.A.	-230.572	-275.102
Caetano Renting, S.A.	-196.615	-385.848
Caetano Auto, S.A.	1.248.346	2.451.296
	848.715	1.866.882

Financiamentos Obtidos

Salvador Caetano UK, Ltd	0	-3.196.244
Movicargo, Lda	-340.000	-340.000
	-340.000	-3.536.244

Outros Ativos Financeiros (Nota 10)

Suprimentos Concedidos		
Saltano,SGPS, S.A.	4.398.199	12.133.199

Cientes e Fornecedores (Notas 13 e 22)

Apresenta-se em seguida o quadro-resumo de saldos e fluxos (contas de Clientes e Fornecedores) com empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

2011	DIVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
CAETANO COMPONENTS, SA	54.016		215	357.784			4.979	11.563	82.382
CABO VERDE MOTORS, SARL	477.534	25	7.955.486				570		81.456
CAETANO RENTING, SA	2.811.969	8.468	12.154.601	13.384.109	81.527		24.914	362.804	2.788.071
CAETANO AUTO, S.A.	40.145.493	1.730.510	98.567.434	419.208			6.729.612	8.424.318	14.196.460
AUTO PARTNER-COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, S.A.	2.613.109	132.480	6.644.444	3.178			322.714	370.930	723.581
CAETANO COLISÃO (NORTE), S.A.	19.611	7.928					11.754	672	64.499
MOVICARGO - MOVIMENTAÇÃO INDUSTRIAL, SA		11.603						11.603	
Total	46.121.733	1.891.014	125.322.180	14.164.279	81.527		7.094.544	9.181.890	17.936.448

2010	DIVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
SALVADOR CAETANO (UK) LTD		347.836						77.371	
CAETANO COMPONENTS, SA	102.291	72.488	2.157	675.317			108.430	1.521	76.156
CABO VERDE MOTORS, SARL	266.533	207	8.397.043				621		71.278
CAETANO RENTING, SA	5.887.950	63.301	16.019.763	5.806.258	189.623		155.023	36.322	447.769
CAETANO AUTO, S.A.	46.235.310	1.175.500	154.499.790	446.723			7.194.109	10.307.647	5.977.022
AUTO PARTNER-COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, S.A.	2.457.544	32.367	8.242.628	2.217			274.532	447.128	290.500
CAETANO COLISÃO (NORTE), S.A.	23.920	14.245		6.106			19.553	625	51.822
MOVICARGO - MOVIMENTAÇÃO INDUSTRIAL, SA	3	4.887						4.887	2
Total	54.973.551	1.710.831	187.161.381	6.936.621	189.623		7.752.268	10.875.501	6.914.549

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR E A RECEBER

O detalhe da rubrica de Outras Contas a Pagar é o seguinte:

OUTRAS CONTAS A PAGAR	31/DEZ/2011	31/DEZ/2010
Juros a liquidar	43.341	121.619
Campanhas de promoção de vendas	780.005	1.342.925
Encargos com férias e subsídios de férias	1.834.279	2.155.866
Especialização de gastos afetos a viaturas vendidas	885.537	1.773.970
FSE	383.325	344.937
Garantias	59.709	266.577
Imposto s/ Veículos de viaturas vendidas e não matriculadas	449.996	710.473
Pessoal	11.396	688.753
Publicidade	223.297	346.435
Royalties	73.890	135.723
Seguros	132.429	189.394
Total	4.877.205	8.076.672

16. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe destas rubricas era como se segue:

GASTOS A RECONHECER	2011	2010
Seguros	178.871	204.984
Juros de papel comercial	93.481	146.186
Outros gastos a reconhecer	112.287	134.756
Total	384.639	485.926

RENDIMENTOS A RECONHECER	2011	2010
Juros debitados a clientes	37.287	80.148
Recuperação sinalética	971.796	980.256
Diferimento margem intra-grupo	2.967.002	3.180.424
Outros rendimentos a reconhecer	255.673	53.368
Total	4.231.758	4.294.196

A rubrica de Outros Gastos a Reconhecer refere-se essencialmente a encargos com garantias bancárias.

A rubrica de Outros Rendimentos a Reconhecer refere-se essencialmente a recebimentos antecipados de rendas de máquinas de aluguer.

17. CAPITAL PRÓPRIO

Composição do Capital

Em 31 de dezembro de 2011 o capital da Empresa é composto por 35.000.000 ações ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S.), S.A. 60,82%
- Toyota Motor Europe NV/SA 27,00%

Durante o período de 2011, a percentagem de participação da Grupo Salvador Caetano SGPS, SA aumentou de 60,00% para 60,82% por via da aquisição de 288.281 ações a acionistas minoritários.

De referir que a empresa-mãe Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), SA se encontra sediada na Avenida Vasco da Gama, n.º 1410, Oliveira do Douro, Gaia.

Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de abril de 2011, foi pago um dividendo de 0,19 Euros por Ação (dividendo total de 6.650.000 Euros). Em 23 de abril de 2010, o dividendo pago foi de 0,15 Euros por Ação (dividendo total de 5.250.000 Euros).

Em relação a 2011 e dado o resultado apurado no exercício o Conselho de Administração não apresenta qualquer proposta no sentido de serem pagos dividendos. Esta proposta deve ser aprovada em Assembleia Geral.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital social da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras Reservas

Correspondem a Reservas Livres criadas pela empresa (74.904.826 Euros) acrescidas de uma Reserva Cativa referente a Prémio FEDER líquido de imposto diferido (288.688 Euros).

Excedentes de Revalorização

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação forem alienados.

Ajustamentos em Ativos Financeiros

Ajustamentos de transição resultantes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

Outras Variações no Capital Próprio

Inclui os Subsídios ao Investimento reconhecidos conforme exigido pela NCRF 22 (Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo).

Os montantes distribuíveis em Capital Próprio, excluindo Resultado Líquido do Período, incluem:

- Reservas Livres no valor de 74.904.826 Euros;
- Resultados Transitados no valor de 339.480 Euros.

Proposta de Aplicação de Resultados 2011

Em conformidade com o disposto na alínea b), nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, a administração propõe a seguinte aplicação dos resultados líquidos negativos apurados no exercício, no valor de 2.030.231,00 Euros:

- Para a conta de Lucros não atribuídos pelos Lucros e Perdas reconhecidos e não realizados em participações financeiras decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial: -2.058.481,89 Euros;
- Para reforço de Reservas Livres: 28.250,89 Euros.

18. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

O detalhe do registo contabilístico dos subsídios e apoios do Governo recebidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é como se segue (Nota 3 g):

PROGRAMA	SUBSÍDIOS RECEBIDOS EM PERÍODOS ANTERIORES	SUBSÍDIO RECEBIDO NO PERÍODO	RECONHECIDO NO PERÍODO	DIFERIDO PARA PERÍODOS FUTUROS
POEi.2 – SIME A candidatura 00/07099	196.670		37.064	159.606
SIME IDT - OPTIMO SEVEN	21.017		7.006	14.011
FEDER	392.773			392.773
Subtotal Incentivo ao investimento	610.460		44.070	566.390
Programa Operacional de Potencial Humano (POPH)		1.258.053	1.258.053	
Subtotal Incentivo à exploração		1.258.053	1.258.053	

19. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de Imparidades e Provisões:

RUBRICAS 31/DEZ/2011	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES	REVERSÕES	SALDOS FINAIS
Cobrança Duvidosa	7.209.643	50.581	-163.666	-60.686	7.035.872
Depreciação Existências	1.087.972				1.087.972
	8.297.615	50.581	-163.666	-60.686	8.123.844

RUBRICAS 31/DEZ/2010	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES	REVERSÕES	SALDOS FINAIS
Cobrança Duvidosa	6.956.612	212.672	60.090	-19.731	7.209.643
Depreciação Existências	1.300.000			-212.028	1.087.972
Para outros riscos e encargos	60.090		-60.090		
	8.316.702	212.672	0	-231.759	8.297.615

Os reforços e reversões de ajustamentos evidenciados em 2011 no quadro supra, resultam de avaliação interna efetuada à quantia recuperável de contas a receber e de inventários.

20. FINANCIAMENTOS OBTIDOS E GASTOS SUPOSTADOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe do financiamento obtido era como se segue:

	31/Dez/2011	31/Dez/2010
Financiamento c/Corrente Caucionada	7.670.000	0
Papel Comercial	38.300.000	45.700.000
Loações Financeiras	975.421	1.292.090
Outros Empréstimos Obtidos	545.356	210.612
Passivo Corrente	47.490.777	47.202.702
Loações Financeiras	1.239.725	2.216.025
Outros Empréstimos Obtidos	1.363.391	1.908.746
Passivo Não Corrente	2.603.116	4.124.771

Os empréstimos obtidos encontram-se mensurados pelo custo amortizado, sendo que a taxa efetiva implícita nos referidos financiamentos coincide com a respetiva taxa nominal.

Os juros respeitantes aos Programas de Papel Comercial e Empréstimos Bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor, sendo acrescidos de um "spread" que varia entre 175 e 500 pontos percentuais.

A linha de Outros Empréstimos Obtidos é constituída por um montante relativo a um subsídio reembolsável ao investimento recebido em 2009, com o seguinte plano de reembolso:

2012	545.356
2013	545.356
2014 e seguintes	818.035
	<u>1.908.747</u>

O detalhe dos gastos suportados com os financiamentos obtidos a 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como se segue:

	31/DEZ/2011	31/DEZ/2010
Papel Comercial	1.599.417	863.964
Empréstimos Bancários	58.134	44.099
Locações Financeiras	50.778	49.903
Instrumentos Financeiros Derivados	104.787	968.814
Outros	147.811	
	1.960.928	1.926.780

O detalhe das condições contratualizadas no âmbito dos instrumentos financeiros supra enunciados encontra-se enunciado na Nota 23.

21. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2011, a Empresa mantinha responsabilidades como locatária, relativas a rendas vincendas de contratos de locação financeira de equipamento de transporte de movimentação de carga no montante de 2.215.146 Euros, as quais se encontram incluídas na rubrica "Financiamentos Obtidos" (Nota 20).

Apresenta-se em seguida o plano de pagamentos dos contratos de locação financeira em aberto a 31 de dezembro de 2011:

CONTRATO	BEM LOCADO	CURTO PRAZO	MÉDIO/LONGO PRAZO				TOTAL	TOTAL
			2013	2014	2015	TOTAL		
Diversos	Equipamento Industrial							
	Capital	975.421	800.878	434.397	4.451	1.239.725	2.215.146	
	Juros	34.535	17.148	4.385	12	21.545	56.080	

O justo valor das responsabilidades por locações financeiras é semelhante ao justo valor dos ativos locados.

22. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

23. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pela Toyota Caetano existentes em 31 de dezembro de 2011 respeitam a:

Swaps Taxa de Juro

Trata-se de dois instrumentos financeiros derivados contraídos com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos (*cash flow hedges*), que contribuem para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a otimização do custo do *funding*, não tendo sido designados para efeitos de contabilidade cobertura. O justo valor dos referidos instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2011 era negativo em 383.131 Euros (em 31 de dezembro de 2010 era negativo em 174.782 Euros) e compreende uma exposição total de 20 Milhões de Euros, pelo prazo de 3 anos, a contar desde 21 de dezembro de 2010.

Estes instrumentos financeiros derivados foram avaliados a 31 de dezembro de 2011 pela entidade bancária com quem os mesmos foram contratados, tendo em consideração *cash flows* futuros e risco estimados. É intenção da Toyota Caetano deter estes instrumentos até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelos referidos instrumentos.

Forward Cambial

Trata-se de um instrumento financeiro derivado contraído com o objetivo de cobertura do risco cambial de transações futuras altamente prováveis, que contribuem para a redução da exposição à variação da taxa de câmbio GBP:EUR, não tendo sido designados para efeitos de contabilidade cobertura.

O justo valor dos referidos instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2011 era negativo em 5.224 Euros, compreendendo um valor nominal 217.617 GBP, pelo prazo de 1 ano (vencimentos mensais) a contar de 17 de janeiro de 2011.

Este instrumento financeiro derivado foi avaliado a 31 de dezembro de 2011 pela entidade bancária com quem o mesmo foi contratado, tendo em consideração *cash flows* futuros e risco estimados. É intenção da Toyota Caetano deter este instrumento até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelo referido instrumento.

24. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010 a Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

RESPONSABILIDADES	31/DEZ/2011	31/DEZ/2010
Por Fianças Prestadas	12.078.088	12.078.088
Outras Garantias Financeiras	1.151.308	2.013.588
Total	13.229.396	14.091.676

Dos montantes apresentados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 relativos a “Fianças Prestadas”, o montante de 8.080.910 Euros refere-se a caução prestada à Direção Geral das Alfândegas no âmbito do desalfandegamento de Existências alvo de importação.

25. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Fundo de Pensões

A Toyota Caetano (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de janeiro de 1994, em 29 de dezembro de 1995, em 23 de dezembro de 2002 e em 30 de março de 2009.

Este Fundo de Pensões constituído previa, enquanto a Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores (beneficiários) pudessem vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento de reforma não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Em 19 de dezembro de 2006, foi solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (ESAF – Espírito Santo Ativos Financeiros, S.A.) que encetasse junto do ISP - Instituto de Seguros de Portugal as necessárias *demarches* tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrito, foi enviado em 18 de dezembro 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a ata de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo, propondo, com efeitos a 1 de janeiro de 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os atuais reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os atuais trabalhadores dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano e que à data de 1 de janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo (formado

pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de dezembro de 2008 foi por esta Empresa rececionada uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar desde 1 de janeiro de 2008. O Instituto de Seguros de Portugal determinou, na referida aprovação, que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de janeiro de 2008, tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um "capital inicial" individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades atuariais apuradas com referência a 31 de dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

De acordo com o estudo atuarial realizado pela sociedade gestora do fundo, a Toyota Caetano tem vindo a contribuir para o Fundo de Benefício Definido (contribuições registadas nas demonstrações financeiras na rubrica "Gastos com o pessoal"), tendo esta contribuição ascendido a 50 milhares Euros em 2011 (994 milhares de Euros 31 de dezembro de 2010), permitindo que a situação patrimonial do referido Fundo atingisse, em 31 de dezembro de 2011, aproximadamente, 15,4 milhões de Euros. A parcela das responsabilidades globais estimadas atuarialmente para o plano de benefício definido respeitantes à Toyota Caetano ascende, em 31 de dezembro de 2011, a aproximadamente, 17,1 milhões de Euros. Assim, as responsabilidades do Fundo, em 31 de dezembro de 2011, não se encontram totalmente cobertas pela situação patrimonial do Fundo, sendo expetativa da administração que esta situação se reverta durante o período de 2012, através da valorização dos ativos que compõem o Fundo.

Os pressupostos atuariais utilizados pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo "Projeted Unit Credit", as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respetivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de rendimento de 2%, 0% e 5%, respetivamente.

O movimento das responsabilidades da Empresa com o Plano de benefício definido no exercício de 2011 pode ser resumido como se segue:

Responsabilidades em 1 janeiro 2011	17.165.678
Custo dos serviços correntes	105.873
Custo dos juros	827.808
(Ganhos) e perdas atuariais	185.587
Pagamentos de Pensões	(1.219.043)
Responsabilidades em 31 dezembro 2011	17.065.903

O movimento da situação patrimonial do Fundo de pensões, que cobre os dois planos acima referidos, durante o exercício de 2011, foi como se segue:

RUBRICA	PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO CONTRIBUIÇÃO DEFINIDO	TOTAL
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2010	16.786.811	2.809.147	19.595.958
Contribuições	49.525	218.987	268.512
Retorno real dos ativos do plano	-187.614	-82.225	-269.839
Pagamentos de Pensões	-1.219.043		-1.219.043
Transferências entre Associados	12.322		12.322
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2011	15.442.001	2.945.909	18.387.910

Anexo às Demonstrações Financeiras

A 31 de dezembro de 2011, a decomposição da carteira de ativos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, foi como se segue:

CARTEIRA DO FUNDO	PESO CARTEIRA	VALOR 31-12-2011
Ações	14%	2.161.880
Obrigações	41%	6.331.220
Imobiliário	39%	6.022.380
Liquidez	4%	617.680
Outros Ativos	2%	308.841
Total	100%	15.442.001

A evolução das responsabilidades do Grupo com o Plano de benefício definido e da situação patrimonial do Fundo de pensões afeto pode ser resumido como se segue:

	2011	2010
Valor da responsabilidade	17.065.903	17.165.678
Valor do fundo	15.442.001	16.786.811

A responsabilidade líquida da Toyota Caetano acima evidenciada foi acautelada através da constituição de uma provisão em cerca de 1,4 milhões de Euros, refletida em Balanço na rubrica Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego.

26. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos durante o exercício de 2011 e 2010 foi como se segue:

	2011			2010			2011			2010		
	MERCADO INTERNO	VAR (%)	MERCADO EXTERNO	VAR (%)	TOTAL	VAR (%)	MERCADO INTERNO	VAR (%)	MERCADO EXTERNO	VAR (%)	TOTAL	
Viaturas Ligeiras	139.215.069	-43%	21.279.384	-2%	160.494.453	-39%	242.353.133	-64%	391.320	-19%	2.562.689	
Veículos Pesados	2.171.369	-9%	140.649	-66%	7.582.460	-12%	8.160.550	-5%	802.839	7%	41.958.995	
Máquinas Industriais	7.441.811	-28%	9.982	27%	3.895.783	-28%	41.101.617	-36%	22.678.713	-3%	216.494.380	
Peças e Acessórios	41.101.617	-36%	22.678.713	-3%	216.494.380	-34%	5.406.379		23.391.077		328.425.815	
Outros	3.885.801		22.678.713		216.494.380		305.034.738		23.391.077		328.425.815	
Total	193.815.667		22.678.713		216.494.380		305.034.738		23.391.077		328.425.815	

27. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe do relato por segmentos foi o seguinte:

	NACIONAL				EXTERNO				TOTAL	
	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS INDÚSTRIA	COMÉRCIO MÁQUINAS	EQUIPAMENTO INDUSTRIAL SERVIÇO OFICIAL	ALUGUER	OUTROS	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS INDÚSTRIA	COMÉRCIO MÁQUINAS	EQUIPAMENTO INDUSTRIAL SERVIÇO OFICIAL		ALUGUER
RÉDITOS										
Vendas e Serviços Prest.	20.242.095	163.338.573	7.712.175	2.524.823		15.186.860	7.341.222	138.649	9.982	225.988.893
Prov. Suplem. Alug. Máq.				9.492.514					2.000	
RESULTADOS										
Resultados op. s/efeito MEP	-2.523.892	4.796.152	-130.229	1.542.769	788.661	-2.093.690	400.969	-1.430	6.652	2.786.504
ENCARGOS DE FIN. LÍQ.	170.097	1.707.622	40.006	23.717	458.404	144.860	66.582	804	74	2.612.199
Resultados em associadas	-698.206	-1.755.421	7.622		-38.419		425.942			-2.058.482
Resultados líquidos	-3.392.195	1.273.151	-162.613	1.478.813	360.628	-2.238.550	684.296	-2.234	6.396	-2.030.231
OUTRAS INFORMAÇÕES										
Ativos	68.130.596	112.734.122	6.098.211	367.485	35.747.766	-38.419	425.942			225.737.607
Passivos	28.111.499	46.634.294	2.487.557	150.090	14.600.331					92.197.194
INVESTIMENTOS FIN. (1)										
Dispendios de cap. fixo (2)	711.121	1.043.132	152.444	16.975	2.006.146					3.929.818
Depreciações (3)	1.583.329	2.322.559	339.421	37.795	4.466.736					8.749.840
RÉDITOS										
Vendas e Serviços Prest.	33.055.390	260.432.174	8.823.641	2.826.598		15.277.006	7.692.045	311.125	7.838	328.425.817
Prov. Suplem. Alug. Máq.				9.358.522					103.064	9.461.586
RESULTADOS										
Resultados op. s/efeito MEP	-1.603.513	13.502.017	-88.120	1.457.517	869.379	-1.925.320	543.447	6.213	5.381	12.744.718
ENCARGOS DE FIN. LÍQ.	-205.426	-1.828.056	-33.319	-17.001	-444.353	-90.939	-47.218	-2.063	-54	-2.669.056
Resultados em associadas	300.861	2.036.236	-1.344		444.085		230.291			3.010.129
Resultados líquidos	-1.508.078	11.690.851	-122.784	1.187.246	351.506	-2.016.259	640.683	3.433	4.406	10.652.179
OUTRAS INFORMAÇÕES										
Ativos	76.646.274	121.639.323	8.215.550	571.967	45.059.669					252.132.783
Passivos	34.943.347	55.455.861	3.745.503	260.762	20.542.886					114.948.359
INVESTIMENTOS FIN. (1)	1.919.435	24.043.563	-215.761		19.009.559		8.259.994			53.016.790
Dispendios de cap. fixo (2)	1.076.524	1.594.430	189.494	32.601	2.934.044					5.827.093
Depreciações (3)	1.818.442	2.693.279	320.089	55.069	4.956.128					9.843.007

(1) Pelo Método de Equivalência Patrimonial; (2) Investimento; (Varição Líquida do Ativo Fixo Tangível e Intangível) + (Depreciações do Exercício); (3) Do Exercício

28. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta a seguinte decomposição:

DESCRIÇÃO	31/DEZ/2011	31/DEZ/2010
Subcontratos	10.289	46.801
Trabalhos Especializados	3.437.663	5.081.822
Publicidade e Propaganda	10.272.272	14.082.266
Vigilância e Segurança	437.179	424.879
Honorários	761.314	714.256
Comissões	191.242	261.757
Conservação e Reparação	789.310	1.211.744
Outros	2.235.677	3.172.538
Serviços Especializados	18.124.656	24.949.261
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	85.599	49.704
Livros e Documentação Técnica	230.182	302.638
Material de Escritório	100.346	124.101
Artigos para Oferta	14.660	51.722
Outros	9.443.290	8.208.765
Materiais	9.874.076	8.736.929
Eletricidade	368.229	371.399
Combustíveis	504.488	502.798
Água	43.925	37.364
Energia e Fluidos	916.643	911.561
Deslocações e Estadas	665.510	780.945
Transporte de Pessoal	100.131	103.825
Transporte de Mercadorias	784.073	1.074.786
Deslocações, Estadas e Transportes	1.549.714	1.959.556
Rendas e Alugueres	453.901	590.371
Comunicação	294.679	398.587
Seguros	720.412	746.051
Royalties	429.672	487.075
Contencioso e Notariado	8.724	8.279
Limpeza, Higiene e Conforto	492.470	562.352
Serviços Diretos	2.399.858	2.792.715
Total Fornecimentos e Serviços Externos	32.875.236	39.396.823

29. GASTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os principais gastos com pessoal foram como se segue:

DESCRIÇÃO	31/DEZ/2011	31/DEZ/2010
Remunerações Órgãos Sociais	449.445	574.214
Remunerações ao Pessoal	9.545.692	11.375.200
Benefícios Pós-Emprego	1.696.364	1.178.649
Indemnizações	2.307.817	1.406.454
Encargos sobre Remunerações	2.427.382	3.072.350
Seguros Acidentes de Trabalho	254.698	245.953
Gastos de Ação Social	1.272.057	1.290.569
Outros Gastos com o Pessoal	769.573	706.730
Total Gastos com o Pessoal	18.723.028	19.850.120

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o número médio de pessoal foi o seguinte:

RUBRICA	DEZ/2011	DEZ/2010
Empregados	418	428
Pessoal afeto à Produção	169	221
	587	649

30. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações fixas dos membros dos órgãos sociais da Toyota Caetano Portugal, S.A. nos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram como se segue:

ÓRGÃOS SOCIAIS	31/DEZ/2011	31/DEZ/2010
Conselho de Administração	427.870	419.265
Assembleia Geral	281	758
Conselho Fiscal	12.822	25.165

31. OUTROS GASTOS E RENDIMENTOS OPERACIONAIS

As rubricas Outros Gastos e Rendimentos Operacionais da Demonstração de Resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 detalham-se da seguinte forma:

RUBRICA	DEZ/2011	DEZ/2010
OUTROS GASTOS E PERDAS	31/Dez/2011	31/Dez/2010
Impostos	640.852	573.635
Descontos de Pronto-Pagamento Concedidos	29.360	31.494
Dívidas Incobráveis	22.602	28.695
Perdas em Inventários	67.776	169.375
Perdas em Investimentos não Financeiros	81.218	127.325
Outros Gastos e Perdas	5.521.538	9.186.627
	6.363.347	10.117.151

Anexo às Demonstrações Financeiras

A rubrica de outros gastos e perdas inclui gastos com incentivos comerciais e bonificações concedidos aos concessionários.

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	31/DEZ/2011	31/DEZ/2010
Rendimentos Suplementares	25.683.447	26.433.094
Descontos de Pronto-Pagamento Obtidos	11.291	10.489
Recuperação de Dívidas Incobráveis	7.464	17
Ganhos em Inventários	141.645	180.183
Ganhos em Investimentos não Financeiros	937.074	1.216.217
Outros Rendimentos e Ganhos	212.945	1.759.346
	26.993.864	29.599.346

Os rendimentos suplementares referem-se a rendas de aluguer de equipamento e edifícios, serviços prestados (ex: gráfica do grupo) e recuperação de despesas diversas (ex: garantias).

A rubrica de outros rendimentos e ganhos inclui em 31 de dezembro de 2010 ganhos resultantes de recuperação de impostos, na sequência da impugnação de liquidações adicionais.

Os ganhos em investimentos não financeiros referem-se a mais-valias de alienação de imobilizado.

32. RESULTADOS FINANCEIROS

JUROS E GASTOS SIMILARES	31/DEZ/2011	31/DEZ/2010
Juros Suportados	1.960.928	1.926.780
Outras Gastos e Perdas Financeiros	1.012.877	876.633
	2.973.805	2.803.413

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	31/DEZ/2011	31/DEZ/2010
Juros Obtidos	361.607	134.356

33. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	DEZ-11	DEZ-10
Resultado		
Básico	-2.030.231	10.652.179
Diluído	-2.030.231	10.652.179
Número de Ações	35.000.000	35.000.000
Resultados por Ação (básico e diluído)	-0,06	0,30

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não ocorreu qualquer alteração ao número de ações.

34. OUTRAS PARTES RELACIONADAS

O detalhe dos saldos e transações entre a Empresa e as entidades relacionadas para além das referidas na Nota 14, pode ser resumido como se segue:

OUTRAS PARTES RELACIONADAS	DIVÍDUAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
AMORIM BRITO & SARDINHA, LDA	86								100
CAETANO BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	377.596	84.387	3.000.487	13.329	25.068		190.495	240.400	617.628
CAETANO ACTIVE (SUL), LDA	2.013		330						3.766
CAETANO CITY E ACTIVE (NORTE), SA	1.211								4.497
CAETANO DRIVE SPORT URBAN, SA	8.520		5.250						9.494
CAETANO FORMULA (NORTE), SA	995		263						6.595
CAETANO MOTORS, SA	2.139	244	1.100				244		5.587
CAETANO PARTS, LDA	15.143	2.806	11.729				1.688		51.450
CAETANO POWER, SA	4.499	594	1.480	594				20	9.285
CAETANO RETAIL SERVIÇOS, SA	11.970								24.953
CAETANO RETAIL SGPS, SA	689								560
CAETANO SPAIN, SA	334.685	648	179.863				890		
CAETANO STAR (SUL), SA	737		164						5.633
CAETANO TECHNIK E SQUADRA, LDA	2.852		5.578						19.493
CAETANO UK LIMITED	15.424	20.265					3.274		22.366
CAETANO BUS-FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, SA	4.171.040	22.701	2.033.682	10.854			132.740	78.809	3.205.294
CAETANO LYRSA, SA	76	1.686					5.944		787
E3C CAETSU PUBLICIDADE, SA	795	1.326.171					4.092.955	2.700	107.167
CARPLUS-COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, SA	3.749	1.332	868					56.328	125.061
CONTRAC GMBH MASCHINEN UND ANLAGEN	-23.001	150.136	2.768				61.388	567	
ENP-ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, SA	8.778						10.068	9	18.979
EUFER-CAETANO-ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA	41.082								28.228
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO AUTO, SA		102.287	65.114	176.712			379.145	2.663	66.146
GLOBALWATT, SGPS, SA									30
GUERIN RENT A CAR, SL	48.172								
GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, SA	76	83					83		480
GUÉRIN-RENT-A-CAR(DOIS), LDA	680.147	654	19.571				654		601.884
IBERICAR AUTO NIPON, SA	27.568	11.643	48.172				56.101		
IBERICAR GALICIA AUTO, SL									1.150
IBERICAR KELDENICH, SL	280								280
LIDERA SOLUCIONES, SL		16.000					16.000		
LUSILECTRA - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, SA	2.633	82.456	1.343	132.646			114.359	218	36.696
MDS AUTO - MEDIAÇÃO SEGUROS, SA	302	57.194				413.504	1.338.126		
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, SA	10.315		124.275				41.698		5.280
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, SA	113.468	707.140	1.032		3.335		2.787.568	8.810	219.183
SALVADOR CAETANO AUTO ÁFRICA, SGPS, SA	1.292								1.050
SIMANOR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, LDA									30
TÉCNICAS DE REPARACIÓN RAFER, SA				471					
ATLANTICA	5.111								
GILCAR NORTE - COM. IND. MAQUINAS E TINTAS, SA		1.958		7.217	313		1.861		785
GRUPO SOARES DA COSTA	30.451								
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, SA		36.027	2.381		93.774		141.807	9.075	6.592
SIMOGA - SOC. IMOBILIÁRIA DE GAIA, SA	148						6.000		413
POAL	17.806								
MTLV - VIAGENS & LOGÍSTICA, LDA							5.902		
DICUORE-DECORAÇÃO, SA		161			1.098		34.725	1.255	1.412
ALBITIN- CIMFT, LDA		1.399		3.595					40
SPRAMO - PUBLICIDADE & IMAGEM, SA		681							
RARCON - ARQUITECTURA E CONSULTADORIA, SA	4.218	21.448			6.930		96.016		5.058
NOVEF-SGPS	19.500								
CIBERGUIA	9.954								
TURISPAIVA - SOCIEDADE TURÍSTICA PAIVENSE, LDA.	1.115								1.405

35. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Liquidações de Impostos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2008 a 2011 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Face às decisões favoráveis entretanto obtidas nos processos de impugnação judicial, referentes às liquidações adicionais em sede de IRC (exercício de 1995), continua-se a esperar para breve a recuperação do remanescente das liquidações adicionais pagas e reconhecidas como custos em exercícios anteriores, acrescido dos respetivos juros indemnizatórios.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram recuperados cerca de 1.331.000 Euros, registados na rubrica de "Outros ganhos operacionais", referentes às impugnações judiciais relacionadas com as liquidações adicionais aos exercícios de 1997, 1998 e 1999 (Nota 31) restando por receber os juros indemnizatórios correspondentes.

Relativamente à fiscalização efetuada aos exercícios de 2003 e 2004, foram reclamadas as liquidações adicionais, pagas e reconhecidas como custo em exercícios anteriores, e que totalizaram 725.542 Euros, dado a Empresa entender existirem igualmente razões legais válidas para estas contestações. Deste montante, foram recuperados no exercício anterior cerca de 218.000 Euros por via de reclamação graciosa (Nota 31).

Processos Judiciais em Curso

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que a argumentação apresentada por um anterior agente, que reclama uma indemnização pela cessação do contrato de agência, não está de acordo com a legislação aplicável, pelo que não resultarão assim perdas para a empresa, não tendo sido registada qualquer provisão nas demonstrações financeiras. De referir que a cessação do contrato em questão ficou a dever-se a incumprimentos de pagamento por parte do Agente.

Em janeiro de 2011, concluiu-se o julgamento com decisão favorável à Toyota Caetano Portugal, tendo no entanto, o referido Agente apresentado recurso em setembro de 2011, aguardando-se nova decisão.

Em 2011 foi arquivado com decisão favorável à Toyota Caetano Portugal o processo de contraordenação movido pela Autoridade de Concorrência, decorrente da denúncia de práticas monopolistas por parte da empresa.

36. INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

A empresa adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

37. VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

38. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários pagos à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, PricewaterhouseCoopers & Associados – S.R.O.C., Lda. no exercício de 2011 foi como se segue:

	31.12.2011
Honorários totais referentes revisão legal de contas	31.950

39. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 4 de abril de 2012.

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a conclusão do ano de 2011, e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes suscetíveis de serem mencionados.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos –Presidente; Hiroyuki Ochiai; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes



Contas Consolidadas

Relatório e Contas 2011 Toyota Caetano Portugal, S.A.



04

Demonstrações Financeiras

Indicadores Financeiros Consolidados

	DEZ '11	DEZ '10	DEZ '09
Vendas e Prestações de Serviços	293.443.182	426.258.266	399.124.912
Cash-Flow Bruto	17.864.964	31.880.061	34.278.941
Encargos Financeiros Líquidos	-950.976	-1.411.105	251.383
Custos com o Pessoal	43.887.670	48.509.077	47.897.001
Investimento Líquido	10.294.356	22.717.629	6.653.760
Volume de Emprego	1.744	1.898	1.943
Resultado Líquido com Int Minoritários	-2.187.135	11.936.710	10.241.559
Resultado Líquido sem Int Minoritários	-2.218.405	11.740.117	10.379.409
Grau de Autonomia Financeira	50,57%	48,37%	47,26%

Demonstração da Posição Financeira Consolidada a 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Montantes expressos em Euros)

ATIVO	NOTAS	DEZ'11	DEZ'10
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Diferenças de consolidação	9	611.997	611.997
Ativos intangíveis	6	906.488	313.801
Ativos fixos tangíveis	7	89.833.363	98.443.328
Propriedades de investimento	8	17.113.956	16.910.528
Investimentos financeiros disponíveis para venda	10	3.092.979	3.395.705
Ativos por impostos diferidos	15	2.088.849	2.506.497
Clientes	12	1.189.734	1.556.626
Outros ativos não correntes			
Total de ativos não correntes		114.837.366	123.738.482
ATIVOS CORRENTES:			
Existências	11 e 26	69.020.200	66.797.892
Clientes	12 e 26	50.053.168	68.808.514
Outras dívidas de terceiros	13	6.572.497	7.970.625
Estado e outros entes públicos	22	1.016.070	1.636.769
Outros ativos correntes	14	1.787.306	2.115.892
Caixa e equivalentes a caixa	16	18.006.246	20.102.375
Total de ativos correntes		146.455.487	167.432.067
Total do ativo		261.292.853	291.170.549
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	17	35.000.000	35.000.000
Reserva legal		7.498.903	7.498.903
Reservas de reavaliação		6.195.184	6.195.184
Reservas de conversão		- 1.695.238	- 1.695.238
Reservas de justo valor	10	14.396	- 271.329
Outras reservas		86.270.795	81.278.229
Resultado consolidado líquido do exercício		- 2.218.405	11.740.117
Total do capital próprio	18	131.065.635	139.745.866
Interesses não controlados	19	1.058.180	1.081.820
Total do ativo		132.123.815	140.827.686
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	20	-	250.000
Locação financeira	20	5.240.907	6.621.087
Responsabilidades por pensões	25	2.662.859	
Outros empréstimos	20 e 23	1.540.343	1.908.747
Passivos por impostos diferidos	15	1.626.459	1.771.535
Total de passivos não correntes		11.070.568	10.551.369
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	20	62.970.036	59.565.402
Locação financeira	20	1.382.258	1.689.397
Outros empréstimos	20 e 23	628.690	-
Fornecedores	21	31.493.607	37.913.647
Outras dívidas a terceiros	22	2.186.237	3.322.566
Estado e outros entes públicos	22	6.374.333	18.818.974
Outros passivos correntes	24	12.329.927	17.205.024
Provisões	26	345.026	1.101.702
Instrumentos financeiros derivados	27	388.356	174.782
Total de passivos correntes		118.098.470	139.791.494
Total do passivo e capital próprio		261.292.853	291.170.549

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2011.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Hiroyuki Ochiai; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Montantes expressos em Euros)

	NOTAS	DEZ'11	DEZ'10
Rendimentos operacionais:			
Vendas	33	270.584.649	400.197.180
Prestações de serviços	33	22.858.533	26.061.086
Outros rendimentos operacionais	34	30.530.711	37.007.063
Total de rendimentos operacionais		323.973.893	463.265.329
Gastos operacionais:			
Custo das vendas	11	- 222.155.961	- 328.775.232
Variação da produção	11	568.674	- 1.036.729
Fornecimentos e serviços externos		- 39.753.403	- 47.500.001
Custos com o pessoal	32	- 43.887.670	- 48.509.077
Amortizações e depreciações	6 e 7	- 17.843.943	- 18.003.463
Amortizações de propriedades de investimento	8	- 566.989	- 916.724
Provisões e perdas por imparidade	26	436.388	- 2.658.157
Outros gastos operacionais	34	- 3.602.470	- 2.732.061
Total de gastos operacionais		- 326.805.374	- 450.131.444
Resultados operacionais		- 2.831.481	13.133.885
Gastos e perdas financeiros	36	- 2.861.820	- 2.959.989
Rendimentos e ganhos financeiros	36	3.812.796	4.371.094
Resultados antes de impostos		- 1.880.505	14.544.990
Impostos sobre o rendimento	29	- 306.630	- 2.608.280
Resultado líquido consolidado do exercício		- 2.187.135	11.936.710
Resultado líquido consolidado			
Atribuível:			
ao Grupo		- 2.218.405	11.740.117
a interesses não controlados		31.270	196.593
		- 2.187.135	11.936.710
Resultados por ação:			
de operações continuadas	30	-0,062	0,341
de operações descontinuadas		-	-
Básico		-0,062	0,341
de operações continuadas	30	-0,062	0,341
de operações descontinuadas		-	-
Diluído		-0,062	0,341

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2011.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Hiroyuki Ochiai; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Montantes expressos em Euros)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS					TOTAL DE RESERVAS	INTERESSES NÃO CONTROLADOS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL
		RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	RESERVAS DE JUSTO VALOR	OUTRAS RESERVAS				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	35.000.000	7.498.903	6.195.184	- 1.695.238	885.936	76.079.493	88.964.278	3.284.681	10.379.409	137.628.368
Aplicação do resultado consolidado de 2009:										
Dividendos distribuídos									- 5.129.409	- 5.129.409
Transferência para Outras reservas						5.129.409	5.129.409			
Rendimento integral consolidado do exercício					- 1157.265	69.327	- 1.087.938	196.593	11.740.117	10.848.772
Outros								- 2.399.454		- 2.399.454
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	35.000.000	7.498.903	6.195.184	- 1.695.238	- 271.329	81.278.229	93.005.749	1.081.820	11.740.117	140.827.686
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	35.000.000	7.498.903	6.195.184	- 1.695.238	- 271.329	81.278.229	93.005.749	1.081.820	11.740.117	140.827.686
Aplicação do resultado consolidado de 2010:										
Dividendos distribuídos									- 6.650.000	- 6.650.000
Transferência para Outras reservas						5.090.117	5.090.117		- 5.090.117	
Rendimento integral consolidado do exercício					285.725	- 97.551	188.174	31.270	- 2.218.405	- 1.998.961
Outros								- 54.910		- 54.910
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	35.000.000	7.498.903	6.195.184	- 1.695.238	14.396	86.270.795	98.284.040	1.058.180	- 2.218.405	132.123.815

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2011.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira. O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Hiroyuki Ochiai; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Montantes expressos em Euros)

	DEZ'11	DEZ'10
Resultado consolidado líquido do exercício, incluindo interesses minoritários	- 2.187.135	11.936.710
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, líquido de imposto:		
Variação do justo valor de investimentos disponíveis para venda	285.725	- 1.157.265
Outros	- 97.551	69.327
Rendimento integral consolidado do período	- 1.998.961	10.848.772
Atribuível a:		
Acionistas da empresa-mãe	- 2.030.231	10.652.179
Interesses não controlados	31.270	196.593

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2011.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Hiroyuki Ochiai; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

	(Euros)	
	DEZ-11	DEZ-10
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	336.333.743	446.426.493
Pagamentos a Fornecedores	- 264.288.768	- 362.561.678
Pagamentos ao Pessoal	- 38.543.080	- 40.894.340
Fluxo gerado pelas Operações	33.501.895	42.970.475
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento	- 2.655.124	- 1.839.614
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Atividade Operacional	- 22.917.193	- 15.550.847
Fluxo das Atividades Operacionais	7.929.578	25.580.014
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos Financeiros	29.012	5.589.458
Ativos Fixos Tangíveis	28.793.293	19.767.478
Ativos Intangíveis	635.329	56.133
Subsídios de Investimento	45.709	476.841
Juros e Proventos Similares	30.003	130.487
Dividendos	29.533.346	268.398
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos Financeiros	- 652.373	- 3.604.898
Ativos Fixos Tangíveis	- 29.600.583	- 27.206.926
Ativos Intangíveis	- 637.075	- 212.258
Fluxo das Atividades de Investimento	-1.356.685	-4.735.287
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos Obtidos	3.958.073	730.000
Subsídios e Doações	3.958.073	730.000
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos Obtidos	- 543.152	- 14.762.716
Amortização de Contratos de Locação Financeira	- 1.687.318	- 3.644.156
Juros e Custos Similares	- 3.724.287	- 3.040.660
Dividendos	- 6.672.339	- 5.238.825
Fluxo das Atividades de Financiamento	-8.669.023	-25.956.357
CAIXA E EQUIVALENTES		
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período (Nota 4)	20.102.376	25.214.006
Varição do Perímetro (Nota 5)		
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período (Nota 4)	18.006.246	20.102.376
Varição de Caixa e Seus Equivalentes	- 2.096.130	- 5.111.630

Anexo à Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados Discriminação dos Componentes de Caixa e seus Equivalentes

	(Euros)	
	DEZ'11	DEZ'10
RUBRICAS		
Numerário	349.572	156.425
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	17.655.731	19.945.500
Equivalentes a Caixa	943	450
Caixa e Seus Equivalentes	18.006.246	20.102.375
DISPONIBILIDADES CONSTANTES DO BALANÇO	18.006.246	20.102.375

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Hiroyuki Ochiai; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e encabeça um Grupo (“Grupo Toyota Caetano” ou “Grupo”), cujas empresas exercem, sobretudo, atividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente, a importação, montagem e comercialização de automóveis ligeiros e pesados, a indústria de autocarros, a comercialização e aluguer de equipamento industrial de movimentação de cargas, a comercialização de peças para veículos, bem como a correspondente assistência técnica.

O Grupo Toyota Caetano exerce a sua atividade essencialmente em Portugal e em Cabo Verde.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

Em 31 de dezembro de 2011, as Empresas que constituem o Grupo Toyota Caetano, suas respetivas sedes e abreviaturas utilizadas, são como se segue:

EMPRESAS	SEDE
Com sede em Portugal:	
Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Empresa-mãe”)	Vila Nova de Gaia
Saltano – Investimentos e Gestão, S.G.P.S., S.A. (“Saltano”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Components, S.A. (“Caetano Components”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Renting, S.A. (“Caetano Renting”)	Vila Nova de Gaia
Caetano – Auto, S.A. (“Caetano Auto”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Retail (Norte) II, SGPS, S.A. (“Caetano Retail SGPS”)	Vila Nova de Gaia
Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A. (“Auto Partner”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Colisão (Norte), S.A. (“Caetano Colisão”)	Vila Nova de Gaia
Movicargo – Movimentação Industrial, Lda. (“Movicargo”) ⁽ⁱ⁾	Vila Nova de Gaia
Com sede noutros países:	
Cabo Verde Motors, S.A.R.L. (“Cabo Verde Motors”)	Praia (Cabo Verde)

(i) Empresa não teve qualquer atividade no período

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o referido no ponto 2.2.d).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Toyota Caetano e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* (“IASC”) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”) e pelo *Standing Interpretation Committee* (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia, em vigor para os exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2011.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, ao justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2011, foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

a) Normas e Interpretações que se tornaram de aplicação efetiva a 1 de janeiro de 2011:

(i) Normas:

- **IAS 32** (alteração), 'Instrumentos financeiros: Apresentação – classificação de direitos emitidos'. Esta alteração refere-se à contabilização de direitos emitidos denominados em moeda diferente da moeda funcional do emitente. Se os direitos forem emitidos *pro-rata* aos acionistas por um montante fixo em qualquer moeda, considera-se que se trata de uma transação com acionistas a classificar em Capitais próprios. Caso contrário, os direitos deverão ser registados como instrumentos derivados passivos. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Entidade.
- **IFRS 1** (alteração), 'Adoção pela primeira vez das IFRS'. Esta alteração permite às entidades que adotem IFRS pela primeira vez, usufruírem do mesmo regime transitório da IFRS 7 – 'Instrumentos financeiros – Divulgações', o qual permite a isenção na divulgação dos comparativos para a classificação do justo valor pelos três níveis exigidos pela IFRS 7, desde que o período comparativo termine até de 31 de dezembro de 2009. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Entidade por já aplicar as IFRS.
- **IAS 24** (alteração) 'Partes relacionadas'. A alteração à norma elimina os requisitos gerais de divulgação de partes relacionadas para as entidades públicas sendo contudo obrigatória a divulgação da relação da Entidade com o Estado e quaisquer transações significativas que tenham ocorrido com o Estado ou entidades relacionadas com o Estado. Adicionalmente a definição de parte relacionada foi alterada para eliminar inconsistências na identificação e divulgação das partes relacionadas. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- **Melhoria anual das normas em 2010**, a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2011. O processo de melhoria anual de 2010 afeta as normas: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13. Estas melhorias foram adotadas pela Entidade, quando aplicáveis, exceto quanto às melhorias à IFRS 1 por a Entidade já aplicar IFRS.

(ii) Interpretações:

- **IFRIC 14** (alteração) 'IAS 19 - Limitação aos ativos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interação com requisitos de contribuições mínimas'. Esta alteração clarifica que quando é apurado um saldo ativo resultante de pagamentos antecipados voluntários por conta de contribuições mínimas futuras, o excesso positivo pode ser reconhecido como um ativo. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- **IFRIC 19** (nova), 'Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital'. Esta interpretação clarifica qual o tratamento contabilístico a adotar quando uma entidade renegoceia os termos de uma dívida que resulta no pagamento do passivo através da emissão de instrumentos de capital próprio (ações) ao credor. Um ganho ou uma perda é reconhecido nos resultados do exercício, tomando por base o justo valor dos instrumentos de capital emitidos e comparando com o valor contabilístico da dívida. A mera reclassificação do valor da dívida para o capital não é permitida. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

b) Novas normas e alterações a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de julho de 2011 ou em data posterior:

(i) Normas:

- **IFRS 1** (alteração), 'Adoção pela primeira vez das IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2011). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração visa incluir uma isenção específica para as entidades que operavam anteriormente em economias hiperinflacionárias, e adotam pela primeira vez as IFRS. A isenção permite a uma Entidade optar por mensurar determinados ativos e passivos ao justo valor e utilizar o justo valor como "custo considerado" na demonstração da posição financeira de abertura para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à substituição das referências a datas específicas por "data da transição para as IFRS" nas exceções à aplicação retrospectiva da IFRS. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- **IFRS 7** (alteração), 'Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de ativos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2011). Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efetuar relativamente a ativos financeiros transferidos para terceiros mas não desreconhecidos do balanço por a entidade manter obrigações associadas ou envolvimento continuado. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- **IAS 12** (alteração), 'Impostos sobre o rendimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração requer que uma Entidade mensure os impostos diferidos relacionados com ativos dependendo se a Entidade estima recuperar o valor líquido do ativo através do uso ou da venda, exceto para as propriedades de investimento mensuradas de acordo com o modelo do justo valor. Esta alteração incorpora na IAS 12 os princípios incluídos na SIC 21, a qual é revogada. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- **IAS 1** (alteração), 'Apresentação de demonstrações financeiras' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração requer que as Entidades apresentem de forma separada os itens contabilizados como Outros rendimentos integrais, consoante estes possam ser reciclados ou não no futuro por resultados do exercício e o respetivo impacto fiscal, se os itens forem apresentados antes de impostos. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- **IFRS 9** (novo), 'Instrumentos financeiros – classificação e mensuração' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2015). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IFRS 9 refere-se à primeira parte da nova norma sobre instrumentos financeiros e prevê duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento financeiro é mensurado ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detém para receber os cash-flows contratuais e os cash-flows representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos financeiros, são valorizados ao justo valor por via de resultados. A Entidade aplicará a IFRS 9 no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- **IFRS 10** (novo), 'Demonstrações financeiras consolidadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IFRS 10 substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídos na IAS 27 e SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio base de que o consolidado apresenta a empresa-mãe e as subsidiárias como uma entidade única mantém-se inalterado. A Entidade aplicará a IFRS 10 no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- **IFRS 11** (novo), 'Acordos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IFRS 11 centra-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em vez da forma legal. Acordos conjuntos podem ser Operações conjuntas (direitos sobre ativos e obrigações) ou Empreendimentos conjuntos (direitos sobre o ativo líquido por aplicação do método da equivalência patrimonial). A consolidação proporcional deixa de ser permitida. A Entidade aplicará a IFRS 11 no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

- **IFRS 12** (novo) – ‘Divulgação de interesses em outras entidades’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas e entidades de fim específico, de forma a avaliar a natureza, o risco e os impactos financeiros associados ao interesse da Entidade. Uma Entidade pode efetuar algumas ou todas as divulgações sem que tenha de aplicar a IFRS 12 na sua totalidade ou as IFRS 10 e 11 e as IAS 27 e 28. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- **IFRS 13** (novo) – ‘Justo valor: mensuração e divulgação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IFRS 13 tem como objetivo aumentar a consistência, ao estabelecer uma definição precisa de justo valor e constituir a única fonte dos requisitos de mensuração e divulgação do justo valor a aplicar de forma transversal por todas as IFRSs. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- **IAS 27** (revisão 2011) ‘Demonstrações financeiras separadas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS 10 e contém os requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em subsidiárias, e empreendimentos conjuntos e associadas quando uma Entidade prepara demonstrações financeiras separadas. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- **IAS 28** (revisão 2011) ‘Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IAS 28 foi revista após a emissão da IFRS 11 e prescreve o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para a aplicação do método da equivalência patrimonial. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- **IAS 19** (revisão 2011), ‘Benefícios aos empregados’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta revisão introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efetuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvios atuariais passam a ser reconhecidos de imediato e apenas nos “Outros rendimentos integrais (não é permitido o método do corredor). O custo financeiro dos planos com fundo constituído é calculado na base líquida da responsabilidade não fundeada. Os Benefícios de cessação de emprego apenas qualificam como tal se não existir qualquer obrigação do empregado prestar serviço futuro. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- **IFRS 7** (alteração), ‘Divulgações – compensação de ativos e passivos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração é parte do projeto de “compensação de ativos e passivos” do IASB e introduz novos requisitos de divulgação sobre os direitos de compensação (de ativos e passivos) não contabilizados, os ativos e passivos compensados e o efeito destas compensações na exposição ao risco de crédito. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- **IAS 32** (alteração) ‘Compensação de ativos e passivos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração é parte do projeto de “compensação de ativos e passivos” do IASB a qual clarifica a expressão “deter atualmente o direito legal de compensação” e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

(ii) Interpretações:

- IFRIC 20 (nova), 'Custos de remoção na fase de produção de uma mina de superfície' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta interpretação está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta interpretação refere-se ao registo dos custos de remoção de resíduos na fase inicial de uma mina de superfície, como um ativo, considerando que a remoção dos resíduos gera dois benefícios potenciais: a extração imediata de recursos minerais e a abertura de acesso a quantidade adicionais de recursos minerais a extrair no futuro. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de gastos e rendimentos durante o período de reporte. Contudo, todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram baseadas no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

2.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os princípios de consolidação adotados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou Sócios e detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, na rubrica "Interesses não controlados". As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os acionistas minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os ativos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como uma diferença de consolidação (Nota 2.2 c)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito nas demonstrações financeiras dos resultados do exercício após reconfirmação do justo valor atribuído. Os interesses de acionistas minoritários são apresentados pela respetiva proporção do justo valor dos ativos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transações, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, bem como pelos dividendos recebidos e outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor da rubrica "Investimentos em empresas associadas" (Nota 2.2 c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como um ganho do período na rubrica da demonstração dos resultados "Resultados relativos a empresas associadas", após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Grupo não detinha investimentos financeiros em empresas associadas.

c) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, acrescido da quota-parte dos interesses minoritários no justo valor dos ativos e passivos adquiridos (incluindo os passivos contingentes), ou alternativamente, acrescido do justo valor da participação dos interesses minoritários na filial adquirida, e o justo valor dos ativos e passivos líquidos totais da filial adquirida, quando positivas, são registadas na rubrica "Diferenças de consolidação" (Nota 9), e quando negativas, são registadas como ganhos diretamente na demonstração dos resultados, após reconfirmação do justo valor atribuído.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas associadas e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na própria rubrica "Investimentos em empresas associadas", e quando negativas, são registadas como ganhos diretamente na demonstração dos resultados, após reconfirmação do justo valor atribuído.

O valor das diferenças de consolidação não é amortizado sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo. As perdas por imparidade das diferenças de consolidação registadas no exercício são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica "Provisões e perdas por imparidade".

As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da demonstração da posição financeira, e os gastos e os rendimentos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial gerada após 1 de janeiro de 2004 é registada no capital próprio na rubrica "Reservas de conversão". As diferenças cambiais acumuladas geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida da rubrica do capital próprio "Outras reservas".

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

Nos exercícios de 2011 e 2010, as cotações utilizadas na conversão para Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

		31-12-2011			
	MOEDA	CÂMBIO FINAL 2011	CÂMBIO HISTÓRICO MÉDIO 2011	CÂMBIO DATA CONSTITUIÇÃO	CÂMBIO FINAL 2010
Cabo Verde Motors, SARL	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço exceto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

		31-12-2010			
	MOEDA	CÂMBIO FINAL 2010	CÂMBIO HISTÓRICO MÉDIO 2010	CÂMBIO DATA CONSTITUIÇÃO	CÂMBIO FINAL 2009
Cabo Verde Motors, SARL	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço exceto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

2.3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos usados pelo Grupo Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao seu "deemed cost", o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (e nos países das respetivas subsidiárias do Grupo) até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas por imparidade" da demonstração dos resultados.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os bens estejam em condições de utilização, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 5
- Ferramentas e utensílios	4 - 14
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Outros ativos tangíveis	4 - 8

As despesas com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo tangível ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros ganhos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”.

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a ativos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização do capital, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição, sendo o respetivo justo valor objeto de divulgação (Nota 8).

Sempre que o justo valor destes ativos se revele inferior ao seu respetivo custo de aquisição é registada uma perda de imparidade no exercício em que esta é estimada, por contrapartida da rubrica “Provisões e perdas por imparidade” na demonstração de resultados. No momento em que as perdas por imparidade acumuladas registadas se deixem de verificar, são imediatamente revertidas por contrapartida da rubrica “Outros ganhos operacionais” na demonstração de resultados até ao limite do montante que teria sido determinado, líquido de amortizações ou depreciações, se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

O justo valor das propriedades de investimento que é objeto de divulgação foi determinado com base em avaliações imobiliárias efetuadas por entidade especializada independente – American Appraisal (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento), reportadas ao exercício de 2011.

d) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível e as correspondentes responsabilidades são registadas como locações financeiras. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o imobilizado corpóreo amortizado conforme descrito na Nota 2.3.a).

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam (Nota 35).

e) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

Os produtos acabados e intermédios bem como os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta, gastos gerais de fabrico e serviços executados no exterior.

As perdas de imparidade acumuladas para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários.

f) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de ativos fixos tangíveis, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” sendo reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios relacionados com gastos incorridos são registados como ganho na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a empresa já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpram com as condições exigidas para a sua concessão.

g) Imparidade de ativos, exceto diferenças de consolidação

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos do Grupo à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuiram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros ganhos operacionais”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Evidência de existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos nos pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e informação dos seus departamentos de controlo de crédito e jurídico, que lhe permitem efetuar uma estimativa dos montantes em imparidade.

No caso dos Inventários, as perdas por imparidade são calculadas com base em indicadores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários.

h) Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 26).

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

j) Instrumentos financeiros

i) Investimentos

O Grupo classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: ‘Investimentos registados ao justo valor através de resultados’, ‘Investimentos detidos até ao vencimento’ e ‘Investimentos financeiros disponíveis para venda’. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos financeiros derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se forem designados para efeitos de contabilidade de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expeável que se realizem num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Grupo Toyota Caetano não detinha instrumentos financeiros inseridos nas categorias "ativos financeiros detidos para negociação" e "instrumentos registados ao justo valor através de resultados".

Investimentos detidos até ao vencimento

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento. Estes investimentos são classificados como Ativos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo Toyota Caetano detinha Unidades de Participação do C imóvel - Fundo de Investimento Imobiliários Fechado (Nota 10).

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago; no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos financeiros disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados e os investimentos financeiros disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira correspondente à sua cotação em bolsa de valores, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica "Reservas de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Os investimentos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em ações de empresas não cotadas são registados ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os "investimentos registados ao justo valor através de resultados". Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os “investimentos financeiros disponíveis para venda” e os ‘investimentos registados ao justo valor através de resultados’ são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data de demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os “Investimentos detidos até à maturidade” são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos “Investimentos registados ao justo valor através de resultados” são registados na demonstração dos resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até ao investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

O justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/ líquido (investimentos não cotados), o Grupo regista ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho do mercado bolsista onde os mesmos são transacionados, à data da demonstração da posição financeira.

O Grupo efetua avaliações à data de cada demonstração da posição financeira sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para ‘Investimentos financeiros disponíveis para venda’, as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração dos resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira.

ii) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

As dívidas de terceiros que vençam juros (nomeadamente as respeitantes a vendas de viaturas a prestações) são registadas no ativo pelo seu valor total, sendo a parcela respeitante aos juros registada no passivo, como um proveito diferido e reconhecida na demonstração dos resultados em função do seu vencimento.

iii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

iv) Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

v) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de reduzir a sua exposição a esses riscos. Os instrumentos financeiros derivados normalmente utilizados correspondem a “Swaps” de taxa de juro e “forwards” cambiais e visam a cobertura do risco de variação da taxa de juro em empréstimos obtidos e variações da taxa de câmbio em transações futuras em moeda estrangeira.

Estes instrumentos derivados, em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, embora tenham sido contratados com objetivos de cobertura económica, são registados inicialmente pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de avaliações efetuadas pelas entidades bancárias com quem o Grupo celebra os respetivos contratos, afetam diretamente as rubricas de Resultados financeiros da demonstração consolidada dos resultados.

vi) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Apresentamos abaixo um quadro resumo dos instrumentos financeiros do grupo a 31 de dezembro de 2011 e 2010:

DESCRIÇÃO	ATIVOS FINANCEIROS		PASSIVOS FINANCEIROS		
	NOTAS	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Instrumentos Financeiros Derivados	27			388.356	174.782
Investimentos Financeiros Disponíveis para Venda	10	3.092.979	3.395.705		
Clientes	12	51.242.902	70.365.140		
Outras Dívidas de Terceiros	13	6.572.497	7.970.625		
Empréstimos Bancários	20			62.970.036	59.604.790
Outros Empréstimos	20 e 23			2.169.033	2.119.359
Dívidas a Terceiros	22			9.986.201	11.633.050
Fornecedores	21			31.493.607	37.913.647
Caixa e Equivalentes a Caixa	16	18.006.246	20.102.375		
Total		78.914.624	101.833.845	107.007.233	111.445.628

k) Complementos de reforma (Plano de Benefícios Definidos e Plano de Contribuição Definida)

O Grupo Toyota Caetano constituiu, em conjunto com outras entidades (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de janeiro de 1994, em 29 de dezembro de 1995 e em 23 de dezembro de 2002.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto o Grupo Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que a generalidade dos trabalhadores pudesse vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições, configurando um plano de benefícios definidos. Para cobrir estas responsabilidades, encontra-se constituído um Fundo Autónomo (o qual é gerido pela ESAF – Espírito Santo Ativos Financeiros, S.A.).

Entretanto, na sequência de pedido de alteração ao funcionamento daquelas compensações, solicitado ao ISP – Instituto de Seguros de Portugal, este Plano de Benefícios Definidos passou a abranger, a partir de 1 de janeiro de 2008, apenas os atuais reformados, os ex-funcionários do Grupo Toyota Caetano com “pensões diferidas” e os atuais funcionários e quadros do Grupo com mais de 50 anos de idade e pelo menos 15 anos ao serviço do Grupo.

Adicionalmente, e na sequência das alterações acima referidas e introduzidas no exercício de 2008 em conformidade com autorização do ISP – Instituto de Seguros de Portugal, uma parte dos funcionários do Grupo Toyota Caetano que estava anteriormente abrangido pelo Plano de Benefícios Definidos acima referido, deixou de beneficiar daquele Plano e passou a beneficiar de um Plano de Contribuição Definida. Relativamente a este Plano de Contribuição Definida, o Grupo Toyota Caetano (através dos associados que fazem parte daquele Plano) efetua contribuições para um Fundo Autónomo (igualmente gerido pela ESAF – Espírito Santo Ativos Financeiros, S.A.) correspondentes a 3 % da massa salarial anual de cada um dos respetivos beneficiários.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos atuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros ajustado de ganhos ou perdas atuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões (Nota 25). A este propósito, refira-se que o Grupo não adota o método do “Corridor”, reconhecendo ganhos e perdas atuariais, assim como variações de responsabilidades por serviços passados no resultado do período.

l) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo mas divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas quando é provável a existência de benefício económico futuro.

m) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de diferenças de consolidação ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os

ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data exatável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

n) Consolidação fiscal

Com exceção da Movicargo, os impostos sobre o rendimento do exercício são calculados com base no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS"), o qual inclui as empresas do Grupo Toyota Caetano com sede em Portugal:

- Consolidado Fiscal Toyota Caetano Portugal: Toyota Caetano Portugal, Caetano Renting, Caetano Components, Saltano e Caetano Auto;
- Consolidado Fiscal Auto Partner: Caetano Retail Norte II SGPS, Auto Partner - Comércio Automóvel, Caetano Colisão Norte.

Para a única empresa do Grupo Toyota Caetano com sede no estrangeiro (Cabo Verde Motors), a tributação é efetuada numa base individual e em conformidade com a legislação aplicável.

o) Especialização de exercícios e Rédito

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes".

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

O rédito é reconhecido líquido de impostos e descontos comerciais, pelo justo valor do montante recebido ou a receber, sendo que:

- O rédito da venda é reconhecido na demonstração dos resultados quando parte significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos seja transferida para o comprador, seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo Toyota Caetano Portugal e que o montante dos referidos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado;
- O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período de contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

p) Reserva legal

A legislação comercial portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual de cada sociedade, apurado nas suas contas individuais, tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

q) Classificação de demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os ativos e os passivos por impostos diferidos.

r) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações da posição financeira. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como ganhos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

s) Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e geográficos aplicáveis ao Grupo.

A informação relativa ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 31.

t) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expetável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expetável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor, deduzido de custos com a sua venda.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não existiam ativos não correntes detidos para venda e que cumpram com os requisitos e condições acima referidos.

u) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis;
- b) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- c) Testes de imparidade realizados às diferenças de consolidação;
- d) Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados; e
- e) Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais

das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

v) Política de gestão do risco

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Toyota Caetano, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam o risco de taxa de juro e o risco de crédito.

i) Risco de taxa de câmbio

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo opera internacionalmente e detém uma subsidiária a operar em Cabo Verde. Por política do Grupo, é eleita uma moeda funcional por cada participada (Escudo de Cabo Verde, relativamente à subsidiária Cabo Verde Motors, S.A.R.L.), correspondendo à moeda do seu ambiente económico principal e aquela que melhor representa a composição dos seus cash flows. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. O Grupo recorre a instrumentos financeiros derivados (forwards cambiais), como forma de gestão do risco cambial.

A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação (em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta situação não é aplicável a nenhuma subsidiária do Grupo).

O risco de taxa de câmbio associado à conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também denominado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da situação líquida da Empresa-mãe por força da necessidade de converter as demonstrações financeiras das participadas no exterior.

Conforme mencionado na Nota 2.2.d), os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data de demonstração da posição financeira e os gastos e ganhos dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica "Reservas de conversão".

O montante de ativos e passivos (em Euros) do Grupo registados em moeda diferente do Euro, pode ser resumido como se segue:

	ATIVOS		PASSIVOS	
	DEZ-11	DEZ-10	DEZ-11	DEZ-10
Escudo de Cabo Verde (CVE)	6.854.306	6.700.716	741.638	542.686
Libra Esterlina (GBP)	338.654	531.753	751	- 695
Coroa Norueguesa (DKK)	-	240.552	-	-
Coroa Sueca (SEK)	37.550	123.345	-	2.468
Yen Japonês (JPY)	-	-	732.429	255.810
Dólar Americano (USD)	-	-	- 298	-

ii) Risco de preço

O Grupo Toyota Caetano, durante os exercícios de 2011 e 2010, esteve exposto ao risco de variação de preço dos “Investimentos financeiros disponíveis para venda”. Aquela rubrica é composta em 31 de dezembro de 2011 unicamente por Unidades de Participação do Cível - Fundo de Investimento Imobiliários Fechado. Durante o período procedeu-se à alienação da totalidade das ações detidas em dezembro de 2010 de sociedades cotadas na Euronext Lisboa (BCP). Em virtude de aqueles instrumentos financeiros estarem classificados como “Investimentos financeiros disponíveis para venda”, o efeito de alterações no respetivo justo valor é reconhecido de acordo com os princípios descritos na Nota 2.3.j) para aquele tipo de instrumento financeiro.

A sensibilidade do Grupo a variações da cotação nos referidos Investimentos financeiros disponíveis para venda pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	DEZ-11			DEZ-10	
	VARIAÇÃO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
BCP	10%				40.315
FUNDO CÍVEL	10%		302.834		292.815
BCP	-10%				-40.315
FUNDO CÍVEL	-10%		- 302.834		-292.815

iii) Risco de taxa de juro

O endividamento do Grupo encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio do Grupo não é significativo pelo efeito dos seguintes fatores: (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (“natural hedge”); e (ii) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, é responsável pela decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração da posição financeira. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) A taxa de juro efetiva é superior em 1 p.p. face à taxa de juro suportada;
- (ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;
- (iii) Manutenção dos spreads negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	2011			2010	
	VARIAÇÃO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
Contas correntes caucionadas	1 p.p	139.700	-	123.000	-
Descobertos Bancários	1 p.p	69.000	-	3.548	-
Papel Comercial	1 p.p	421.000	-	467.000	-
Total		629.700	-	593.548	-
Contas correntes caucionadas	(1 p.p)	-139.700	-	-123.000	-
Descobertos Bancários	(1 p.p)	-69.000	-	-3.548	-
Papel Comercial	(1 p.p)	-421.000	-	-467.000	-
Total		-629.700	-	-593.548	-

A análise acima não inclui a consideração do instrumento derivado de cobertura ("swap" de taxa de juro) contratado pelo Grupo para fazer face a variações na taxa de juro (Nota 27).

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objetivo:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada nas Notas 20 e 22, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 53.755.988 Euros e 49.932.258 Euros, respetivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (Nota 20) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 16) contratados junto de diversas instituições.

v) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas para o Grupo.

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado de forma regular, sendo que o objetivo da gestão é (i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando prazos médios de recebimento de clientes, grupos

homogêneos de clientes e individualmente por cliente, (ii) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido e (iii) efetuar análises de imparidade aos montantes a receber numa base regular. O Grupo obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira de um cliente assim o recomende.

Com efeito, relativamente aos clientes que representam concessionários e reparadores automóveis, o Grupo exige a obtenção de garantias bancárias "on first demand", cujo montante, em 31 de dezembro de 2011 era de, aproximadamente, 9.413.462 Euros (9.900.000 em 31 de dezembro de 2010), que quando ultrapassado, implica a cessação dos fornecimentos (Nota 12).

O Grupo recorre igualmente a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuem para mitigar tal risco.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 encontram-se divulgados na Nota 26.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Grupo considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 26.

O montante relativo a clientes e outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

w) Justo Valor de Instrumentos Financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Um mercado é considerado ativo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transações atuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência. No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado (ex: modelos de fluxos de caixa descontados que incorporam curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado, no caso de instrumentos financeiros derivados).

Dando cumprimento ao disposto no parágrafo 27-A da IFRS 7, divulga-se em seguida a classificação de mensurações de justo valor de instrumentos financeiros, por nível hierárquico:

- a) nível 1 - preços cotados - ativos financeiros disponíveis para venda: 3.092.979 Euros (3.395.705 Euros em 2010);
- b) nível 2 - inputs diferentes dos preços cotados incluídos no nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (preços), quer indiretamente (derivados dos preços) - derivados de negociação (swaps e forward): -388.356 Euros (-174.782 Euros em 2010);
- c) nível 3 - inputs para o ativo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis) - Não aplicável.

x) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2.4 ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS DE VIDA ÚTIL

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2011, de acordo com o parágrafo 51 da IAS16, o Grupo efetuou a revisão da vida útil dos principais ativos fixos tangíveis, com base num estudo com parecer técnico.

Em consequência, as amortizações e depreciações do período findo em 31 de dezembro de 2011 foram inferiores em cerca de 1,6 milhões de Euros.

2.5. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No corrente período procedeu-se à alteração de procedimento contabilístico relativamente à apresentação dos saldos de locações financeiras, surgindo agora devidamente segregados em Balanço. Desta forma, procedeu-se às seguintes reclassificações:

RUBRICAS DO BALANÇO	2010 ANTES DAS ALTERAÇÕES	RECLASSIFICAÇÃO CONTABILÍSTICA	2010 APÓS ALTERAÇÕES
Locação Financeira - Passivo Não Corrente		6.621.087	6.621.087
Outras Dívidas a Terceiros - Passivo Não Corrente	6.621.087	-6.621.087	
Locação Financeira - Passivo Corrente		1.689.397	1.689.397
Outras Dívidas a Terceiros - Passivo Corrente	5.011.963	-1.689.397	3.322.566

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respetiva proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, são como se segue:

EMPRESAS	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA	
	DEZ-11	DEZ-10
Toyota Caetano Portugal, SA	Empresa Mãe	
Saltano - Investimentos e Gestão (SGPS), SA	99,98%	99,98%
Salvador Caetano (UK), Ltd	0,00%	99,82%
Caetano Components, SA	99,98%	99,98%
Cabo Verde Motors, SARL	81,24%	81,24%
Caetano Renting, SA	99,98%	99,98%
Caetano - Auto, SA	98,39%	98,39%
Caetano Retail (Norte) II SGPS, SA	49,20%	49,20%
Auto Partner - Comércio de Automóveis, SA	49,20%	49,20%
Caetano Colisão (Norte), SA	49,20%	49,20%
Movicargo - Movimentação Industrial, Lda.	100,00%	100,00%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto, ou de outro mecanismo, sendo titular de capital da empresa).

5. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, verificou-se uma alteração da composição do perímetro de consolidação, derivada da liquidação da Salvador Caetano UK, Ltd.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

31-12-2011	DESPESAS DE INSTALAÇÃO	DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	TRESPASSES	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativo bruto:							
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2010	-	-	140.816	81.485	1.164.675	200.000	1.586.976
Adições	-	-	-	-	651.481	594	652.075
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Variações de perímetro	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	200.500	- 200.000	500
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	-	-	140.816	81.485	2.016.656	594	2.239.551
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2010	-	-	47.604	81.485	1.144.086	-	1.273.175
Amortização do exercício	-	-	24.305	-	35.473	-	59.778
Alienações, abates e transferências	-	-	- 390	-	500	-	110
Variações de perímetro	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	-	-	71.519	81.485	1.180.059	-	1.333.063
Valor líquido	-	-	69.297	-	836.597	594	906.488
31-12-2010							
Ativo bruto:							
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2009	13.601	4.099.769	165.310	1.065.053	-	-	5.343.733
Adições	-	-	-	-	12.258	200.000	212.258
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Variações de perímetro	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	- 13.601	- 4.099.769	- 24.494	- 983.568	1.152.417	-	- 3.969.015
Saldo final em 31 de dezembro de 2010	-	-	140.816	81.485	1.164.675	200.000	1.586.976
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2009	13.601	3.906.697	24.233	1.065.053	-	-	5.009.584
Amortização do exercício	-	-	24.395	-	39.309	-	63.704
Alienações, abates e transferências	- 13.601	- 3.906.697	- 1.024	- 983.568	1.104.777	-	- 3.800.113
Variações de perímetro	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2010	-	-	47.604	81.485	1.144.086	-	1.273.175
Valor líquido	-	-	93.212	-	20.589	200.000	313.801

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a variação face a 2010, refere-se essencialmente a despesas incorridas com o novo software SPIGA implementado na Caetano Auto.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

31-12-2011	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAM. BÁSICO	EQUIP. DE TRANSPORTE	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	EQUIPAMENTO ADMINIST.	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVESTIMENTOS EM CURSO	TOTAL
Ativo bruto:									
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2010	16.215.089	87.181.644	59.512.044	58.358.847	-	7.719.612	4.197.971	1.441.337	234.626.544
Adições	101.250	991.915	851.503	27.667.008	-	120.511	55.878	1.349.519	31.137.584
Alienações e abates	- 56.175	- 1.175.454	- 490.199	- 30.374.156	-	- 131.896	- 95.141	-	- 32.323.021
Variações de perímetro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	- 1.627.853	- 224.700	35	648.902	-	- 5.848	4.601	- 115.800	- 1.320.663
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	14.632.311	86.773.405	59.873.383	56.300.601	-	7.702.379	4.163.309	2.675.056	232.120.444
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:									
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2010	-	54.507.624	50.353.072	20.822.436	-	7.119.409	3.380.675	-	136.183.216
Amortização do exercício	-	2.716.850	2.453.112	12.160.048	-	215.932	238.223	-	17.784.165
Alienações, abates e transferências	-	- 1.657.858	- 397.021	- 9.414.382	-	- 121.314	- 89.725	-	- 11.680.300
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações de perímetro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	-	55.566.616	52.409.163	23.568.102	-	7.214.027	3.529.173	-	142.287.081
Valor líquido	14.632.311	31.206.789	7.464.220	32.732.499	-	488.352	634.136	2.675.056	89.833.363

31-12-2010	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAM. BÁSICO	EQUIP. DE TRANSPORTE	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	EQUIPAMENTO ADMINIST.	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVESTIMENTOS EM CURSO	TOTAL
Ativo bruto:									
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2009	16.608.116	84.266.504	49.276.657	47.009.517	10.484.698	7.872.652	4.186.655	3.825.199	223.529.998
Adições	488.336	5.355.607	671.466	32.357.474	-	144.361	108.110	203.345	39.328.699
Alienações e abates	-	- 665.045	- 1.294.742	- 21.999.022	-	- 253.746	- 95.264	- 3.766	- 24.311.585
Variações de perímetro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	- 881.363	- 1.775.422	10.858.663	990.878	- 10.484.698	- 43.655	- 1.530	- 2.583.441	- 3.920.568
Saldo final em 31 de dezembro de 2010	16.215.089	87.181.644	59.512.044	58.358.847	-	7.719.612	4.197.971	1.441.337	234.626.544
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:									
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2009	-	53.242.926	38.690.456	17.534.068	10.232.334	7.134.775	3.207.617	-	130.042.176
Amortização do exercício	-	3.944.296	6.883.806	6.585.990	-	278.272	247.395	-	17.939.759
Alienações, abates e transferências	-	- 2.029.598	4.778.810	- 3.297.622	- 10.232.334	- 293.638	- 74.337	-	- 11.148.719
Perdas por imparidade	-	- 650.000	-	-	-	-	-	-	- 650.000
Variações de perímetro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2010	-	54.507.624	50.353.072	20.822.436	-	7.119.409	3.380.675	-	136.183.216
Valor líquido	16.215.089	32.674.020	9.158.972	37.536.411	-	600.203	817.296	1.441.337	98.443.328

Os movimentos registados na rubrica “Equipamento de transporte” referem-se essencialmente a viaturas e a máquinas de movimentação de carga (“Empilhadores”) ao serviço do Grupo, bem como para aluguer operacional a clientes.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Grupo transferiu o montante bruto de 837.149 Euros do seu ativo fixo tangível (das rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”) para a rubrica “Propriedades de investimento”, em virtude de se ter alterado a perspetiva de utilização futura do imóvel.

Durante o ano, o Grupo recorreu a entidades especializadas independentes de forma a determinar o justo valor de alguns dos seus Ativos Fixos Tangíveis para os quais, tendo em conta fatores internos e externos, existiam indícios de que poderiam estar escriturados por um valor superior ao seu justo valor.

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade, para além da perda já registada.

Em 2010, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento), procedeu-se ao reconhecimento de uma perda por imparidade no montante de aproximado de 650.000 Euros que foi reconhecida nos resultados do exercício, na rubrica de provisões e perdas de imparidade.

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os rendimentos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica “Rendimentos e ganhos financeiros” e ascenderam a 2.751.712 Euros no período findo em 31 de dezembro de 2011 (2.676.444 Euros em 31 de dezembro de 2010) (Nota 36).

Adicionalmente, de acordo com avaliações externas reportadas a 31 de dezembro de 2011, efetuadas por entidades especializadas independentes, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascendia a, aproximadamente, 48 milhões de Euros.

Em 2010, procedeu-se ao reconhecimento de uma perda por imparidade no montante de aproximadamente 1.130.000 Euros, reconhecida nos resultados do referido período, na rubrica de provisões e perdas de imparidade.

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade, para além das perdas registadas em anos anteriores.

O detalhe dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento” em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, pode ser detalhado como se segue:

Imóvel	LOCAL	DEZ-11		DEZ-10	
		VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR DE AVALIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR DE AVALIAÇÃO
Instalações Fabris	V.N. Gaia	965.663	9.121.000	1.107.830	11.035.000
Instalações Fabris	Carregado	6.285.496	21.026.000	6.382.542	24.100.000
Armazém Industrial	V.N. Gaia	1.456.718	6.111.000	1.559.960	5.235.000
Instalações Comerciais	Vários locais	3.133.186	5.760.000	3.455.617	6.536.000
Terrenos não utilizados	Vários locais	3.955.357	4.633.000	3.057.652	4.675.000
Outros		1.317.537	1.327.000	1.346.926	1.310.000
		17.113.956	47.978.000	16.910.528	52.891.000

O justo valor das propriedades de investimento, que é objeto de divulgação em 31 de dezembro de 2011, foi determinado por avaliação imobiliária efetuada nos exercícios de 2011 e 2010 por uma entidade especializada independente – American Appraisal (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento).

O movimento da rubrica “Propriedades de investimento” em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi como se segue:

31-12-2011			
VALOR BRUTO	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	8.919.187	32.633.940	41.553.127
Transferências	894.706	- 57.557	837.149
Perda por imparidade			-
Saldo final	9.813.893	32.576.383	42.390.276

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial		24.642.599	24.642.599
Aumentos		566.989	566.989
Transferências		66.732	66.732
Saldo final		25.276.320	25.276.320

31-12-2010 VALOR BRUTO	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	9.107.019	28.223.703	37.330.722
Transferências	942.168	4.410.237	5.352.405
Perda por imparidade	- 1.130.000		- 1.130.000
Saldo final	8.919.187	32.633.940	41.553.127

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial		21.253.930	21.253.930
Aumentos		916.724	916.724
Transferências		2.471.945	2.471.945
Saldo final		24.642.599	24.642.599

9. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica “Diferenças de consolidação”.

A rubrica “Diferenças de consolidação” diz integralmente respeito ao montante apurado na aquisição da filial Movicargo cuja atividade foi transferida para a empresa-mãe Toyota Caetano Portugal, S.A.

As diferenças de consolidação não são amortizadas. São efetuados testes de imparidade das diferenças de consolidação com uma periodicidade anual.

Para efeitos da análise de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base business plans desenvolvidos pelos responsáveis das empresas e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo e utilizando taxas de desconto que refletem os riscos inerentes do negócio.

Em 31 de dezembro de 2011, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, foram como se segue:

Movicargo - Divisão de Equipamentos Industriais BT

Diferença de Consolidação	611.997
Período Utilizado	Projeções de cash flows para 5 anos
Taxa de Crescimento (g) ⁽¹⁾	0%
Taxa de desconto utilizada ⁽²⁾	10,24%

¹ Taxa de crescimento usada para extrapolar os cash flows para além do período considerado no business plan
² Taxa de desconto aplicada aos cash flows projetados

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de dezembro de 2011, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo as diferenças de consolidação (2,6 milhões de Euros), não excede o seu valor recuperável (14,4 milhões de Euros).

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável não irá originar perdas de imparidade.

10. INVESTIMENTOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os movimentos ocorridos na rubrica “Investimentos financeiros disponíveis para venda” foi como se segue:

	DEZ-11	DEZ-10
Justo valor em 1 de janeiro	3.395.705	5.367.157
Aquisições durante o ano		3.604.898
Alienações durante o ano	- 588.451	- 5.305.021
Aumento/(diminuição) no justo valor	285.725	- 271.329
Justo valor em 31 de dezembro	3.092.979	3.395.705

Durante o período procedeu-se à alienação de ações de sociedades cotadas na Euronext Lisboa (BCP).

A 31 de dezembro de 2011, os “Investimentos financeiros disponíveis para venda” incluem o montante de 3.028.343 Euros correspondentes a 580.476 Unidades de Participação do Címóvel - Fundo de Investimento Imobiliários Fechado (9,098%) estando as mesmas registadas ao valor da Unidade de Participação divulgada a 31 de dezembro de 2011 (o custo de aquisição das referidas ações ascendeu a 3.013.947 Euros, encontrando-se constituída uma reserva em Capital (Reserva de Justo Valor) no montante de 14.396 Euros. Os restantes “Investimentos financeiros disponíveis para venda” representam investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

Adicionalmente, o efeito no capital próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 do registo dos “Investimentos financeiros disponíveis para venda” ao seu justo valor pode ser resumido como se segue:

	DEZ-11	DEZ-10
Reconhecimento em resultados pela alienação		- 885.936
Variação no justo valor	285.725	- 271.329
Efeito no capital próprio	285.725	- 1.157.265

11. EXISTÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	DEZ-11	DEZ-10
Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	10.714.407	9.398.703
Produtos e Trabalhos em Curso	5.229.612	6.235.204
Produtos Acabados e Intermédios	5.470.765	3.869.884
Mercadorias	50.095.180	49.655.887
	71.509.964	69.159.678
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 26)	- 2.489.764	- 2.361.786
	69.020.200	66.797.892

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi apurado como se segue:

	DEZ-11			DEZ-10		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Existências Iniciais	49.655.887	9.398.703	59.054.590	51.975.486	8.454.175	60.429.661
Compras Líquidas	189.404.260	34.506.698	223.910.958	286.191.814	41.208.347	327.400.161
Existências Finais	- 50.095.180	- 10.714.407	- 60.809.587	- 49.655.887	- 9.398.703	- 59.054.590
Total	188.964.967	33.190.994	222.155.961	288.511.413	40.263.819	328.775.232

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi apurada como se segue:

	PRODUTOS ACABADOS, INTERMÉDIOS E PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	
	DEZ-11	DEZ-10
Existências finais	10.700.377	10.105.088
Regularização de existências	- 26.615	- 15.726
Existências iniciais	- 10.105.088	- 11.126.091
Total	568.674	- 1.036.729

12. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	DEZ-11		DEZ-10	
	ATIVOS NÃO CORRENTES	ATIVOS CORRENTES	ATIVOS NÃO CORRENTES	ATIVOS CORRENTES
Cientes, conta corrente	1.189.734	51.782.069	1.556.626	71.282.984
Cientes, letras a receber	-	10.971	-	76.650
Cientes cobrança duvidosa	-	10.816.033	-	10.327.614
	1.189.734	62.609.073	1.556.626	81.687.248
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 26)	-	- 12.555.905	-	- 12.878.734
	1.189.734	50.053.168	1.556.626	68.808.514

As contas a receber de Clientes classificadas como ativos não correntes correspondem a um montante a receber de clientes da subsidiária Caetano Auto, S.A., no âmbito de acordos de pagamento de dívidas em prestações (cujos prazos variam entre 1 e 6 anos, e se encontram a vencer juros).

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua atividade operacional. Antes de aceitar novos clientes, a Empresa obtém informação de agências de avaliação de crédito e efetua análises internas de risco de cobrança através de departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e gestão de processos em contencioso, atribuindo limites de crédito por cliente, com base na informação recolhida.

Antiguidade de contas a receber

Maturidade das dívidas sem reconhecimento de perda de imparidade

2011	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Clientes	33.043.225	1.740.499	2.253.233	10.819.521	47.856.478
Funcionários	-	-	-	1.334.204	1.334.204
Concessionários Independentes	3.329.496	210.723	72.476	179.397	3.792.092
Frotistas	-	-	-	-	-
Total	36.372.721	1.951.222	2.325.709	12.333.122	52.982.774

2010	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Clientes	48.914.659	2.295.975	651.587	9.362.244	61.224.465
Funcionários	87.219	38.616	24.586	1.508.091	1.658.512
Concessionários Independentes	8.811.823	28.835	661	171.780	9.013.099
Frotistas	333.444	35.168	8.792	147.780	525.184
Total	58.147.145	2.398.594	685.626	11.189.895	72.421.260

Maturidade das dívidas com reconhecimento de perda de imparidade

2011	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Clientes	-	-	-	-	-
Clientes Cob. Duvidosa	-	-	-	10.816.033	10.816.033
Total				10.816.033	10.816.033

2010	- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Clientes	-	-	-	495.000	495.000
Clientes Cob. Duvidosa	20.818	1.882	-	10.304.914	10.327.614
Total	20.818	1.882	-	10.799.914	10.822.614

Os montantes apresentados no Balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas na data de balanço. A concentração de risco de crédito é limitada, uma vez que a base de clientes é abrangente e não relacional. Assim, o Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

13. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES	
	DEZ-11	DEZ-10
Adiantamentos a fornecedores	9.102	32.737
Outros devedores	6.563.395	7.937.888
	6.572.497	7.970.625

A rubrica "Outras dívidas de terceiros" inclui o montante de, aproximadamente, 5,2 Milhões de Euros (5,2 Milhões de Euros em 31 de dezembro de 2010) que corresponde a adiantamentos efetuados pelo Grupo relativamente à realização de obras e benfeitorias em instalações para o desenvolvimento da atividade de retalho automóvel os quais foram integralmente faturados em exercícios anteriores, sendo que o montante a receber se estima que venha a ser suportado por terceiros no curto prazo.

Adicionalmente, esta rubrica inclui, em 31 de dezembro de 2011, o montante de, aproximadamente, 800.000 Euros a receber da empresa relacionada Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A. (800.000 Euros em 31 de dezembro de 2010).

14. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	DEZ-11	DEZ-10
Acréscimos de rendimentos		
Reclamações de Garantia	350.852	332.514
Comparticipação em Frotas e Campanhas	458.716	146.177
Comissões de Intermediação de Contratos de Financiamento	22.200	229.228
Rendas	72.000	
Seguros	38.806	
Bónus de Fornecedores	10.561	217.593
Juros a receber	93.418	
Outros	99.595	382.049
	1.146.148	1.307.561
Gastos Diferidos		
Custos Oficiais	15.461	83.297
Seguros	244.412	204.984
Juros	93.481	146.186
Rendas	138.701	135.440
Outros	149.103	238.424
	641.158	808.331
Total	1.787.306	2.115.892

15. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

O detalhe e movimento dos montantes e a natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de dezembro de 2011 e 2010, podem ser resumidos como se segue:

31-12-2011	DEZ-10	VARIAÇÕES DE PERÍMETRO	IMPACTO EM RESULTADOS	IMPACTO EM CAPITAIS PRÓPRIOS	DEZ-11
Ativos por impostos diferidos:					
Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	1.156.801	-	- 247.305	-	909.496
Prejuízos fiscais reportáveis	215.574	- 1	- 58.462	-	157.111
Efeito da conversão para os IFRS:					
Anulação de ativos fixos tangíveis	1.036.015	-	- 159.218	-	876.797
Anulação de custos diferidos	37.040	-	- 9.259	-	27.781
Valorização de instrumentos derivados	61.067	-	56.597	-	117.664
	2.506.497	- 1	- 417.647	-	2.088.849
Passivos por impostos diferidos:					
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	- 1.124.447	-	33.557	-	- 1.090.890
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de ativos fixos tangíveis	- 426.002	-	57.777	-	- 368.225
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	- 190.529	-	47.630	-	- 142.899
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	- 30.557	-	6.112	-	- 24.445
Efeito da conversão para os IFRS:					
Imputação do justo valor de investimentos financeiros (Nota g)		-	-	-	
	- 1.771.535		145.076		- 1.626.459
Efeito líquido (Nota 29)			- 272.571		

31-12-2010	DEZ-09	VARIAÇÕES DE PERÍMETRO	IMPACTO EM RESULTADOS	IMPACTO EM CAPITAIS PRÓPRIOS	DEZ-10
Ativos por impostos diferidos:					
Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	1.051.730	-	105.071	-	1.156.801
Prejuízos fiscais reportáveis	133.607	-	81.967	-	215.574
Efeito da conversão para os IFRS:					
Anulação de ativos fixos tangíveis	305.970	-	870.049	- 140.004	1.036.015
Anulação de custos diferidos	59.998	-	- 22.958	-	37.040
Valorização de instrumentos derivados	246.893	-	-185.826	-	61.067
	1.798.198	-	848.303	- 140.004	2.506.497
Passivos por impostos diferidos :					
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	- 1.058.113	-	- 66.334	-	- 1.124.447
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de ativos fixos tangíveis	- 484.148	-	58.146	-	- 426.002
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente		-	- 4.853	- 185.675	- 190.529
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	- 36.669	-	6.112	-	- 30.557
Efeito da conversão para os IFRS:					
Imputação do justo valor de investimentos financeiros (Nota g)		-	-	-	-
	- 1.578.930		- 6.929	- 185.675	- 1.771.535
Efeito líquido (Nota 29)			841.374	- 325.679	

Nos termos da legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de quatro anos (seis anos para prejuízos fiscais referentes a exercícios anteriores a 2010) após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (data das últimas declarações fiscais entregues), as empresas do Grupo que tinham prejuízos fiscais reportáveis relativamente aos quais foram registados ativos por impostos diferidos eram como se segue:

COM LIMITE DE DATA DE UTILIZAÇÃO:	DEZ-11		DEZ-10		DATA LIMITE DE UTILIZAÇÃO
	PREJUÍZO FISCAL	IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS	PREJUÍZO FISCAL	IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS	
Gerados em 2004					
Caetano Components, S.A.	-	-	-	-	-
Gerados em 2005					
Caetano Components, S.A.	0	0	233.848	58.463	2011
Gerados em 2005					
Caetano Retail (Norte) II, SGPS, SA	0	0	69.055	0	2011
Caetano Colisão, SA	0	0	396.421	0	2011
Gerados em 2006					
Caetano Retail (Norte) II, SGPS, SA	2.059	0	2.059	0	2012
Caetano Colisão, SA	388.146	0	388.146	0	2012
Gerados em 2007					
Caetano Retail (Norte) II, SGPS, SA	63.772	0	63.772	0	2013
Caetano Colisão, SA	1.100.930	0	1.100.930	0	2013
Auto Partner CA, SA	81.957	0	219.604	0	2013
Gerados em 2008					
Caetano Retail (Norte) II, SGPS, SA	70.511	0	70.511	0	2014
Caetano Colisão, SA	117.929	0	117.929	0	2014
Auto Partner CA, SA	343.145	85.786	343.145	85.786	2014
Gerados em 2009					
Caetano Retail (Norte) II, SGPS, SA	48.248	0	48.248	0	2015
Caetano Colisão, SA	0	0	0	0	2015
Auto Partner CA, SA	409.584	71.325	409.584	71.325	2015
Gerados em 2010					
Caetano Retail (Norte) II, SGPS, SA	11.898				2014
	2.638.179	157.111	3.463.252	215.574	

Numa ótica de prudência, algumas das Empresas do Grupo Toyota Caetano não procedem ao registo dos ativos por impostos diferidos associados à totalidade dos prejuízos fiscais reportáveis.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos ativos e passivos por impostos diferidos foram as seguintes:

	TAXA DE IMPOSTO	
	DEZ-11	DEZ-10
País origem da filial:		
Portugal	26,5% - 25%	26,5% - 25%
Cabo Verde	35,0%	35,0%

Com exceção da Movicargo, as empresas do Grupo Toyota Caetano sediadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Toyota Caetano e empresas do Grupo sediadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos, exceto no caso de prejuízos fiscais (seis anos). Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2008 a 2011 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de dez anos até ao ano de 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas sediadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

16. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 o detalhe de caixa e equivalentes a caixa era o seguinte:

	DEZ-11	DEZ-10
Numerário	349.572	156.425
Depósitos Bancários	17.655.731	19.945.500
Equivalentes a Caixa	943	450
	18.006.246	20.102.375

A Empresa e as suas participadas têm disponíveis linhas de crédito em 31 de dezembro de 2011 no montante de, aproximadamente, 103 Milhões de Euros que poderão ser utilizadas para futuras atividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade.

17. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 ações ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S.A.	60,82%
- Toyota Motor Europe NV/SA	27,00%

18. CAPITAL PRÓPRIO

Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de abril de 2011, foi pago um dividendo de 0,19 Euros por ação (dividendo total de 6.650.000 Euros). Em 23 de abril de 2010, o dividendo pago foi de 0,15 Euros por ação (dividendo total de 5.250.000 Euros).

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação tenham sido alienados.

Reservas de conversão

As reservas de conversão refletem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor refletem as variações de justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos (Nota 10).

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal, apresentadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

Outras reservas

Referem-se a reservas com natureza de reserva livre, logo distribuíveis de acordo com a legislação comercial em vigor.

19. INTERESSES NÃO CONTROLADOS

O movimento desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi como se segue:

	DEZ-11	DEZ-10
Saldo inicial em 1 de janeiro	1.081.820	3.284.681
Varição resultante da aquisição de participação	-	- 2.399.454
Outros	- 54.910	0
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	31.270	196.593
	1.058.180	1.081.820

20. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS E LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	DEZ-11			DEZ-10		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Empréstimos Bancários	56.070.000	-	56.070.000	59.000.000	250.000	59.250.000
Descobertos Bancários	6.900.036	-	6.900.036	354.790	-	354.790
Outros Empréstimos	628.690	1.540.343	2.169.033	210.612	1.908.747	2.119.359
	63.598.726	1.540.343	65.139.069	59.565.402	2.158.747	61.724.149

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos e Programas de Papel Comercial, bem como as suas respetivas condições, é como se segue:

DESCRIÇÃO/EMPRESA BENEFICIÁRIA	2011			
	MONTANTE UTILIZADO	LIMITE	DATA INÍCIO	PRAZO
Não corrente				
Subsídio reembolsável:				
Toyota Caetano Portugal	1.363.390	1.363.390	30-01-2009	5 anos
Linha de crédito PME Invest III:				
Caetano Components	176.953	176.953	24-04-2009	5 anos
	1.540.343	1.540.343		
Corrente				
Contas correntes caucionadas	13.970.000	29.400.000		
Descobertos bancários	6.900.036	17.500.000		
Subsídio reembolsável	628.690	628.690	30-01-2009	5 anos
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	-	5.000.000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	7.800.000	11.600.000	21-08-2006	5 anos
Toyota Caetano Portugal	10.000.000	10.000.000	02-05-2011	5 anos
Toyota Caetano Portugal	12.500.000	15.000.000	30-07-2008	5 anos
Toyota Caetano Portugal	8.000.000	8.000.000	12-07-2007	5 anos
Caetano Auto	3.800.000	4.000.000	25-05-2011	1 ano
	63.598.726	101.128.690		
	65.139.069	102.669.033		

De referir que, dos 628.690 Euros de subsídio reembolsável corrente, 545.356 Euros dizem respeito ao programa SIME A, sendo o remanescente referente à linha de crédito PME Invest III.

DESCRIÇÃO/EMPRESA BENEFICIÁRIA	2010			
	MONTANTE UTILIZADO	LIMITE	DATA INÍCIO	PRAZO
Não corrente				
Subsídio reembolsável:				
Toyota Caetano Portugal	1.908.747	1.908.747	30-01-2009	5 anos
Linha de crédito PME Invest III:				
Caetano Components	250.000	250.000	24-04-2009	5 anos
	2.158.747	2.158.747		

DESCRIÇÃO/EMPRESA BENEFICIÁRIA	2010			
	MONTANTE UTILIZADO	LIMITE	DATA INÍCIO	PRAZO
Corrente				
Contas correntes caucionadas	12.300.000	43.990.000		
Descobertos bancários	354.790	11.500.000		
Subsídio reembolsável	210.612	210.612	30-01-2009	5 anos
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	0	5.000.000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	8.200.000	11.200.000	25-08-2006	5 anos
Toyota Caetano Portugal	10.000.000	10.000.000	07-12-2006	5 anos
Toyota Caetano Portugal	12.500.000	12.500.000	29-06-2007	5 anos
Toyota Caetano Portugal	15.000.000	15.000.000	08-09-2008	5 anos
Toyota Caetano Portugal		8.000.000	12-07-2007	5 anos
Caetano Auto	1.000.000	1.000.000	29-02-2008	4 anos
	59.565.402	118.400.612		
	61.724.149	120.559.359		

Os juros respeitantes aos empréstimos bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor, acrescidos de um "spread" que varia entre 1,00% e 5,5%.

Com o encerramento do projeto da candidatura n.º 00/07099 no âmbito do programa SIME A junto da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.) foi concedido um incentivo reembolsável com o seguinte plano de amortização:

DEZ-11	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Subsídio reembolsável:					
Amortização	545.356	545.356	545.356	272.678	1.908.748
	545.356	545.356	545.356	272.678	1.908.748

A rubrica Locação Financeira (corrente e não corrente) corresponde a responsabilidades do Grupo como locatário relativos à aquisição de instalações e de bens de equipamento. O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos pode ser resumido como se segue:

CONTRATO	BEM LOCADO	CURTO PRAZO	MÉDIO/LONGO PRAZO				TOTAL	TOTAL
			2013	2014	2015	> 2015		
343616	Equipamento Industrial							
	Capital	127.591	77.538			77.538	205.129	
	Juros	3.656	785			785	4.441	
2028278	Instalações comerciais							
	Capital	88.316	89.874	91.459	93.072	587.281	861.686	950.002
	Juros	16.373	14.815	13.229	11.616	34.185	73.845	90.218
559769	Instalações comerciais							
	Capital	55.650	56.504	57.372	58.253	838.403	1.010.532	1.066.182
	Juros	16.436	15.582	14.714	13.833	85.145	129.273	145.709
626064	Instalações comerciais							
	Capital	135.282	140.093	145.076	137.515	1.628.742	2.051.425	2.186.707
	Juros	71.488	66.690	61.722	56.577	316.875	501.863	573.351
Diversos	Equipamento Industrial							
	Capital	975.421	800.878	434.397	4.451		1.239.725	2.215.146
	Juros	34.535	17.148	4.385	12		21.545	56.080
	Total Capital	1.382.258	1.164.887	728.303	293.291	3.054.426	5.240.907	6.623.166
	Total Juros	142.488	115.020	94.050	82.038	436.204	727.312	869.799

21. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

O Grupo, no âmbito da gestão dos riscos financeiros, implementou políticas para assegurar que todas as responsabilidades são liquidadas dentro dos prazos de pagamento definidos.

22. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS E ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	PASSIVOS CORRENTES		PASSIVOS NÃO CORRENTES	
	DEZ-11	DEZ-10	DEZ-11	DEZ-10
Estado e outros Entes Públicos:				
Retenção de impostos sobre o Rendimento	315.658	349.190	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4.478.923	11.641.562	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (imposto estimado) (Nota 29)	34.058	3.449.654	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (pagamentos por conta e ret. fonte)	- 1.533.222	- 2.133.025	-	-
Imposto Automóvel	2.052.759	3.836.667	-	-
Direitos aduaneiros	170.407	727.142	-	-
Contribuições para a Segurança Social	642.098	733.598	-	-
Outros	213.651	214.186	-	-
	6.374.333	18.818.974	-	-
Acionistas	37.486	59.825	-	-
Adiantamentos de Clientes	876.085	636.666	-	-
Outros Credores	1.272.666	2.626.075	-	-
	2.186.237	3.322.566	-	-
	8.560.570	22.141.540	-	-

O valor da rubrica de Estado e Outros Entes públicos refletido no Ativo, respeita a IVA a recuperar.

23. OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2011 a rubrica "Outros Empréstimos" inclui um montante relativo a um subsídio reembolsável ao investimento, com o seguinte plano de reembolso:

2012	628.690
2013 e seguintes	1.540.343
	2.169.033

24. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 a rubrica "Outros passivos correntes" pode ser detalhada como se segue:

	DEZ-11	DEZ-10
Acréscimos de gastos		
Encargos com férias e subsídios de férias	4.820.418	6.036.037
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	449.996	710.473
Campanhas publicitárias e promoção vendas	1.441.979	780.628
Especialização de gastos afetos a viaturas vendidas	791.536	2.349.319
Reclamações de garantia	59.709	266.577
Juros a liquidar	48.349	122.934
Antecipação de encargos com FSE's	406.822	-
Royalties	73.890	135.723
Trabalhos especializados	36.263	-
Seguros a liquidar	191.852	224.903
Comissões a liquidar	319.861	693.720
Gastos de aprovisionamento	602.481	632.684
Outros	702.265	1.131.879
	9.945.420	13.084.877
Rendimentos diferidos		
Recuperação de encargos c/ publicidade noutros meios	971.796	890.257
Juros debitados a clientes	37.287	80.148
Rappel	306.960	-
Subsidio ao investimento	674.742	706.936
Diferimento do rédito	-	2.271.797
Outros	393.722	171.009
	2.384.507	4.120.147
Total	12.329.927	17.205.024

25. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

A Toyota Caetano (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de janeiro de 1994, em 29 de dezembro de 1995 e 23 de dezembro de 2002.

Em 31 de dezembro de 2011, as seguintes empresas do Grupo Toyota Caetano eram associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Caetano Auto, S.A.
- Caetano Components, S.A.
- Caetano Renting, S.A.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto os seus associados mantiverem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores (beneficiários) possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento de reforma não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Em 19 de dezembro de 2006 solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (ESAF – Espírito Santo Ativos Financeiros, S.A.) que encetasse junto do ISP-Instituto de Seguros de Portugal as necessárias demarches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrito foi enviado em 18 de dezembro de 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um

dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a ata de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo propondo, com efeitos a 1 janeiro 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os reformados e beneficiários de pensões diferidas à data de 1 de janeiro de 2008, bem como para todos os trabalhadores associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano e que à data de 1 de janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de dezembro de 2008 foi rececionada pela Toyota Caetano Portugal, S.A. uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar desde de 1 de janeiro de 2008. O Instituto de Seguros de Portugal determinou na referida aprovação que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de janeiro de 2008 tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um "capital inicial" individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades atuariais apuradas com referência a 31 de dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

Os pressupostos atuariais utilizados pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo "Projected Unit Credit", as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respetivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de rendimento de 2%, 0% e 5%, respetivamente.

Adicionalmente, durante o período de 2011 foi efetuada no Grupo Toyota Caetano uma dotação para reforço do Fundo de Pensões em apreço, que ascendeu a, aproximadamente, 2,7 milhões de Euros, a qual se encontra registada na rubrica da demonstração dos resultados "Custos com o pessoal".

O movimento das responsabilidades da Empresa com o Plano de benefício definido no exercício de 2011 pode ser resumido como se segue:

Responsabilidade 1/1/2011	29.550.745
Correção ao valor das responsabilidades posterior a 31/12/2010	53.176
Custos dos serviços correntes	220.950
Custos dos juros	1.430.519
(Ganhos) e perdas atuariais	418.675
Pagamentos de pensões	- 1.987.121
Responsabilidade 31/12/2011	29.686.944

O movimento da situação patrimonial do Fundo de pensões, que cobre os dois planos de benefícios acima referidos, durante o exercício de 2011, foi como se segue:

RUBRICA	PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO CONTRIBUIÇÃO DEFINIDO	TOTAL
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2010	28.812.418	7.920.838	36.733.256
Contribuições	121.885	552.005	673.890
Retorno real dos ativos do plano	- 365.034	- 180.998	- 546.032
Pagamentos de Pensões	- 1.987.121	-	- 1.987.121
Transferências entre Associados	- 40.925	-	- 40.925
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2011	26.541.223	8.291.845	34.833.068

Notas às Demonstrações Financeiras

Para fazer face à insuficiência de cobertura da responsabilidade líquida do fundo de pensões, constituiu-se uma provisão no valor de cerca de 2,7 milhares de Euros.

A 31 de dezembro de 2011, a decomposição da carteira de ativos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, foi como se segue:

CARTEIRA DO FUNDO	PESO CARTEIRA	VALOR 31-12-2011
Ações	14%	3.710.463
Obrigações	41%	10.794.315
Imobiliário	39%	10.340.460
Liquidez	4%	1.117.385
Outros Ativos	2%	578.600
Total	100%	26.541.223

A 31 de dezembro de 2011, os investimentos individuais com um peso superior a 5% do total da carteira de ativos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, foi como se segue:

ATIVO	PESO CARTEIRA	VALOR 31-12-2010
Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	39%	10.340.460

De referir que a 31 de dezembro de 2011, o fundo de Pensões detinha cerca de 312.945 ações da Toyota Caetano Portugal, S.A. (sem alterações face a dezembro de 2010), cuja valorização na carteira do fundo ascendia a cerca de 1.247.252 Euros (779.233 Euros em dezembro de 2010).

A evolução das responsabilidades do Grupo com o Plano de benefício definido e da situação patrimonial do Fundo de pensões afeto pode ser resumido como se segue:

PLANO BENEFICIO DEFINIDO	2011	2010	2009	2008	2007
Valor da responsabilidade	29.686.944	29.550.745	29.035.762	28.358.503	28.258.700
Valor do fundo	26.541.223	28.812.418	28.901.854	28.067.165	27.916.070

26. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi o seguinte:

RUBRICAS	31-12-2011				
	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES E DIMINUIÇÕES	OUTRAS REGULARIZAÇÕES	TOTAL
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	1.781.995				1.781.995
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 12)	12.878.734	131.611	- 290.774	- 163.666	12.555.905
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 11)	2.361.786	218.645	- 90.667		2.489.764
Provisões	1.101.702	80.885	- 486.088	- 351.473	345.026

RUBRICAS	31-12-2010				
	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES E DIMINUIÇÕES	OUTRAS REGULARIZAÇÕES	TOTAL
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	1.471.651	1.780.000		- 1.469.656	1.781.995
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 12)	13.050.481	268.798	- 45.184	- 395.361	12.878.734
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 11)	2.382.475	274.395	- 295.084		2.361.786
Provisões	828.133	675.232		- 401.663	1.101.702

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de juro

Trata-se de dois instrumentos financeiros derivados contraídos com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos (cash flow hedges), que contribuem para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a otimização do custo do funding, não tendo sido designados para efeitos de contabilidade cobertura. O justo valor dos referidos instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2011 era negativo em 383.131 Euros (em 31 de dezembro de 2010 era negativo em 174.782 Euros) e compreende uma exposição total de 20 Milhões de Euros, pelo prazo de 3 anos, a contar desde 21 de dezembro de 2010.

Estes instrumentos financeiros derivados foram avaliados a 31 de dezembro de 2011 pela entidade bancária com quem os mesmos foram contratados, tendo em consideração cash flows futuros e risco estimados. A referida mensuração, enquadra-se no nível 2 de hierarquia de justo valor, previsto no parágrafo 27-A da IFRS7 (inputs de mensuração com base em pressupostos indiretamente observáveis no mercado).

É intenção do Grupo Toyota Caetano deter estes instrumentos até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelos referidos instrumentos.

Derivados de taxa de câmbio

Trata-se de um instrumento financeiro derivado contraído com o objetivo de cobertura do risco cambial de transações futuras altamente prováveis, que contribuem para a redução da exposição à variação da taxa de câmbio GBP:EUR, não tendo sido designados para efeitos de contabilidade cobertura.

O justo valor dos referidos instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2011 era negativo em 5.224 Euros, compreendendo um valor nominal 217.617 GBP, pelo prazo de 1 ano (vencimentos mensais) a contar de 17 de janeiro de 2011.

Este instrumento financeiro derivado foi avaliado a 31 de dezembro de 2011 pela entidade bancária com quem o mesmo foi contratado, tendo em consideração cash flows futuros e risco estimados. É intenção da Toyota Caetano deter este instrumento até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelo referido instrumento.

A referida mensuração, enquadra-se no nível 2 de hierarquia de justo valor, previsto no parágrafo 27-A da IFRS7 (inputs de mensuração com base em pressupostos indiretamente observáveis no mercado).

28. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o Grupo Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

RESPONSABILIDADES	DEZ-11	DEZ-10
Por Créditos Abertos	277.546	47.561
Por Fianças Prestadas	13.255.604	14.091.676
	13.533.150	14.139.237

Dos montantes apresentados em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, relativos a "Fianças Prestadas", o montante de 8.080.910 Euros refere-se à caução prestada à Direção Geral das Alfândegas no âmbito do desalfandegamento de Existências alvo de importação.

29. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são detalhados como se segue:

	DEZ-11	DEZ-10
Imposto corrente (Nota 22)	34.059	3.449.654
Imposto diferido (Nota 15)	272.571	- 841.374
	306.630	2.608.280

A reconciliação do encargo de imposto efetivo, com o encargo de imposto teórico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 pode ser analisada como se segue:

	DEZ-11	DEZ-10
Resultados antes de impostos	- 1.880.505	14.544.990
Taxa nominal de imposto	26,50%	26,50%
Encargo de imposto teórico	- 498.334	3.854.422
Provisões não aceites como custo fiscal	247.305	- 105.071
Prejuízos fiscais reportáveis	58.462	- 81.967
Anulação de immobilizações	159.218	- 870.049
Anulação de custos diferidos	9.259	22.958
Valorização de instrumentos derivados	- 56.597	185.826
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	- 33.557	66.334
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienação de immobilizações	- 57.777	- 58.146
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	- 47.630	4.853
Mais valia fiscal de acordo com nº7 artº7 Lei30/G 2000	- 6.112	- 6.112
Tributação autónoma	457.795	401.626
Outros	74.597	- 806.395
Encargo de imposto efetivo	306.630	2.608.280

30. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	DEZ-11	DEZ-10
Resultado		
Básico	-2.187.135	11.936.710
Diluído	-2.187.135	11.936.710
Número de ações	35.000.000	35.000.000
Resultados por ação (básico e diluído)	-0,062	0,341

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não ocorreu qualquer alteração ao número de ações.

31. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe do relato por segmentos é o seguinte:

	NACIONAL						EXTERNO						ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO				
	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS		EQUIPAMENTO INDUSTRIAL		OUTROS		VEÍCULOS AUTOMÓVEIS		EQUIPAMENTO INDUSTRIAL		OUTROS							
2011	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ALUGUER	MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER	
RÉDITO																		
Volume de negócios	25.688.202	314.562.099	19.408.619	7.246.676	7.712.175	2.524.823	10.731.859	15.263.617	19.415.443	138.649	9.982	2.000	-119.533.372	303.170.772				
RESULTADOS																		
Resultados operacionais	-3.316.695	1.682.687	-2.573.158	119.637	-134.224	1.542.769	847.468	-116.775	-2.137.572	728.506	-1.430	542	520.111	-2.831.481				
Resultados financeiros	-195.302	2.288.967	-24.941	-304.318	-28.379	-23.717	-567.603	15.447	-144.944	-66.581	-804	-33	3.257	950.976				
Resultados líquidos com Interesses Minoritários	-3.357.640	3.491.724	-2.404.265	-50.008	-162.603	1.477.027	309.710	-144.698	-2.282.515	555.574	-2.233	495	375.903	-2.187.135				
OUTRAS INFORMAÇÕES																		
Ativos	74.316.993	203.909.372	24.786.419	15.459.482	6.482.304	367.485	39.968.241	33.381.730	6.898.064	-144.277.176	261.292.853							
Passivos	31.901.032	113.201.995	6.764.829	1.398.418	2.467.549	150.090	18.416.006	10.331.962	752.797	-68.801.341	129.169.038							
Investimentos em Associações (1)																		
Dispendios de capital fixo (2)	924.667	1.659.616	350.716	3.957.016	152.444	16.975	2.191.562	659.642	-85.974	9.826.665								
Depreciações (3)	2.007.533	3.896.363	1.264.118	5.154.798	339.421	37.795	4.976.705	188.464	-21.253	17.843.943								
2010																		
RÉDITO																		
Volume de negócios	38.106.185	489.328.143	21.899.030	5.872.328	8.823.641	2.801.900	10.873.626	15.332.147	19.468.567	311.125	7.838	103.084	-177.207.742	435.719.872				
RESULTADOS																		
Resultados operacionais	-1.147.912	6.862.824	3.738.951	-157.787	-94.251	1.481.034	800.686	2.334.982	-1.925.961	880.148	6.213	5.381	-22.283	371.858				
Resultados financeiros	-222.541	2.274.152	-11.317	-95.507	-28.532	-16.864	-486.912	84.549	-91.255	-5.088	-2.063	-54	-627	1.411.105				
Resultados líquidos com Interesses Minoritários	-1.456.908	6.415.419	3.725.593	-170.092	-122.783	1.210.900	276.798	5.268.339	-2.017.216	683.977	3.433	4.406	-22.910	-1.862.244				
OUTRAS INFORMAÇÕES																		
Ativos	82.062.458	223.289.765	23.896.567	15.029.133	8.598.177	569.003	51.630.476	42.870.854	10.272.408	-167.048.293	291.170.549							
Passivos	37.953.317	130.689.756	6.312.885	13.680.081	3.724.038	259.411	26.521.163	18.431.311	600.480	-87.829.579	150.342.863							
Investimentos em Associações (1)																		
Dispendios de capital fixo (2)	199.276	571.359	44.164	13.860.773	53.619	9.225	98.129	90.170	8.011.905	22.938.621								
Depreciações (3)	2.093.932	5.023.427	1.600.784	3.652.744	294.090	50.596	5.228.358	195.603	-136.072	18.003.463								

(1) Pelo Método de Equivalência Patrimonial; (2) Investimento; (3) Variação do Ativo Fixo Tangível e Intangível + (Depreciações do Exercício); (3) Do Exercício

A linha “Volume de negócios” inclui as rubricas Vendas, Prestação de Serviços e o montante de cerca de 9.727.590 Euros (9.461.606 Euros em 2010) referente a Aluguer de Equipamento contabilizados na rubrica Outros ganhos Operacionais (nota 34).

A coluna “Eliminações” inclui essencialmente a anulação das transações entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação, principalmente pertencentes ao segmento “Veículos Automóveis”.

32. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios findos em dezembro de 2011 e 2010, o número médio de pessoal foi o seguinte:

PESSOAL	DEZ-11	DEZ-10
Empregados	1.148	1.223
Assalariados	596	675
	1.744	1.898

33. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E ATIVIDADE

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foi como se segue:

MERCADO	DEZ-11		DEZ-10	
	VALOR	%	VALOR	%
Nacional	262.555.681	89,47%	399.447.852	93,71%
Alemanha	28.846	0,01%	53.574	0,01%
Reino Unido	346.180	0,12%	1.225	0,00%
Espanha	305.690	0,10%	389.421	0,09%
Palop's	14.931.005	5,09%	11.879.499	2,79%
Outros Mercados	15.275.780	5,21%	14.486.695	3,40%
	293.443.182	100,00%	426.258.266	100,00%

Adicionalmente, a repartição das vendas e prestação de serviços por atividade é como se segue:

MERCADO	DEZ-11		DEZ-10	
	VALOR	%	VALOR	%
Veículos	209.709.241	71,47%	335.675.555	78,75%
Peças	55.467.551	18,90%	59.060.790	13,86%
Reparações	22.858.533	7,79%	26.061.086	6,11%
Outros	5.407.857	1,84%	5.460.835	1,28%
	293.443.182	100,00%	426.258.266	100,00%

34. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Outros ganhos operacionais” tem a seguinte composição:

OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	DEZ-11	DEZ-10
Recuperação de garantias (Toyota)	4.064.297	5.862.292
Mais - valias na alienação de ativo fixo tangível	1.825.515	1.699.229
Comissões de intermediação nos financiamentos de viaturas	857.832	2.799.435
Aluguer de equipamento	9.727.590	9.461.899

OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	DEZ-11	DEZ-10
Recuperação de encargos com publicidade e prom. de vendas	1.294.100	1.585.165
Recuperação de despesas	2.315.620	1.833.192
Serviços prestados	1.813.494	2.612.430
Subsídios à exploração	1.292.999	1.151.928
Trabalhos para a própria empresa	1.974.727	2.724.091
Mais-valias na alienação de Investimentos Financeiros	223	323.981
Outros	5.364.315	6.953.422
Total	30.530.711	37.007.063

De referir que a rubrica “Recuperação de despesas” inclui essencialmente rendimentos obtidos com recuperação de despesas relativas a rendas das instalações de Rio de Mouro, redebitadas ao Fundo Cível. Por outro lado a rubrica “Outros” respeita essencialmente a redebitos de despesas operacionais a concessionários.

A rubrica de Outros gastos operacionais refere-se essencialmente a gastos com incentivos comerciais e bonificações.

35. LOCAÇÃO OPERACIONAL

Os compromissos assumidos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 com contratos de locação operacional são como se segue:

PAGAMENTOS MÍNIMOS DE LOCAÇÃO OPERACIONAL	DEZ-11	DEZ-10
Não mais de um ano	681.015	1.940.383
Mais de um ano e não mais de cinco	2.122.712	6.336.806
Mais de cinco	1.200.449	2.177.498
	4.004.176	10.454.687

36. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

GASTOS E PERDAS	DEZ-11	DEZ-10
Juros Suportados	2.648.246	2.854.506
Outros gastos e perdas financeiros	213.575	105.483
Resultados financeiros	950.976	1.411.105
	3.812.797	4.371.094

RENDIMENTOS E GANHOS	DEZ-11	DEZ-10
Juros Obtidos	1.061.085	581.385
Rendimentos de Imóveis (Nota 8)	2.751.712	2.676.444
Outros Rendimentos e Ganhos Financeiros		1.113.265
	3.812.797	4.371.094

As rubricas de outros rendimentos e ganhos financeiros e outros gastos e perdas financeiros referem-se às variações de justo valor de derivados (Nota 27).

37. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações entre a Empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da Empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota. O detalhe dos saldos e transações entre o Grupo Toyota Caetano e as entidades relacionadas, pode ser resumido como se segue:

EMPRESA RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
ALBITIN, LDA	1.399	-	-	3.595	-	-	-	-	5.098
AMORIM BRITO & SARDINHA, LDA	86	-	-	-	-	-	-	-	100
ATLANTICA	5.111	-	-	-	-	-	-	-	-
AUTO PARTNER IMOBILIARIA, SA	-	84.886	-	-	-	-	349.640	-	-
BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	379.919	265.100	3.038.677	525.594	-	36.287	192.894	113.917	157.599
CABO VERDE RENT-A-CAR, LDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CAETANO ACTIVE (SUL), LDA	39.830	652	9.101	18.952	-	257	8.240	- 91	52.694
CAETANO AUTOBODY, COMERCIO DE AUTOCARROS, SA	-	734	2.427	9.000	-	1.040	-	-	-
CAETANO CITY E ACTIVE (NORTE), SA	142.528	134.351	63.322	162.676	237.107	28.375	21.279	2.871	155.969
CAETANO DRIVE, SPORT E URBAN	675.974	968.662	69.343	872.765	1.924.417	- 14.224	109.816	13.097	39.809
CAETANO FORMULA (NORTE), SA	109.016	137.096	- 1.837	204.205	176.769	24.081	54.815	- 10.532	43.775
CAETANO MOTORS	21.858	13.680	945	1.424	-	- 21.036	- 98.583	9.853	34.020
CAETANO PARTS, LDA	47.302	446.357	172.737	2.930.257	-	204.438	258.854	1.618	749.672
CAETANO POWER, SA	5.972	37.227	4.651	80.650	-	2.476	- 137.772	-	28.052
SALVADOR CAETANO AUTO ÁFRICA, SGPS, SA	1.292	-	-	-	-	-	-	-	1.050
CAETANO RETAIL (SUL) SGPS, SA	689	-	-	-	-	-	-	-	560
CAETANO RETAIL SERVIÇOS, SA	11.970	-	-	-	-	-	-	-	24.953
CAETANO SPAIN, SA	351.986	648	99.863	-	-	-	890	-	-
CAETANO STAR (SUL), SA	96.816	4.325	61.413	261.900	-	7.813	- 3.885	- 73	95.743
CAETANO TECHNIK E SQUADRA, LDA	43.822	263.111	200.850	665.934	87.943	112.300	100.884	996	101.091
CAETANO UK LIMITED	15.424	20.265	-	-	-	-	3.274	-	-
CAETANOBUS-FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, SA	4.721.917	45.941	4.682.784	84.306	-	350.453	161.517	-	2.446.550
CAETANOLYRSA, SA	76	1.686	-	-	-	12	5.944	-	787
E3C CAETSU PUBLICIDADE, SA	1.173	1.332.498	8.328	-	-	3.916	4.121.539	-	106.996
CAISB - COMPANHIA ADMINISTRADORA IMOBILIÁRIA SÃO BERNARDO, SA	6.050	-	-	-	-	-	395.136	-	-
CARPLUS-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	207.248	54.748	138.269	266.889	11.815	47.919	- 183.580	-	21.337
CATEDRAL DO AUTOMÓVEL, SA	-	1.327	-	-	-	-	77.579	-	-
CHOICE CAR, SA	-	-	-	-	-	-	-	1.362	-
CIBERGUIA	9.954	-	-	-	-	-	-	-	-
CIBERGUIA - INTERNET MARKETING, SA	9.954	-	-	-	-	-	-	-	-
CIMÓVEL	5.215.577	-	-	-	-	-	-	-	-
COCIGA-CONSTRUCOES CIVIS GAIA, LDA	5.287	76.940	2.381	-	118.840	4.299	143.194	9.075	6.592
CONTRAC GMBH	-	327.244	2.768	-	-	-	243.381	-	-
DICUORE - DECORAÇÃO, SA	761	-	-	-	8.028	-	34.725	1.255	1.412
ENP-ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, SA	8.778	-	359	-	-	154	10.068	-	18.393

EMPRESA RELACIONADAS	DÍVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	GASTOS	RENDIMENTOS
EUFER-CAETANO-ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA	41.082	-	-	-	-	-	-	-	24.000
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO AUTO, SA	97.787	705.062	761.459	881.521	-	90.832	1.135.310	154	24.603
GILLCAR NORTE, SA	-	1.958	-	7.217	313	-	1.861	-	785
GLOBAL S (SGPS), SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GLOBALIA AUTOMOVILES, SLU	-	-	1.343.445	-	-	-	-	-	-
GLOBALWATT, SGPS, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	30
GRUPO SALVADOR CAETANO,SGPS, SA	-	9	-	-	-	-	-	83	480
GRUPO SOARES DA COSTA	30.451	-	-	-	-	-	-	-	-
GUÉRIN-RENT-A-CAR(DOIS), LDA	864.842	115.267	130.374	-	-	1.525.864	234.711	-15.815	593.064
IBERICAR AUTO NIPON, SA	27.568	11.643	48.172	-	-	-	56.101	-	-
IBERICAR GALICIA AUTO, SL	-	-	-	-	-	-	-	-	1.550
IBERICAR KELDENICH, SL	280	-	-	-	-	-	-	-	280
LAVORAUTO-ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA DE EMPRESAS, SA	-	251.713	-	-	-	-	42.194	-	-
LIDERA SOLUCIONES, SL	-	111.516	-	-	-	-	16.000	-	-
LUSILECTRA - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, SA	8.707	147.528	506.346	359.962	-	8.032	270.514	2.545	14.806
LUSO ASSISTÊNCIA-GESTÃO DE ACIDENTES, SA	-	3.860	5.498	24.756	-	2.356	313	-	-
MDS-AUTO, SA	47.363	108.618	2.628	127	-	1.126	75.096	-33.258	205.417
NOVEF, SGPS	19.500	-	-	-	-	-	-	-	-
POAL	17.806	-	-	-	-	-	-	-	-
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, SA	10.330	-	125.284	-	-	432	41.698	-	4.877
RARCON-ARQUITECT E CONSULT, SA	4.218	-	-	-	-	-	650	-	-
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, SA	176.861	1.230.930	3.854	47.421	635	123.920	4.171.806	138.033	177.518
SALVADOR CAETANO-AUTO-SGPS, SA	123.802	-	-	-	-	-	-	-	-
SIMANOR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, LDA	414	-	-	-	-	-	-	-	30
SIMOGA, SA	148	-	-	-	-	-	102.016	-	413
SOL GREEN WATT, SL	59	-	27	-	-	190	-	-	5
SPRAMO-PUBLICIDADE IMAGEM, SA	780	-	-	-	-	-	-	-	-
TECNICAS DE REPARACIÓN RAFER, SA	-	-	-	471	-	-	-	-	-
TOVICAR, SOCIEDADE COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS, SA	39.792	9.075	-	-	-	-	293	-	-
TURISPAIVA, LDA	1.115	-	-	-	-	-	-	-	1.405
TOTAL GERAL	13.650.675	6.914.658	11.483.469	7.409.621	2.565.867	2.541.311	12.018.413	235.090	5.141.514

A compra e venda de bens e prestação de serviços a entidades relacionadas foram efetuadas a preços de mercado.

38. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Liquidações de Impostos:

Toyota Caetano Portugal, S.A.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos, exceto para prejuízos fiscais (6 anos). Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2008 a 2011 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As

declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Face às decisões favoráveis entretanto obtidas nos processos de impugnação judicial, referentes às liquidações adicionais em sede de IRC (exercício de 1995), continua-se a esperar para breve a recuperação do remanescente das liquidações adicionais pagas e reconhecidas como gastos em exercícios anteriores, acrescido dos respetivos juros indemnizatórios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram recuperados cerca de 1.331.000 Euros, registados na rubrica de "Outros ganhos operacionais", referentes às impugnações judiciais relacionadas com as liquidações adicionais aos exercícios de 1997, 1998 e 1999 restando por receber os juros indemnizatórios correspondentes.

Relativamente à fiscalização efetuada aos exercícios de 2003 e 2004, foram reclamadas as liquidações adicionais, pagas e reconhecidas como custo em exercícios anteriores, e que totalizaram 725.542 Euros, dado a Empresa entender existirem igualmente razões legais válidas para estas contestações. Deste montante, foram recuperados no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cerca de 218.000 Euros por via de reclamação graciosa.

Caetano – Auto, S.A.

Em relação à fiscalização efetuada ao exercício de 2003, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de 453.895 Euros, entretanto paga e reconhecida como gasto e para a qual entendeu a Empresa apresentar também reclamação parcial do montante em causa.

Por sua vez, em relação à fiscalização efetuada ao exercício de 2004, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de 677.473 Euros, entretanto paga e reconhecida como gasto, para a qual a Empresa elaborou contestação, dado entender existirem razões legais válidas para a mesma. Ainda no âmbito desta fiscalização, recebeu-se notificação para a correção de prejuízos fiscais reportáveis entretanto utilizados em exercícios anteriores, no montante de 354.384 Euros, registada na rubrica "Outros gastos operacionais" em exercícios anteriores.

Processos Judiciais em Curso

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que a argumentação apresentada por um anterior agente, que reclama uma indemnização pela cessação do contrato de agência, não está de acordo com a legislação aplicável, pelo que não resultarão assim perdas para o Grupo, não tendo sido registada qualquer provisão nas demonstrações financeiras. De referir que a cessação do contrato em questão ficou a dever-se a incumprimentos de pagamento por parte do agente.

Em janeiro de 2011, concluiu-se o julgamento com decisão favorável ao Grupo, tendo no entanto, o referido agente apresentado recurso em setembro de 2011, aguardando-se nova decisão.

Em 2011 foi arquivado com decisão favorável ao Grupo o processo de Contraordenação movido pela Autoridade de Concorrência, decorrente da denúncia de práticas monopolistas por parte da empresa.

39. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais do Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram como se segue:

ÓRGÃOS SOCIAIS	DEZ-11	DEZ-10
Conselho de Administração		
Remuneração fixa	653.755	830.097
Remuneração variável	82.500	169.662

40. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários pagos à sociedade de Revisores oficiais de contas, PricewaterhouseCoopers & Associados – S.R.O.C., Lda. no exercício de 2011 foi como segue:

	DEZ-11
Honorários Totais referentes revisão legal de contas	93.960
	93.960

41. INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

O Grupo adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2011.

42. VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto, senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

43. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a conclusão do ano de 2011 e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes suscetíveis de serem mencionados.

44. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 4 de abril de 2012.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos - Presidente; Hiroyuki Ochiai; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes



AVENSIS



05

Pareceres

Relatório e Contas 2011 Toyota Caetano Portugal, S.A.

Senhores Acionistas,

1. De harmonia com o disposto na alínea g) do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e no contrato social, compete-nos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a atividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., referentes ao exercício de 2011 que nos foram presentes pelo Conselho de Administração.
2. No desempenho das funções que nos foram cometidas, procedemos, durante o exercício, ao acompanhamento dos negócios sociais, sua evolução e, com a frequência e extensão consideradas aconselháveis e adequadas, à análise geral dos procedimentos contabilísticos e à confirmação, por amostragem, dos respetivos registos.
3. Não tomamos conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.
4. Analisamos a Certificação Legal das Contas individuais e a Certificação Legal das Contas consolidadas emitidas pelo Revisor Oficial de Contas, com as quais concordamos.

Assim sendo,

5. Vêm todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, afirmar que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado, incluindo os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.
6. E, nos termos do n.º 5 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. declara que o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário inclui os elementos referidos no artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.
7. Nestes termos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual:
 - a. Aprove o relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011;
 - b. Aprove a proposta de Aplicação de Resultados contida no relatório do Conselho de Administração;
 - c. Aprove a proposta do Conselho de Administração de aplicação de resultados transitados apurados nas contas individuais da Sociedade, a que diz respeito o ponto três da convocatória da Assembleia Geral de Acionistas a realizar no dia 27 de abril de 2012.

Vila Nova de Gaia, 4 de abril de 2012

José Domingos da Silva Fernandes – Presidente
 Takehiko Kuriyama – Vogal
 Maria Livia Fernandes Alves – Vogal



Todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado, incluindo os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

Vila Nova de Gaia, 4 de abril de 2012

José Domingos da Silva Fernandes – Presidente
Takehiko Kuriyama – Vogal
Maria Livia Fernandes Alves – Vogal

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório único de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da **Toyota Caetano Portugal, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 223.465.703 Euros e um total de capital próprio de 131.481.931 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.030.231 Euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório único de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **Toyota Caetano Portugal, S.A.**, em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório único de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

4 de abril de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório único de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Toyota Caetano Portugal, S.A.**, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira consolidada em 31 de dezembro de 2011, (que evidencia um total de 261.292.853 Euros e um total de capital próprio de 132.123.815 Euros, o qual inclui interesses não controlados de 1.058.180 Euros e um resultado líquido negativo de 2.218.405 Euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada do Rendimento Integral consolidado, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório único de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório único de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de **Toyota Caetano Portugal, S.A.**, em 31 de dezembro de 2011, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório único de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório do governo societário inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245^º-A do Código dos Valores Mobiliários.

4 de abril de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.

Tendo reunido aos 16 dias do mês de janeiro de dois mil e doze, vem a Comissão de Remunerações da Toyota Caetano Portugal, S.A., declarar o seguinte:

a. Cumprimento da política de Remunerações definida para o Exercício de 2011.

Analisados todos os elementos contabilísticos e demais registos da Toyota Caetano Portugal, foi por esta Comissão constatado que, não ocorreu qualquer alteração remuneratória dos elementos dos Órgãos Sociais durante o exercício de 2011, tendo assim sido cumpridas as propostas desta Comissão aprovadas na Assembleia Geral de Acionistas de 28 de abril de 2011.

b. Política de Remuneração a aplicar durante o Exercício de 2012

Face à conjuntura económica atual e, atendendo às previsões de atividade e resultados para o exercício de 2012, fornecidas pela Administração da Empresa, é entendimento desta Comissão que devem ser mantidos os valores remuneratórios de natureza fixa para todos os elementos dos Órgãos Sociais, até ao terminus do presente mandato e caso estes mantenham funções executivas.

Contudo, esta Comissão admite a possibilidade de rever a política agora definida, como medida estratégica de adaptação à evolução da conjuntura económica e dos seus impactos no setor automóvel.

Para os elementos não executivos é parecer desta Comissão de que os mesmos não devem auferir qualquer remuneração, a exemplo aliás, da prática até agora seguida.

Quanto à remuneração variável dos elementos executivos do Conselho de Administração, esta tem vindo a ser atribuída em função dos resultados obtidos pela Empresa, conjugando-se com a política de distribuição de dividendos aos Acionistas e de gratificações a pagar aos Colaboradores.

Em 2010, esta componente remuneracional não ultrapassou os 2% dos resultados distribuíveis conforme proposta desta Comissão.

Assim sendo, e reportando-se à alínea b) do número 3 do artigo 2º da Lei 28/2009 de 19 junho, vem esta Comissão de Remunerações propor a manutenção do critério estipulado para 2011, ou seja que a remuneração variável dos Membros Executivos do Conselho de Administração, não exceda os 2% dos resultados distribuíveis apurados no exercício.

A decisão de atribuição de RV em função dos resultados obtidos, tem implícita a verificação do alinhamento dos interesses dos membros do órgão de Administração com os interesses da Sociedade, sendo portanto um dos mecanismos a ser enquadrado na alínea a) do nº 3 do artigo 2º da lei nº 28/2009 de 19 de junho e simultaneamente, dando resposta à alínea e) do mesmo nº do artigo 2º da lei nº 28/2009 garantindo a limitação da remuneração variável no caso dos resultados apurados serem de natureza negativa.

Tendo em vista a informação relativa à alínea c) do nº 3 do artigo 2º da lei nº 28/2009 de 19 de junho, cumpre-nos atestar a não existência de qualquer plano de atribuição de ações ou opção de aquisição de ações por parte dos membros dos órgãos de Administração e fiscalização. É proposta desta comissão a manutenção deste critério.

A prática da empresa nos *timings* de pagamentos anuais, deve, segundo nossa opinião, manter-se, sendo portanto de excluir a possibilidade elencada na alínea d) do nº3 do artigo 2º da lei nº 28/2009.

Vila Nova de Gaia, 16 de janeiro de 2012

Alberto Luís Lema Mandim
 Maria Conceição Monteiro Silva
 Francelim Costa da Silva Graça



06

Governo das Sociedades

Relatório e Contas 2011 Toyota Caetano Portugal, S.A.

Capítulo 0

Declaração de cumprimento

01. O Relatório foi elaborado no cumprimento das orientações constantes do Regulamento da CMVM n.º 1/2010 de 1 de fevereiro, que revogou o Regulamento da CMVM n.º 1/2007 e com as recomendações emitidas em janeiro de 2010 constantes do Código de Governo das Sociedades da CMVM. Encontra-se disponível no sítio da Empresa em www.toyotacaetano.pt, bem como no domínio da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em www.cmvm.pt.
02. De seguida indica-se o cumprimento das recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM e os capítulos do presente relatório onde se descrevem as medidas para o seu cumprimento:

Recomendações da CMVM	Cumprimento	Relatório
I. ASSEMBLEIA GERAL		
I.1 MESA DA ASSEMBLEIA GERAL		
I.1.1 O presidente da mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	Sim	11/12
I.1.2 A remuneração do presidente da mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Sim	13
I.2 PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA		
I.2.1 A antecedência imposta para a receção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das Ações para a participação em assembleia geral não deve ser superior a cinco dias úteis.	Sim	14
I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.	Sim	15
I.3 VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO		
I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando adotado e admissível, ao voto por correspondência eletrónico.	Sim	19/10/12
I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a receção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis.	Não	19/11
I.3.3 As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação acionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada ação. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham ações que não confirmem o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.	Sim	16/7
I.4 QUÓRUM DELIBERATIVO		
As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.	Não	18
I.5 ATAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOTADAS		
Extratos de ata das reuniões da Assembleia Geral, ou documentos de conteúdo equivalente devem ser disponibilizadas aos acionistas no sítio Internet da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da Assembleia Geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio da Internet da sociedade durante pelo menos três anos.	Sim	113/14
I.6 MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES		
I.6.1 As medidas que sejam adotadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus acionistas. Os estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos será sujeita a deliberação pela Assembleia a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que nessa deliberação se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Sim	120

I.6.2 Não devem ser adotadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Sim	I20
II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1. TEMAS GERAIS		
II.1.1. ESTRUTURA E COMPETÊNCIA		
II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adotado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de atuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	Sim	II5
II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objetivos estratégicos da sociedade em matéria de assunção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta atividade exercida e dos eventos susceptíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efetivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia; vi) adoção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adoção das modificações que se mostrem necessárias.	Sim	II6/9
II.1.1.3 O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da sociedade.	Sim	II5/9
II.1.1.4. As sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade; ii) descrever a atuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.	Sim	II5/9
II.1.1.5. Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.	Não	II.1
II.1.2. INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA		
II.1.2.1 O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos.	Não	II14
II.1.2.2 De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.	Não	II14
II.1.2.3. A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgão sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.	Sim	II14
II.1.3 ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO		
II.1.3.1. Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Sim	II21
II.1.3.2. O processo de seleção de candidatos a administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.	Sim	II16
II.1.4. POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES		
II.1.4.1 A sociedade deve adotar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	Sim	II35

II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o Governo das Sociedades	Sim	II35
II.1.5. REMUNERAÇÃO		
II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma: i) a remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis pré-determinados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da empresa.; ii) a componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes; iii) uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período; (iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade; (v) Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações; (vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos; (vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do administrador; (viii) A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.	Não	II30/33/34
II.1.5.2 A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.	Não	II32
II.1.5.3 A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.	Não	II32
II.1.5.4 Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.	Sim	II8
II.1.5.6 Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas Assembleias Gerais de acionistas.	Sim	II5
II.1.5.7 Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.	Sim	II31
II.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Não	II6

<p>II.2.2 O conselho de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.</p>	Sim	II6
<p>II.2.3 Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos acionistas no âmbito do relatório sobre o Governo da Sociedade.</p>	Não	II7
<p>II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.</p>	Sim	II6/17
<p>II.2.5. A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.</p>	Sim	II11
<p>II.3. ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO</p>		
<p>II.3.1 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.</p>	Sim	II8
<p>II.3.2 O presidente da comissão executiva deve remeter, respetivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente da conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.</p>	Sim	II 10
<p>II.3.3 O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.</p>	Não Aplicável	
<p>II.4. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÕES PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÕES DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL</p>		
<p>II.4.1 O conselho geral e de supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.</p>	Não Aplicável	
<p>II.4.2 Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objeto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.</p>	Sim	III5
<p>II.4.3 Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.</p>	Sim	III5
<p>II.4.4 O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respetiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios.</p>	Sim	II24
<p>II.4.5 O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.</p>	Sim	II24
<p>II.4.6. Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i>) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adotem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.</p>	Não	II5/II6

II.5. COMISSÕES ESPECIALIZADAS		
II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) refletir sobre o sistema de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador.	Não	II2
II.5.2 Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Sim	II38
II.5.3. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade ou que tenha relação atual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Sim	II39
II.5.4 Todas as comissões devem elaborar atas das reuniões que realizem.	Sim	II2
III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA		
III.1 DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO		
III.1.1 As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contato com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos acionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	Sim	III16
III.1.2 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos; c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso; e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários; g) Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral; h) Convocatórias para a realização de Assembleia Geral.	Sim	III16
III.1.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Sim	III8
III.1.4. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Sim	III8
III.1.5. A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Não	III17
IV. CONFLITOS DE INTERESSES		
IV.1. RELAÇÕES COM ACIONISTAS		
IV.1. Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Sim	III2
IV.1.2. Os negócios de relevância significativa com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.	Não	III3

03. Relativamente às recomendações que não são cumpridas cumpre-nos informar o seguinte:

I.3.2.

De acordo com os atuais Estatutos estabelece-se um prazo mínimo de cinco dias úteis de antecedência na receção do voto por correspondência.

I.4.

Embora não estando fixado um quórum constitutivo superior ao previsto na lei, encontram-se definidas nos Estatutos da Empresa um conjunto de deliberações, conforme o transcrito no ponto I8 do Relatório, as quais obrigam a um quórum mínimo de 75% do capital social da Empresa, superior ao previsto na lei.

II.1.1.5

A Empresa está a desenvolver esforços no sentido da criação e divulgação na página da Internet da Empresa dos regulamentos de funcionamento dos órgãos de administração e fiscalização.

II.1.2.1

O Conselho de Administração é constituído por um total de sete membros, dos quais dois são não executivos (ver ponto II14 do Relatório para mais detalhe relativo à composição do Conselho), representando o número de não executivos 29% do total dos administradores.

II.1.2.2

Os membros não executivos do Conselho de Administração (2 num total de 7 membros), nomeados pela Toyota Motor Europe, não podem ser considerados independentes.

II.1.5.1

Pese embora todas as medidas cumpridas e explicitadas no número II33 a opção pela explicitação do não cumprimento advém do não alinhamento da remuneração variável dos Administradores com uma política de médio e longo prazo de maximização dos resultados da Empresa.

II.1.5.2

A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização efetuada pela comissão de remunerações tal como descrita no ponto II.32 não contempla deliberações sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.

II.1.5.3

Embora seja emitida e submetida a apreciação da Assembleia Geral de Acionistas a declaração de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização, contendo todos os elementos obrigatórios nos termos da referida Lei, tal declaração não abrange especificamente o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da Sociedade nem a referência à contenção na tomada de riscos, já que a mesma decorre do eficiente sistema de controlo interno implementado na Empresa.

II.2.1

Não houve delegação formal de competências nos administradores executivos.

A delegação de poderes do Conselho de Administração encontra-se descrita no ponto II14 do Relatório.

II.2.3

Recomendação não adotada uma vez que os membros não executivos não são independentes conforme o ponto II14 do relatório.

II.4.6

Tal como descrito nos pontos II5 e II6 o controlo de riscos inerentes à atividade é efetuado pelo Conselho de Administração.

II.5.1

O Conselho de Administração não criou até ao momento comissões especializadas com vista a assegurar a avaliação independente do desempenho dos seus membros.

III.1.5

A rubrica de outros serviços prestados pelo auditor externo compreende a verificação de documentação de suporte do projeto de investimento enquadrado no Sistema de incentivos à Investigação & Desenvolvimento do Programa Operacional do QREN tendo cabido ao Conselho de Administração assegurar antes da adjudicação, que aos auditores e sua respetiva rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873 de 16 de maio de 2002 possam por em causa a sua independência.

IV.1.2

O Conselho Fiscal no âmbito das suas competências não procedeu à avaliação prévia dos negócios realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, uma vez que considera que os mesmos foram realizados em condições normais de mercado.

04.

Conselho de Administração:

Dado na sua composição não existirem elementos independentes, não é possível exarar uma declaração de independência de cada um dos seus membros.

Conselho Fiscal:

Este órgão, através de declaração escrita, ajuizou sobre a independência de cada um dos seus membros, não tendo detetado qualquer facto que determine a sua perda.

RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

Capítulo I Assembleia-geral

- 1.1. A Assembleia Geral é composta por todos os acionistas com direito de voto, a quem compete deliberar sobre alterações estatutárias, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício, proceder à eleição dos corpos sociais de sua competência e, de uma forma geral, deliberar sobre todos os termos que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por 4 membros conforme a seguir indicado:

José Lourenço Abreu Teixeira – Presidente
 Manuel Fernando Monteiro da Silva – Vice-Presidente
 António Manuel de Oliveira Saramago – Secretário
 Maria Olívia Almeida Madureira – Secretário

A sociedade coloca à disposição dos membros da mesa da Assembleia Geral os recursos humanos e logísticos e apoio adequados às suas necessidades, através do departamento legal da sociedade. Este colabora ativamente na preparação das Assembleias Gerais, garantindo a publicação das respetivas convocatórias, receção e controlo de todas as comunicações de acionistas e intermediários financeiros, trabalhando em estreita colaboração e garantindo, igualmente, toda a logística das assembleias-gerais.

- 1.2. A atual mesa da Assembleia Geral, foi eleita em 2011 por um período de 4 anos e cessa o seu mandato em 2014.
- 1.3. A remuneração do Presidente e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral é constituída por um montante fixo, correspondente à presença efetiva nas reuniões ocorridas durante 2011. Em 2011 o montante recebido pelo atual Presidente da Assembleia Geral, José Lourenço Abreu Teixeira, refere-se a cerca de 281,49 Euros auferidos na qualidade de Vice-Presidente cessante. Por sua vez o Vice-Presidente, Manuel Fernando Monteiro da Silva, não auferiu quaisquer remunerações em 2011.
- 1.4. Os acionistas que pretendam estar presentes devem ter as suas ações averbadas em seu nome no Livro de Registo de Ações da Sociedade ou fazer prova do respetivo depósito em intermediário financeiro, através de fax ou correio eletrónico, até cinco dias úteis antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral.
- 1.5. As regras de bloqueio das ações em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, decorrem da aplicação direta da lei geral aplicável, dado que nos Estatutos da Empresa não se encontram contempladas regras específicas para esta matéria.
- 1.6. Nos termos dos Estatutos da Sociedade, artigo 4º n.º 6, a cada grupo de cem ações corresponde um voto.
- 1.7. Não se encontram consideradas nos Estatutos da empresa regras estatutárias que prevejam a existência de ações que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.
- 1.8. Têm direito de estar presentes na Assembleia Geral, e aí discutir e votar, os acionistas que sejam titulares legítimos de ações com direito a, pelo menos, um voto. Porém, os acionistas que não possuam número mínimo de cem ações podem agrupar-se, de forma a completá-lo, devendo, nesse caso, fazer-se representar por um só deles, cuja identificação deverá constar em carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.
- Não existem regras estatutárias definidas para o exercício do direito de voto exceto no que respeita ao quórum mínimo de 75% necessário à aprovação das seguintes deliberações:

- a) Alteração do contrato da Sociedade;
 - b) Incorporação de fundos de reservas no capital social, nomeada e especificamente reservas de reavaliação;
 - c) Transmissão, locação ou cessão de exploração de toda ou de uma parte importante da atividade da sociedade, e sucessão ou aceitação da atividade de uma terceira entidade;
 - d) Redução ou aumento de capital;
 - e) Divisão de lucros e fixação de percentagem de dividendos, bem como a eventual distribuição de fundos de Reservas Livres ;
 - f) Emissão de obrigações;
 - g) Eleição ou destituição de todos ou de alguns dos membros dos órgãos sociais;
 - h) Eleição ou destituição dos membros da Comissão de Remunerações;
 - i) Fusão, cisão ou dissolução da Sociedade, bem como a nomeação de liquidatários;
 - j) Aquisição, disposição, transmissão, locação, cessão e oneração de bens do ativo fixo tangível com valor de transação superior a dois milhões e quinhentos mil Euros.
- Se, para deliberar sobre os assuntos referidos no número anterior, em primeira convocatória não se encontrar presente a maioria aí exigida, a Assembleia Geral, para deliberar sobre os mesmos assuntos, funcionará quinze dias após, em segunda convocatória, e exigindo-se que a respetiva decisão seja votada por uma maioria de setenta e cinco por cento dos votos dos acionistas presentes ou representados.
- 1.9. Os Senhores Acionistas poderão exercer o direito de voto por correspondência, nos seguintes termos:
- a) Os votos por correspondência devem ser endereçados à sede da Sociedade e nesta recebidos, através de carta registada, com aviso de receção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com, pelo menos, cinco dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia, carta essa a qual incluirá declaração emitida por intermediário financeiro comprovativa da titularidade das ações e, ainda, sobrescrito fechado contendo a declaração de voto;
 - b) A declaração de voto deverá ser assinada pelo legítimo titular das ações ou pelo seu representante legal, devendo o acionista, se for pessoa singular, fazer acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, e se for pessoa coletiva deverá a assinatura ser reconhecida na qualidade e com poderes para o ato;
 - c) Os votos por correspondência serão considerados no momento destinado à votação na Assembleia-geral, sendo adicionados aos aí exercidos.
 - d) Só serão consideradas válidas as declarações de voto onde, de forma expressa e inequívoca, conste:
 - a indicação da Assembleia-geral e do ponto ou pontos da respetiva ordem de trabalhos a que respeita;
 - a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes da mesma, sendo, no entanto, permitido a um acionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta a declarar que vota contra todas as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações.
 - a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente, podendo o acionista condicionar o sentido de voto para certa proposta à aprovação ou rejeição de outra, no âmbito do mesmo ponto da ordem de trabalhos.
 - e) Entende-se que os acionistas que enviem declarações de voto por correspondência votam negativamente todas as propostas de deliberação apresentadas em momento ulterior à emissão do voto.
- 1.10. Atendendo ao ponto anterior, a Toyota Caetano Portugal disponibiliza na página da internet da Empresa (www.toyotacaetano.pt) um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.
- 1.11. Conforme descrição na alínea a) do ponto 1.9, a declaração de voto têm de ser rececionada pela empresa até cinco dias antes da realização da Assembleia Geral.
- 1.12. Cumpre-nos informar que de acordo com os atuais Estatutos da Sociedade não se encontra prevista a possibilidade de exercício do direito de voto por meios eletrónicos.
- 1.13. Num período de cinco dias a contar da data da realização das Assembleias Gerais é disponibilizada na página da Internet da Empresa (www.toyotacaetano.pt), informação sobre as deliberações adotadas, ao capital representado e ao resultado das votações.
- 1.14. Na página da Internet da Empresa (www.toyotacaetano.pt), encontra-se disponível um acervo histórico das lista de presenças e as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Empresa dos anos antecedentes.
- 1.15. Na Assembleia Geral realizada a 28 de abril de 2011 esteve presente um representante da comissão de remunerações.
- 1.16. A Assembleia Geral delegou na Comissão de Remunerações a definição das políticas remuneratórias a aplicar bem assim como a avaliação de desempenho dos membros do órgão de administração e informar a Assembleia Geral sobre as políticas propostas e o seu cumprimento.

- I.17. Não existe na sociedade Plano de Atribuição de ações aos membros dos Órgãos de Administração.
- I.18. A Toyota Caetano Portugal, S.A. (em conjunto com outras associadas) constituiu um fundo de pensões por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988. Este Fundo de Pensões constituído previa, inicialmente, enquanto a Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores pudessem vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições. Face à conjuntura económica a 1 de janeiro de 2008 procedeu-se a alterações nas condições do Fundo de Pensões Salvador Caetano as quais passaram resumidamente pelas seguintes alterações:
- manutenção de um regime de Benefício Definido (20% do salário pensionável da segurança Social à data de reforma(65 anos)) para os atuais reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os atuais trabalhadores dos associados do Grupo Salvador Caetano e que, à data de 1 de janeiro de 2008, tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço;
 - um Plano de Contribuição Definida para o restante universo de trabalhadores.
- Os membros do Conselho de Administração beneficiam do Fundo Pensões Salvador Caetano desde que cumprindo todos os requisitos exigidos para qualquer outro colaborador de uma das empresas do universo constante do Fundo de Pensões. Atualmente, o Fundo de Pensões abrange membros do Conselho de Administração que se encontrem nas condições acima referidas, tendo a referida inclusão sido aprovada em Assembleia Geral.
- I.19. Nos termos dos Estatutos da empresa não se encontra contemplado o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da assembleia-geral, a manutenção ou eliminação da norma estatutária que preveja a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.
- I.20. Não existem medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.
- I.21. Esta sociedade tem conhecimento de um acordo parassocial instituído paralelamente ao contrato de distribuição com a Toyota Motor Europe NV/SA, o qual garante à empresa-mãe Toyota Motor Corporation que a empresa Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), S.A. (Holding familiar de Salvador Caetano) manterá uma detenção mínima do capital social desta sociedade de cerca de 60%, enquanto o contrato de distribuidor nacional Toyota vigorar. Tal acordo tem a natureza de mero “compromisso de honra” pois do mesmo não constam cláusulas penalizantes em caso de incumprimento.
- I.22. Não existe qualquer acordo entre a Empresa e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

Capítulo II Órgãos de Administração e Fiscalização

Secção I – Temas Gerais

- II.1. A Empresa é composta pelos seguintes órgãos:

Conselho de Administração eleito em 2011 por um período de 4 anos, cessando o seu mandato em 2014, é composto, de acordo com os estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A., por 7 membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, pelo período de quatro anos, renovável, a quem compete praticar todos os atos de gestão na concretização de operações inerentes ao seu objeto social, tendo por fim o interesse da Sociedade, acionistas e trabalhadores. A Assembleia Geral poderá igualmente eleger dois administradores suplentes.

A 6 de fevereiro de 2012, face à renúncia apresentada por Miguel Silva Ramalho da Fonseca, ao cargo, de Vogal, o Conselho de Administração nomeou por cooptação, para o período ainda não decorrido do quadriénio em curso Daniele Schillaci para exercer a função de Vogal.

O Conselho de Administração e suas funções detalham-se como segue:

- José Reis da Silva Ramos –Presidente
- Hiroyuki Ochiai – Vogal
- Daniele Schillaci – Vogal

- Maria Angelina Martins Caetano Ramos – Vogal
- Salvador Acácio Martins Caetano – Vogal
- Miguel Pedro Caetano Ramos – Vogal
- Rui Manuel Machado de Noronha Mendes – Vogal
- Shigeki Enami – Suplente

Conselho Fiscal, composto por 3 membros efetivos e um suplente.

O atual Conselho Fiscal, eleito em 2011 por um período de 4anos cessando o seu mandato em 2014, e suas funções detalham-se como segue:

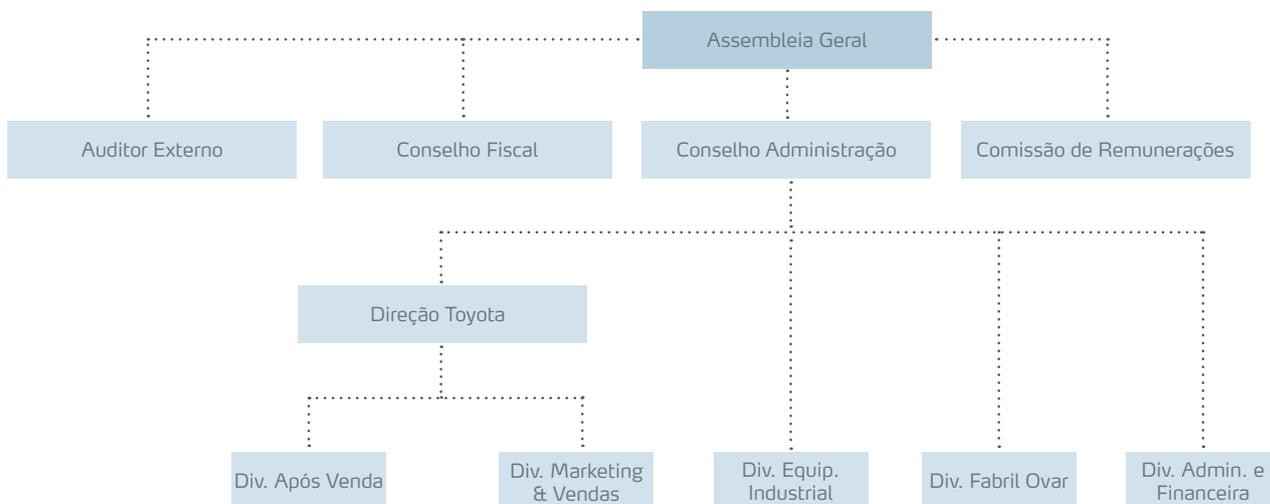
- José Domingos da Silva Fernandes - Presidente
- Maria Livia Fernandes Alves – Vogal
- Takehiko Kuriyama – Vogal

Revisor Oficial de Contas na pessoa de José Pereira Alves em representação da empresa PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda..

Os regulamentos de funcionamento dos órgãos de administração e fiscalização não se encontram divulgados no sítio na Internet da sociedade.

II.2. A sociedade não tem qualquer comissão que possa ser enquadrada neste ponto.

II.3. O organigrama funcional da Empresa é como segue:



II.4. O relatório e parecer anuais do Conselho Fiscal são divulgados juntamente com os documentos de prestação de contas do Conselho de Administração disponíveis na página da Internet da Empresa (www.toyotacaetano.pt).

II.5. A Sociedade adota o modelo de governação vulgarmente conhecido como «latino reforçado», que preconiza a separação entre os órgãos de administração e de fiscalização, bem como uma dupla fiscalização, composta por um conselho fiscal e por um revisor oficial de contas. Da avaliação efetuada pelo Conselho de Administração conclui-se que a adoção deste modelo permite a existência de um órgão de fiscalização com poderes de fiscalização efetivos e reforçados, composto integralmente por membros sujeitos a um regime de incompatibilidades e a requisitos de independência.

Na Toyota Caetano Portugal, S.A., o controlo dos riscos inerentes à atividade é efetuado diretamente pelo Conselho de Administração, dada a estreita relação e tempo dedicado ao desempenho das suas funções. Os principais riscos encontram-se descritos no ponto II.g..

A informação financeira é divulgada na página oficial na Internet da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e na página oficial na Internet da Toyota Caetano Portugal, S.A., (www.toyotacaetano.pt), utilizando como veículo de divulgação o representante para as relações com o mercado.

II.6. O Conselho de Administração delega competências num diretor responsável por cada uma das divisões identificadas no organigrama acima, nomeadamente de gestão corrente e com os quais se reúne periodicamente para análise e acompanhamento da atividade desenvolvida. Refira-se que é elaborado um orçamento anual o qual é, no decurso do exercício, sujeito a controlo periódico levado a cabo pelo Conselho de Administração e pela Direção operacional da empresa.

Compete ao Conselho de Administração exercer os mais amplos poderes, representando a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, assim como praticar todos os atos tendentes à realização do objeto social e, em especial:

- a) Sem necessidade de deliberação dos acionistas, o Conselho de Administração pode criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, quer em Portugal quer no estrangeiro;
- b) Instalar ou adquirir, manter, transferir ou encerrar estabelecimentos, fábricas, laboratórios, oficinas, depósitos ou armazéns;
- c) Adquirir, alienar e obrigar por qualquer forma ações e obrigações próprias, conforme deliberado em Assembleia Geral, adquirir e alienar outros bens imóveis, assim como obrigá-los por qualquer forma, e adquirir bens imóveis e, com o parecer do Conselho fiscal, aliená-los por quaisquer atos ou contratos, ainda que de constituição de garantias reais;
- d) Negociar com quaisquer instituições de crédito, nomeadamente bancos, todas e quaisquer operações que entenda necessárias, designadamente contraindo empréstimos, nos termos, condições e forma que reputar conveniente;
- e) Movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiros, emitir, sacar, aceitar e endossar letras, livranças, cheques, extratos de faturas e outros quaisquer títulos de crédito;
- f) Confessar, desistir ou transigir em quaisquer ações;
- g) Constituir mandatários da Sociedade;
- h) Desempenhar as demais funções previstas nos estatutos ou na lei;
- i) Assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos.

Os membros executivos do Conselho de Administração disponibilizam a todos os Órgãos Sociais, nomeadamente ao Conselho Fiscal e à Mesa da Assembleia Geral, informações por estes requeridas, em tempo útil e de forma adequada ao requerido.

Compete ao Conselho Fiscal, composto por 3 membros efetivos e um suplente, a fiscalização da administração, a verificação da regularidade das contas da Sociedade, registos contabilísticos e documentos de suporte e verificar a observância da lei e do contrato da Sociedade.

É também da sua competência indicar, representar a sociedade junto de e supervisionar a atividade e a independência do Auditor Externo, com ele interagindo diretamente nos termos das suas competências e normas de funcionamento.

II.7. Nos estatutos da empresa não se encontra estipulado a limitação quanto ao número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades, tentando os membros do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. fazer parte das administrações das empresas participadas mais relevantes do Grupo, de forma a permitir um mais próximo acompanhamento das suas atividades.

Secção II - Conselho de Administração

II.8. É periodicamente enviada aos membros não executivos do Conselho de Administração toda a informação prévia às reuniões do Conselho com uma antecedência mínima de cinco dias úteis por forma a que as decisões revistam um carácter de independência

II.9. Na Toyota Caetano Portugal, S.A., o controlo dos riscos inerentes à atividade é efetuado diretamente pelo Conselho de Administração e avaliado anualmente pelo Conselho Fiscal.

O principal risco financeiro que a Toyota Caetano enfrenta, prende-se com o risco de crédito sobre clientes, isto é, o risco de um cliente pagar mais tarde ou não pagar os bens adquiridos essencialmente por falta de liquidez. De forma a mitigar este risco, a Toyota Caetano implementou procedimentos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito e possui seguros de crédito sempre que necessário.

Os riscos económicos em que a Toyota Caetano incorre são: risco de taxa de juro, risco de taxa de câmbio e risco de liquidez.

O risco da taxa de juro advém da proporção relevante de dívida a taxa variável incluída na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, e dos consequentes cash flows de pagamento de juros. A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de juro.

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo opera internacionalmente e detém subsidiária a operar em Cabo Verde. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação. De referir que o Grupo recorre a instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco cambial inerente a transações futuras em moeda estrangeira.

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no curto prazo.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objetivo:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

Refira-se adicionalmente que a gestão dos riscos anteriormente enunciados contempla:

- análises de sensibilidade (mensuração de impactos potenciais em função da probabilidade de ocorrência de cada risco);
- alinhamento estratégico da sociedade em função dos riscos efetivamente incorridos;
- mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia;
- mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema de alerta de risco.

II.10. Compete ao Conselho de Administração exercer os mais amplos poderes, representando a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, assim como praticar todos os atos tendentes à realização do objeto social e, em especial:

- a) Sem necessidade de deliberação dos acionistas, o Conselho de Administração pode criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, quer em Portugal quer no estrangeiro;
- b) Instalar ou adquirir, manter, transferir ou encerrar estabelecimentos, fábricas, laboratórios, oficinas, depósitos ou armazéns;
- c) Adquirir, alienar e obrigar por qualquer forma ações e obrigações próprias, conforme deliberado em Assembleia Geral, adquirir e alienar outros bens imóveis, assim como obrigá-los por qualquer forma, e adquirir bens imóveis e, com o parecer do Conselho fiscal, aliená-los por quaisquer atos ou contratos, ainda que de constituição de garantias reais;
- d) Negociar com quaisquer instituições de crédito, nomeadamente bancos, todas e quaisquer operações que entenda necessárias, designadamente contraindo empréstimos, nos termos, condições e forma que reputar conveniente;
- e) Movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiros, emitir, sacar, aceitar e endossar letras, livranças, cheques, extratos de faturas e outros quaisquer títulos de crédito;
- f) Confessar, desistir ou transigir em quaisquer ações;
- g) Constituir mandatários da Sociedade;
- h) Desempenhar as demais funções previstas nos estatutos ou na lei.

Não se encontra prevista de forma explícita nenhuma concessão de poder específico no que respeita a deliberações de aumento do capital.

O Conselho de Administração disponibiliza ao Conselho Fiscal convocatórias e atas das reuniões do Conselho.

II.11. O Conselho de Administração funciona de forma colegial, com funções de gestão e coordenação das diferentes atividades da Empresa, não havendo distribuição formal de pelouros, à exceção do pelouro financeiro o qual é da responsabilidade do vogal Rui Manuel Machado Noronha Mendes, promovendo-se assim a rotatividade proposta nas recomendações da CMVM.

De acordo com o artigo 17º dos Estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A. a designação e substituição dos membros do órgão de administração seguem as seguintes regras:

- a) Pela chamada de suplentes efetuada pelo Presidente do Conselho de Administração, observando a ordem por que figurem na lista que foi submetida à Assembleia Geral;
- b) Não havendo suplentes, por cooptação, a efetuar dentro de sessenta dias a contar da falta definitiva, salvo se os administradores em exercício de funções não forem em número suficiente para o Conselho de Administração poder funcionar;
- c) Não tendo havido cooptação, o substituto será designado pelo Conselho Fiscal;
- d) Por eleição de novo administrador.

II.12. O Conselho de Administração reúne regularmente, sendo as suas deliberações válidas apenas quando esteja presente a maioria dos seus membros.

Durante o ano de 2011 o Conselho de Administração reuniu sete vezes, estando as correspondentes atas registadas no livro de atas do Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal reuniu duas vezes durante o ano 2011, estando as correspondentes atas registadas no livro de atas do Conselho Fiscal.

A Comissão de Remunerações reuniu duas vezes durante o ano 2011, estando as correspondentes atas registadas no livro de atas da Comissão de Remunerações.

II.13. No ponto II.12. refere o número de reuniões do Conselho de Administração.

II.14. Dos atuais membros do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A., cinco desempenham funções executivas, cabendo aos não residentes funções não executivas a saber:

- José Reis da Silva Ramos – Membro executivo
- Hiroyuki Ochiai – Membro não executivo
- Daniele Schillaci – Membro não executivo
- Maria Angelina Martins Caetano Ramos – Membro executivo
- Salvador Acácio Martins Caetano – Membro executivo
- Miguel Pedro Caetano Ramos – Membro executivo
- Rui Manuel Machado de Noronha Mendes – Membro executivo
- Shigeki Enami – Membro não executivo

Os membros executivos do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, SA. não podem ser considerados independentes, na medida em que todos eles, fazem parte do Conselho de Administração da empresa Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), S.A., empresa detentora de cerca de 61% do capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A., e que sobre ela exerce uma influência dominante.

Os membros não executivos não exercem qualquer outra função em sociedades residentes não existindo qualquer incompatibilidade no exercício das suas funções, não podendo, no entanto, também ser considerados independentes em virtude de representarem a Toyota Motor Europe, empresa detentora de 27% do capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A..

II.15. A avaliação da independência dos membros do Conselho de Administração realizada pelo órgão de administração tem por base o art.º 414º n.º5 do Código das Sociedades Comerciais.

II.16. A designação de administradores não executivos está de acordo com o artigo 17º dos Estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A. seguindo as seguintes regras:

Substituição de membro cessante

- a) Pela chamada de suplentes efetuada pelo Presidente do Conselho de Administração, observando a ordem por que figurem na lista que foi submetida à Assembleia Geral;
- b) Não havendo suplentes, por cooptação, a efetuar dentro de sessenta dias a contar da falta definitiva, salvo se os administradores em exercício de funções não forem em número suficiente para o Conselho de Administração poder funcionar;
- c) Não tendo havido cooptação, o substituto será designado pelo Conselho Fiscal;

Novo membro

- d) Por proposta e correspondente eleição em Assembleia Geral.

A nomeação de novos administradores não executivos é efetuada por eleição em Assembleia Geral

II.17. Os administradores não executivos por serem não residentes participam nas reuniões do conselho de Administração pelo sistema de vídeo-conferência. Toda a informação prévia às reuniões do Conselho de Administração é enviada com uma antecedência mínima de cinco dias úteis. Face à informação que lhes é periodicamente enviada vão, nestas reuniões, e não só, colocando as questões que julguem pertinentes ao seu esclarecimento sobre a atividade desenvolvida. No entanto não existe referência no relatório anual de gestão sobre a atividade desenvolvida por estes.

Governo das Sociedades

II.18. Todos os membros executivos do Conselho de Administração exercem desde sempre a sua atividade profissional na gestão das Empresas do Grupo Salvador Caetano, nas quais fizeram parte dos seus Órgãos Sociais.

Atualmente nenhum membro do Conselho de Administração detém ações da Empresa. Todavia, refira-se que o processo de partilha de património do Sr. Salvador Fernandes Caetano encontra-se ainda em curso.

II.19. Os membros executivos do Conselho de Administração desempenham igualmente funções de administração nas seguintes empresas:

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
José Reis da Silva Ramos Presidente do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Saltano - Invest. e Gestão, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Auto, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Rentig, S.A	Presidente do Cons. Adm.
	Caetanobus - Fabricação. de Carroçarias, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Components, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Lusiletra - Veículos. e Equipamentos, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Fundação Salvador Caetano	Presidente do Cons. Adm.
	Soc. Imobiliária Quinta da Fundega, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Cabo Verde Motors, SARL	Presidente do Cons. Adm.
	Portianga - Comercio Internacional e Participações, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano - Indústria (SGPS), S. A.	Presidente do Cons. Adm.
	Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm
	Atlântica - Comp. Portuguesa de Pesca, S.A.	Vogal do Cons. Adm
	Rarcon - Arquitetura e Consultadoria, S.A.	Vogal do Cons. Adm
	Mds Auto - Mediação de Seguros, S.A.	Vogal do Cons. Adm
	Movicargo - Movimentação Industrial, Lda.	Gerente
	Crustacil - Comércio de Marisco, Lda.	Gerente
	Covim - Soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.	Presidente da Mesa A.G
	Novef - SGPS, S.A.	Vice-Pres. da Mesa A.G

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Maria Angelina Martins Caetano Ramos Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A	Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Atlântica - Comp. Portuguesa de pesca, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Poal - Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Lavorauto - Administração Imb. e Cons. de Empresas, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Comp. Administ. Imobiliária São Bernardo, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Auto Partner - Imobiliária, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Cociga - Construções Civas de Gaia, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Simoga - Soc. Imobiliária de Gaia, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Turispava - Soc. Turística Paivense, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Covim - Soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Novef, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Rarcon - Arquitetura e Consultadoria, S.A	Vogal do Cons. Adm.
	Saltano - Invest. e Gestão, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Auto, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga - Com. Int. e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano - Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Cabo Verde Motors, SARL	Vogal do Cons. Adm.
	Crustacil - Comércio de Marisco, Lda.	Gerente
	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Presidente da Mesa A. G
	Caetano Retail (Norte) II, SGPS, S.A	Presidente da Mesa A. G
	Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G
	Caetano Colisão (Norte), S.A.	Presidente da Mesa A. G
	Salvador Caetano Auto áfrica, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa A. G
	Caetano City e Ative (Norte), S.A.	Presidente da Mesa A. G
	Salvador Caetano-Auto- SGPS, S.A.	Presidente da Mesa A. G

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Maria Angelina Martins Caetano Ramos Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A	Salvador Caetano Capital (SGPS), S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	E3C Caetsu Publicidade, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Soc. Imob. Quinta da Fundega, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Caetano Star (Sul), S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Caetano Power, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Caetano Drive, Sport e Urban, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Caetano Renting, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Caetano Motors, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Caetano Retail, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Tovicar – Sociedade de Com. de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Caetano Parts & Colisão (Sul), S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Caetano Retail Serviços, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Caetano Fórmula, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Caetano Motors (Norte), S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Enp - Energias Renováveis Portugal, S.A.	Presidente da Mesa A. G.

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Salvador Acácio Martins Caetano Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A	Caetano-Baviera – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano-Auto, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Tovicar – Sociedade de Com. de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Retail, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Retail (Norte) II, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.	Vice-Presidente do Cons. Adm.
	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Saltano – Invest. E Gestão, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Renting, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga – Com. Int. E participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Cociga – Construções Civas de Gaia, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Turispaiiva – Soc. Turística Paivense, s.a	Vogal do Cons. Adm.
	Simoga – Soc. Imobiliária de Gaia, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Gilcar Norte - Comércio e Ind. De Máquinas e Tintas, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Fundação Salvador Caetano	Vogal do Cons. Adm.
	Amorim Brito & Sardinha, Lda.	Gerente
	Maqtin - Comércio e Indústria de Máq. Ferramentas e Tintas, Lda.	Gerente
	Caetano Auto, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Salvador Caetano Indústria (SGPS), S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Caetanobus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Lusiletra – Veículos e Equipamentos, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Mds Auto - Mediação de Seguros, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Catedral do Automóvel, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Lavorauto - Administração Imb. E Cons. de Empresas, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Auto Partner - Imobiliária, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Choice Car – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Choice Car - SGPS, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Carpplus – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Luso Assistência - Gestão de Acidentes, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Island Rent, Aluguer de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
Comp. Administ. Imobiliária São Bernardo, S.A.	Presidente da Mesa A. G.	

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Miguel Pedro Caetano Ramos Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A	Salvador Caetano Capital (SGPS), S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	ENP - Energias Renováveis Portugal, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Central Solar de Castanhos, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Catedral do Automóvel, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Choice Car - SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Vas Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Globalwatt, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Vas Africa, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetanolyrsa, S.A.	Vice-Presidente Cons. Adm.
	Covim - Soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.	Vice-Presidente Cons. Adm.
	Automocion Peninsular Inmebles, S.A.	Vice-Presidente Cons. Adm.
	Ibericar, Sociedad Iberica del Automóvil, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano - Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	E3C Caetsu Publicidade, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Auto Partner - Imobiliária, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Retail (Norte) II, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Renting, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Tovicar - Sociedade de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Retail, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Lavorauto, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano.Auto, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Comp. Administ. Imobiliária São Bernardo, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Choice Car - Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Luso Assistência - Gestão de Acidentes, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Island Rent, Aluguer de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Guérin - Rent - a - Car, S.L.U.	Vogal do Cons. Adm.
	Dicuore - Decoração, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Querdiller, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Ibericar Quermotor, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Ibericar Galicia Auto, S.L.	Vogal do Cons. Adm.
	Ibericar Centro Auto, S.L.	Gerente
	Tardes Solarengas - Energias Renováveis, Lda	Gerente
	Ibéricar Cataluña Auto, S.L.	Gerente
	Ibericar Holding Andalucía, S.L.	Gerente
Lídera Soluciones, S.L.	Gerente	
Sol Green Watt, S.L.	Gerente	
Guérin - Rent - a - Car (Dois).Lda.	Presidente da Mesa A. G.	
Central Solar de Castanhos, S.A.	Presidente da Mesa A. G.	

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A	Caetanobus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Spain, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Indústria (SGPS), S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Fundação Salvador Caetano	Vogal do Cons. Adm.
	Vas África, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Movicargo - Movimentação Industrial, Lda.	Gerente

Os membros não executivos não têm quaisquer funções de administração noutras empresas, desenvolvendo a sua atividade profissional na Toyota Motor Europe.

Encontra-se divulgado em anexo (Anexo I) as qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração.

Secção III – Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras e Conselho Fiscal

II.21. Os membros do Conselho Fiscal da Toyota Caetano Portugal, S.A., desempenham as seguintes funções:

José Domingos da Silva Fernandes - Presidente
 Maria Lúvia Fernandes Alves – Vogal
 Takehiko Kuriyama – Vogal

O Presidente do Conselho Fiscal e Vogais cumprem com as regras de incompatibilidade e independência previstas no n.º 1 do art.º 414-A e n.º 5 do art.º 414, respetivamente, do Código das Sociedades Comerciais sendo que adicionalmente o Conselho fiscal procede a respetiva autoavaliação.

II.22. Os membros do Conselho de Fiscal possuem competências adequadas ao exercício das respetivas funções e o Presidente está adequadamente apoiado pelos restantes membros do Conselho Fiscal (Anexo I).

Os membros do Conselho de Fiscal não detêm ações da Empresa.

O atual Conselho Fiscal, eleito em 2011 por um período de 4 anos cessando o seu mandato em 2014.

II.23. Os membros do Conselho de Fiscal vêm desempenhando nos últimos cinco anos outras funções nas seguintes empresas:

José Domingos da Silva Fernandes
 Presidente do Conselho Fiscal nas sociedades
 Caetano – Baviera – Comércio de automóveis, SA (Grupo Salvador Caetano)
 LPFP – Liga Portuguesa de Futebol Profissional
 Revisor Oficial de Contas nas sociedades
 Multiponto, SA
 Imomonteiro's – Sociedade Imobiliária, SA
 Poal – Pavimentações e Obras Acessórias, SA
 Turispaiva – Sociedade Turística Paivense, SA
 Summertime – Sociedade Imobiliária, SA
 Convernaia – Sociedade Imobiliária, Sa
 BDS, SGPS, SA
 Poliedro, SGPS, SA
 CEIIA – Centro de Excelência e Inovação para a Indústria Automóvel

Maria Lúvia Fernandes Alves: não exerce qualquer cargo noutras Sociedades.

Takehiko Kuriyama: não exerce qualquer cargo noutras Sociedades

II.24. Compete ao Conselho Fiscal supervisionar a atividade e independência do Auditor externo, com ele interagindo nos termos das suas competências e normas de funcionamento (conforme descritos no ponto II.3 do Relatório), sendo o 1.º destinatário do Relatório do Auditor externo e o interlocutor da Empresa na relação com o último.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal é responsável por propor o prestador de serviços de auditoria externa a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da Empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços. Por fim, o Conselho Fiscal avalia anualmente o Auditor Externo propondo à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.

II.29. A política de remunerações dos diretores responsáveis por cada uma das divisões identificadas no organigrama funcional da Empresa apresentado no ponto II.3. deste relatório está estruturada num equilíbrio entre o nível de responsabilidade, na parte fixa, e o desempenho em relação aos objetivos traçados quer ao nível do acompanhamento orçamental, quer pelo resultado de projetos pré-acordados, na parte variável.

Secção IV – Remuneração

II.30. A comissão de Remunerações após análise da conjuntura económica atual e ao eventual desempenho da empresa no ano de 2011, é de opinião da manutenção dos valores remuneratórios de natureza fixa para todos os elementos dos órgãos sociais.

Em relação às políticas a serem seguidas relativamente à remuneração variável do órgão de Administração, esta têm dependido exclusivamente dos resultados anuais líquidos obtidos pela empresa, seguindo de alguma forma a política de distribuição de dividendos e de gratificação a colaboradores que tem sido aprovada em Assembleia Geral de Acionistas e que, em termos históricos e considerando o agregado total do Conselho de Administração, tem correspondido a cerca de 3% dos Resultados líquidos anuais, admitindo-se contudo alguma flexibilidade no intervalo de atribuição, o qual poderá descer aos 1,5% no seu limite inferior e nunca exceder os 4% no seu limite superior.

II.31. As remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. durante o exercício de 2011, no exercício das suas funções na Empresa e em Empresas do Grupo foram como segue:

REMUNERAÇÕES	PARTE FIXA		PARTE VARIÁVEL		TOTAL
	EMPRESA	EMPRESAS GRUPO TOYOTA	EMPRESA	EMPRESAS GRUPO TOYOTA	
Administradores Executivos	331.330	285.712	103.098	12.000	732.140
José Reis da Silva Ramos	137.573	0	27.500	12.000	177.073
Maria Angelina Martins Caetano Ramos	101.438	285.712	27.500	0	414.650
Salvador Acácio Martins Caetano	0	0	27.500	0	27.500
Rui Manuel Machado Noronha Mendes	92.319	0	20.598	0	112.917
Miguel Pedro Caetano Ramos	0	0	0	0	0
Administradores Não Executivos	0	0	0	0	0
Total	331.330	285.712	103.098	12.000	732.140

As remunerações auferidas pelos membros do Conselho Fiscal da Toyota Caetano Portugal, S.A. durante o exercício de 2011, no exercício das suas funções na Empresa foram como segue:

REMUNERAÇÕES	PARTE FIXA		PARTE VARIÁVEL		TOTAL
	EMPRESA	EMPRESAS GRUPO TOYOTA	EMPRESA	EMPRESAS GRUPO TOYOTA	
José Domingos da Silva Fernandes	3.405	0	0	0	3.405
Maria Livia Fernandes Alves	1.000	0	0	0	1.000
Takehiko Kuriyama	0	0	0	0	0
Total	4.405	0	0	0	4.405

II.32. Conforme declaração anexa da Comissão de remunerações, existem mecanismos instituídos na Empresa que permitem o alinhamento dos interesses dos membros do Órgão de Administração com os interesses da sociedade.

A política de remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização é definida por uma Comissão de Remunerações independente, tendo por base os critérios que vão de encontro à capacidade de criação de valor acionista. Na definição do critério acima enunciado são tidos em consideração diversos fatores entre os quais dados comparativos de mercado e dados macroeconómicos.

II.33. Conforme aprovado pela Comissão de Remunerações a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração não está diretamente dependente da evolução da cotação das ações da Sociedade nem dos resultados obtidos.

No entanto, todos os titulares do Órgão de Administração estão dependentes dos resultados da sociedade na parte variável da sua remuneração anual, no que usualmente se designa como "Gratificação de Balanço" ou bônus anual, correspondente a um prémio de desempenho anual determinado tendo em consideração a avaliação realizada pela Comissão de Remunerações no âmbito das suas funções.

II.34. Os administradores não executivos do órgão de administração não auferem remunerações conforme Ponto II.31..

II.35. A comunicação de irregularidades deverá ser feita através de entrega de documento escrito ou por e-mail interno dirigido ao representante das relações com o mercado. Este por sua vez despoletará todas as medidas de análise e verificação de factos comunicados, mantendo, se requerido, a confidencialidade da informação inicial e reportando em primeiro lugar as conclusões obtidas ao Conselho de Administração, o qual por sua vez ponderará a comunicação ao mercado, dentro dos parâmetros legalmente estabelecidos, caso seja entendida a necessidade da sua divulgação.

Essas comunicações são arquivadas durante um período mínimo de cinco anos e, se solicitadas, encontram-se à disposição dos Auditores.

Secção V - Comissões Especializadas:

II.36. Comissão de Remunerações é composta pelos seguintes membros:

- Alberto Luis Lema Mandim
- Maria Conceição Monteiro Silva
- Francelim Costa da Silva Graça

II.37. Comissão de Remunerações reuniu-se 2 vezes em 2011.

II.38. A experiência profissional dos membros da Comissão de Remunerações permite-lhes exercer as suas responsabilidades de forma eficaz, salvaguardando o interesse da Empresa. Refira-se a este propósito a antiguidade dos membros da Comissão no exercício das suas funções.

II.39. Nenhum membro tem afinidades ou parentesco em linha reta até ao 3.º grau, inclusive, com algum membro do órgão de administração ou com os seus cônjuges.

Capítulo III Informação e Auditoria

III.1. Em 31 de dezembro de 2011 o capital da Empresa é composto por 35.000.000 ações ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada, sendo que todas as ações estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon.

III.2. Participações qualificadas no capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A:

Salvador Fernandes Caetano (Herdeiros de)	3,998%
Maria Angelina Caetano Ramos e Salvador Acácio Martins Caetano através do Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S.), S.A.	60,824%
através da Cociga	0,001%
José Reis da Silva Ramos através da Fundação Salvador Caetano	0,018%
Maria Angelina Caetano Ramos e Miguel Pedro Caetano Ramos através da COVIM	1,124%
Toyota Motor Europe NV/SA	61,967%
	27%
Millenium BCP – Gestão de Fundos de Investimentos, S.A.	3,51%

III.3. Não existem acionistas titulares de direitos especiais.

III.4. Não existem restrições à transmissibilidade das ações ou limitações à titularidade de ações.

III.5. Ver ponto I21.

III.6. A alteração de estatutos da sociedade só é possível mediante aprovação em Assembleia Geral por maioria de 75% do capital social.

III.7. Não existe na sociedade Plano de Atribuição de ações aos trabalhadores.

III.8. Durante o exercício de 2011 foram transacionadas em Bolsa 39.054 ações.

Não se observam movimentos anormais nas transações mantendo-se ao longo do ano em níveis muito reduzidos. No gráfico seguinte pode apreciar-se a evolução da cotação das ações da sociedade. Em termos de evolução da cotação reflexo da crise dos mercados financeiros verificou-se uma estabilidade na cotação tendo iniciado o ano no valor de 3,7 Euros encerrando o exercício no valor de 4,00 Euros, atingindo aí o seu valor máximo. Por outro lado, não são visíveis alterações de cotações por impacto direto de anúncio de resultados (8 de abril de 2010) ou anúncio do pagamento de dividendos (5 de maio de 2011).

Evolução Cotações/Títulos Transacionados 2011



III.9. A política de distribuição de dividendos da Empresa pode ser avaliada no quadro seguinte o qual regista a situação dos últimos cinco exercícios:

RUBRICAS	2011	2010	2009	2008	2007
Resultado Líquido (mEuros)	-2.030	10.652	11.034	3.177	10.706
Não distribuível	-2.058	3.010	5.666		
Distribuível	28	7.642	5.368	3.177	10.706
Dividendos (mEuros)		6.650	5.250	2.450	8.750
Dividendo p/Ação (Euro)		0,19	0,15	0,07	0,25

De uma forma sintética, podemos afirmar que, embora sempre condicionada pelos próprios resultados líquidos distribuíveis e pelas expectativas entretanto criadas para o(s) período(s) seguintes, a Empresa tinha vindo a distribuir até 2005 dividendos num intervalo percentual entre os 30% e 50% do resultado.

Tendo em atenção o nível de capitais próprios entretanto atingidos, a partir de 2006 a Empresa tem vindo a distribuir dividendos num intervalo percentual entre os 75% e os 96% dos resultados líquidos distribuíveis obtidos. Em 2010 essa percentagem rondou os 82% .

Em relação a 2011 e dado o resultado apurado no exercício o Conselho de Administração não apresenta qualquer proposta no sentido de ser pago dividendos.

III.10. A Toyota Caetano Portugal, SA., não possui qualquer plano de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus trabalhadores.

III.11. Durante o exercício de 2011, não foram realizados quaisquer negócios entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos sociais (de administração e de fiscalização), titulares de participações qualificadas ou sociedades em relação de domínio ou grupo, que não tenham sido realizados em condições normais de mercado para operações do mesmo género, e sempre inseridas na atividade normal da sociedade.

III.12. Durante o exercício de 2011 não foram realizados negócios e operações entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado.

III.13. O Conselho Fiscal no âmbito das suas competências, de acordo com os pontos anteriores, não procedeu a avaliação prévia dos negócios realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

III.14. Não se verificaram negócios sujeitos à intervenção prévia do órgão de fiscalização.

III.15. Através da sua página oficial na Internet (www.toyotacaetano.pt), a Toyota Caetano Portugal, SA. disponibiliza informação financeira relativamente à sua atividade individual e consolidada. Nesta página encontram-se igualmente disponíveis os documentos de prestação de contas da Empresa para os últimos exercícios, as ordens de trabalhos e deliberações tomadas nos últimos três anos bem como as atas das Assembleias Gerais de Acionistas, tanto na língua portuguesa como na língua inglesa.

III.16. Embora não exista formalmente instituído um Gabinete de Apoio ao Investidor, esta função é assegurada pelo representante para as relações com o mercado. Sempre que necessário, o representante assegura a prestação ao mercado de toda a informação relevante no tocante a acontecimentos marcantes, factos enquadráveis como factos relevantes, divulgação trimestral de resultados e resposta a eventuais pedidos de esclarecimento por parte dos investidores ou público em geral sobre informação financeira de carácter público.

Os contatos com vista à obtenção de informações por parte de investidores poderão ser efetuados pelas seguintes vias:

Representante para as relações com o mercado:

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Telefone: 227867203

E-mail: rmendes@toyotacaetano.pt

III.17. As remunerações pagas aos nossos auditores e a outras pessoas coletivas pertencentes à mesma rede, pelas empresas em relação de domínio ou de grupo ascendem a 93.960 Euros, distribuídas da seguinte forma:

Serviços de Revisão Legal de Contas 95%

Outros serviços 5%

A rubrica de outros serviços compreende a verificação de documentação de suporte do projeto de investimento enquadrado no Sistema de incentivos à Investigação & Desenvolvimento do Programa Operacional do QREN.

O Conselho de Administração na solicitação dos projetos assegura antes da adjudicação, que aos auditores e sua respetiva rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873 de 16 de maio de 2002 possam por em causa a sua independência.

- III.18. O Conselho Fiscal procede anualmente a uma avaliação do trabalho do Auditor Externo, garantindo que o disposto no artigo 54º do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro (alterado pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de novembro), relativamente à rotação do sócio responsável pela execução do trabalho é cumprido. Esta foi uma das razões pela qual a Empresa procedeu à alteração no início do exercício de 2010 da entidade que desenvolvia o trabalho de auditoria Externa.

ANEXO I CURRICULUM VITAE

Nome: José Reis da Silva Ramos
 Data e Local de Nascimento: 15 de agosto de 1946, em Vila Nova de Gaia.
 Estado Civil: Casado
 Residência: Alameda Senhor da Pedra, 262, Miramar Arcozelo, Vila Nova de Gaia
 Habilitações: Licenciado em Engenharia Metalúrgica
 Atividade Profissional: Administrador de Sociedades

Nome: Maria Angelina Martins Caetano Ramos
 Data e Local de Nascimento: 18 de agosto de 1949, em Vila Nova de Gaia.
 Estado Civil: Casada
 Residência: Alameda Senhor da Pedra, 262, Miramar Arcozelo, Vila Nova de Gaia
 Habilitações: Licenciada em Economia
 Atividade Profissional: Administrador de Sociedades

Nome: Salvador Acácio Martins Caetano
 Data e Local de Nascimento: 30 de janeiro de 1955, em Vila Nova de Gaia.
 Estado Civil: Casado
 Residência: Rua Moreira Lobo, 80, Miramar Arcozelo, Vila Nova de Gaia
 Habilitações: Licenciado em Engenharia
 Atividade Profissional: Administrador de Sociedades

Nome: Miguel Pedro Caetano Ramos
 Data e Local de Nascimento: 26 de setembro de 1971, em Vila Nova de Gaia.
 Estado Civil: Casado
 Residência: C Carnicero Edif. Puerto Chico, 5 P04 B, Torremolinos – Málaga - Espanha
 Habilitações: Licenciado em Engenharia Mecânica
 Atividade Profissional: Administrador de Sociedades

Nome: Rui Manuel Machado Noronha Mendes
 Data e Local de Nascimento: 8 de agosto de 1954, em Leça da Palmeira - Matosinhos
 Estado Civil: Casado
 Residência: Rua Dr. Manuel Rodrigues de Sousa, 64 – 6º Esq. - Matosinhos
 Habilitações: Licenciado em Economia
 Atividade Profissional: Administrador de Sociedades

Nome: José Domingos Silva Fernandes
 Data e Local de Nascimento: 28 de março de 1951, em Cedofeita - Porto.
 Estado Civil: Casado
 Domicílio profissional: Rua Cunha Júnior, 41 – B, 1º sala 4 4250-186 Porto
 Habilitações:
 - 1970 Curso de Contabilista, do ex-Instituto Comercial do Porto
 - 1975 Licenciatura em Economia – Universidade do Porto

Experiência Profissional:
 - 1975 – 1993 Técnico da Inspeção- Geral de Finanças
 - 1987 – 2011 Docente no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
 Desde 1982 Inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo exercido essas funções em diversas entidades.
 - 2001 – 2005 Presidente do Conselho Disciplinar da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas



- Atualmente
- 1) Exerce as funções de Presidente do Conselho Fiscal, noutras entidades:
Caetano – Baviera – Comércio de automóveis, SA (Grupo Salvador Caetano)
LPFP – Liga Portuguesa de Futebol Profissional

 - 2) Exerce as funções de Revisor Oficial de Contas, nas seguintes entidades
Multiponto, SA
Imomonteiro's – Sociedade Imobiliária, SA
Poal – Pavimentações e Obras Acessórias, SA
Turispaiva – Sociedade Turística Paivense, SA
Summertime – Sociedade Imobiliária, SA
Convemaia – Sociedade Imobiliária, Sa
BDS, SGPS, SA
Poliedro, SGPS, SA
CEIIA – Centro de Excelência e Inovação para a Indústria Automóvel

Nome: Maria Livia Fernandes Alves

Data e Local de Nascimento: 31 de janeiro de 1945, em Nine – Vila Nova de Famalicão.

Estado Civil: Divorciada

Residência: Rua Amorim Girão, 161, 1º Dtº, 4460-209 Senhora da Hora

Habilitações: Curso Geral de Comércio



Toyota Caetano Portugal, S.A.